Corporativismo e Comunitarismo – O grande feixe de joio

(1) Estado de Direito substituído por Corporativismo e Comunitarismo.

(2) Fusão público/privado – "State capture" – Comunitarismo, um sistema de crime organizado.

(3) Corporativismo: O Corpo Social, a família feliz e **o grande feixe de joio** .

(1) Estado de Direito substituído por Corporativismo e Comunitarismo.

Estado de Direito substituído por estado Corporativo.

Governo constitucional erodido e ocupado por interesses particulares. Durante as últimas décadas, com aceleração drástica desde os anos 70, as democracias liberais ocidentais passam por uma revisão drástica do conceito do que é, e deve ser, um governo. A noção de governo constitucional é gradualmente erodida sob a pressão de grupos de interesse (e.g. consórcios financeiros e empresariais, organizações da sociedade civil). As instâncias de governo passam a ser entendidas como um fórum multilateral para diferentes grupos de interesse disputam (ou colaboram entre si para obter) estatutos legais diferenciais, rendimentos públicos assegurados e o usufruto de tranches de poder público, sob estatutos público/privados.

Domínio público universal deixa de existir – sob disputa, aquisição e concertação de particulares. O espaço público passa, por conseguinte, a ser o domínio de disputa, aquisição e concertação por parte de diferentes grupos de interesses particulares. Isto assinala, claro, a distorção do conceito de domínio público. O domínio público é *definido* por universalidade e por equidistância: é o espaço onde todos os particulares, pequenos ou grandes (a universalidade), usufruem dos mesmos exactos direitos e liberdades. As suas instâncias de governação têm, por conseguinte, de exercer os seus papéis (legislação, arbitragem de relações) num espírito da mais estrita isenção e imparcialidade. A única parcialidade admissível é aquela que é devida ao *ethos* de igualdade universal que é constitucionalmente ordenado.

O estado de direito é substituído por um estado corporativo, público/privado. Quando o domínio público se torna um espaço de disputa, concertação, aquisição, por parte de diferentes grupos particulares, estamos perante aquilo que já não é um estado de direito, mas sim um estado corporativo. Por outras palavras, é um estado onde o poder público é adquirido

por diferentes segmentos sociais e corporações (corpos, ou *corpores*). Esses poderes *particulares* assumem o controlo sobre o poder *público*, fundindo ambos os domínios em poder público/privado que, na prática, representa um complexo de puro e simples ***poder***. Quando isto é feito, os vários grupos particulares que fazem a *tomada de poder* sobre o domínio público são livres para se concertar entre si e ditar condições sobre a universalidade dos particulares (indivíduos, famílias, empresas, associações, etc.) Esta é a essência definidora do estado corporativo.

<u>Estado corporativo tende a redundar em totalitarismo</u>. Nas suas formas mais extremas, o estado corporativo torna-se um espaço de concertação plena (fusão) entre todos os agentes que assumiram o poder público, e dá origem ao estado totalitário. Nesses casos, estamos perante *fascismo corporativo, socialismo tecnocrático, sovietismo comunista, mercantilismo integrativo*. Todos representam o *estado corporativo total* e são essencialmente idênticos, diferindo entre si em meras questões de pormenor.

<u>“Mercantilismo tecnocrático integrativo”</u>. O meu termo favorito para classificar a condição actual é mercantilismo tecnocrático integrativo, porque é o que melhor expressa as relações de poder aqui presentes: conglomerados mercantis multinacionais assumem controlo sobre a sociedade e repartem diferentes tranches do poder público por subsidiárias (empresas, fundações, ONGs, etc.) para obter gestão tecnocrática de território, recursos e populações.

Comunitarismo: a sociedade como um feudo privatizado.

<u>Fusão de poder público com poder privado origina mero ***poder***</u>. A fusão de poder público/privado inaugura a ascensão de mero ***poder***, que é exercido por alguns particulares sobre todos os restantes.

<u>Comunitarismo, recursos comunitários, a sociedade como espaço de gestão privada, despótica</u>. Como já não existe distinção entre domínio público e domínio privado, é entendido que todo o espaço social é *comunitário*, i.e. detido em *comum*, significando que toda a sociedade, os seus recursos, meios e populações, passam a ser recursos comuns, a ser geridos pelos novos detentores de poder e pelos seus agentes subsidiários; *comunitarismo*. A sociedade é um espaço de ***gestão***. Estamos no domínio do *managerial state*, nos moldes que são explicados por James Burnham, “The Managerial Revolution” (1947). Isto, claro, é despotismo.

<u>Governo comunitário, despotismo e alocações subsidiárias de poder e de riqueza</u>. Os novos detentores de poder tornam-se os proprietários da sociedade e gerem a distribuição de alocações de poder, de riqueza e de funções sociais por meio do princípio de subsidiariedade. Por outras palavras, quem quer operar na comunidade tem de o fazer sob autorização, sob licença, dos novos proprietários; representados por agências de governo comunitário. Em tudo isto, é preciso manter em mente que o estado corporativo, ou comunitário é, por tendência, um estado despótico; um estado policial.

Sob comunitarismo, ninguém tem direitos assegurados. O rationale *comunitário* implica que *nenhum particular tem quaisquer direitos assegurados* (ou *inalienáveis*) sejam eles de natureza política, social ou económica. É o contexto pragmático de gestão de recursos comunitários que define que direitos são ou não admissíveis e, para quem. Gestão de empresas, aplicada à sociedade no seu todo. Como tal, todos os direitos são temporários, contextuais, passíveis de revisão e de negação. Ninguém tem quaisquer garantias asseguradas à integridade da sua vida, liberdade, auto-determinação, propriedade. Tudo depende do contexto de gestão.

O padrão que nos leva de volta à URSS, à Alemanha Nazi e ao Império Romano. Este é, claro, o padrão do absolutismo, algo que nos leva de volta aos regimes totalitários do século 20, mas também ao padrão de absolutismo que é comum aos absolutismos iluminados europeus, aos impérios feudais e aos despotismos da Antiguidade.

(2) Fusão público/privado – "State capture" – Comunitarismo, um sistema de crime organizado.

A fusão entre poder público e poder privado está na essência de totalitarismo.

Separação entre domínio público e domínio privado.

Domínio público é de todos; não pode estar alinhado com nenhum grupo particular. O domínio público corresponde àquilo que é do foro comum a *todos* devendo, portanto, estar sujeito a arbitragem e regulação que sejam equidistantes e imparciais. O domínio público não pode estar alinhado com nenhuma clique particular no seio da cidadania; tem de ser impecavelmente pluralista e equidistante, para com todos os indivíduos particulares.

Domínio privado é separado e tem direitos que não podem ser afectados por público. O domínio privado, por outro lado, corresponde à parte da vida que é controlada por indivíduos particulares, ao espaço que não pertence à esfera pública e inclui vários predicados que *não podem* ser afectados por ela (e.g. direitos individuais). Isto sob legitimidade, i.e. sob *legis*, sob lei; um governo que aja ilegitimamente aqui age fora de *legis*, é um governo fora da lei.

Essência de totalitarismo é a fusão entre os dois domínios. A real essência de totalitarismo é a inexistência de uma distinção entre domínio público e domínio privado. Isto é válido para qualquer sistema totalitário, venha ele sob o rótulo de feudalismo, socialismo, comunismo, fascismo ou, capitalismo integrativo (na verdade, mercantilismo integrativo).

Poder público fundido com privado dá origem a poder prepotente. Sob totalitarismo, o que acontece é que uma clique particular assume controlo sobre o poder do estado, e impõe *diktats*

sobre todos os domínios da sociedade, independentemente de serem públicos ou privados. Com efeito, anula a distinção entre poder público e poder privado e funde ambos os domínios em puro e simples ***poder***, autoritário e prepotente.

Poder estatal torna-se domínio privatizado de clique particular que faz tomada de poder. O poder do estado torna-se um domínio de uso privado para o grupo que executa a tomada de poder. Esse grupo de interesses pode ser de várias naturezas possíveis: um grupo de homens de negócios, uma clique revolucionária, um conjunto de generais, uma seita de sacerdotes; muitas vezes, todos estes ao mesmo tempo. Sob este fenómeno, o que acontece é que uma parte restrita do domínio privado (estes interesses particulares) assume controlo do poder público, passando a controlar o uso de força policial e militar, e o uso de regulação geral, "pública". O poder público é deturpado e desnaturado, para servir a agenda e os interesses egoístas da clique que o passa a controlar; torna-se, com efeito, no *domínio privatizado* desses interesses particulares. É o domínio que os serve e que é usado para impor os seus ditames a todos os restantes particulares na sociedade.

Comunitarismo, a sociedade privatizado – "Managerial state" – O fascii e o soviete.

Nada é público ou privado – tudo é **comunitário**, i.e. controlado por clique governante. É desta forma que deixa de haver qualquer distinção, qualquer fronteira, entre domínios, ou poderes, público e privado. Só resta ***domínio*** e ***poder***; crus e arbitrariamente exercidos. É a isso que se costuma chamar de poder público/privado. Sob poder público/privado, nada é verdadeiramente público (equidistante e pluralista) e nada é verdadeiramente privado (reservado ao indivíduo). Tudo é gerido pelo mesmo sistema que é monista, autoritário e monótono; e, tudo o que antes era privado passa a ser detido em *comum*, por uma *comunidade* – ou seja, são "recursos da comunidade".

Pooling comum de "recursos da comunidade", para uso autoritário. Passa a existir um *pooling* comum destes "recursos da comunidade", para uso autoritário pelo grupo de interesses que a controla. Isto significa que os interesses particulares que assumem o poder assumem a total autoridade sobre todo o espaço sócio-económico. Todas as coisas que antes estavam no domínio público (empreendimentos, infraestruturas, territórios, recursos minerais, etc.) são agora "recursos comunitários", a ser concessionados, colocados sob a "gestão" (controlo) de parcerias público-privadas (i.e. consórcios privados dotados do poder coercivo do estado). O mesmo acontece para tudo aquilo que antes estava no domínio privado. A economia é submetida a graus progressivamente maiores de colectivização; fascização; comunitarização.

Comunitarismo: a sociedade como espaço de gestão privada – "the managerial state". Como já não existe distinção entre domínio público e domínio privado, é entendido que todo o espaço social é *comunitário*, i.e. detido em *comum*, significando que toda a sociedade, os seus recursos, meios e populações, passam a ser recursos comuns, a ser geridos pelos novos detentores de poder e pelos seus agentes subsidiários; *comunitarismo*. A sociedade é um espaço de ***gestão***. Estamos no domínio do *managerial state*, nos moldes que são explicados por James Burnham, "The Managerial Revolution" (1947).

Poder do estado usado para controlar toda a vida social. O poder do estado é usado para controlar todos os aspectos da vida privada, particular. Isto acontece em todos os campos, desde a vida individual propriamente dita até à actividade profissional e económica. Todos os campos que antes pertenciam ao domínio privado, passam agora a ter de corresponder estritamente aos requisitos que são impostos pela autoridade público/privada.

Direitos individuais substituídos por "direitos comunitários" e por privilégios. Deixam de existir direitos individuais, que são privados, ao indivíduo; bem como, sequer, vida privada, entendida como espaço de privacidade. Tudo o que acontece tem de estar no domínio público/privado; por outras palavras, tem de ser acessível às entidades que operam o sistema. Da mesma forma, todos os direitos que podem existir são aqueles que são concedidos pelas autoridades público-privadas, e estes só podem estar no domínio dos *direitos comunitários*, colectivos (público-privados), ou no domínio dos *privilégios individuais* (o indivíduo usufrui de benefícios que lhe são específicos). É claro que todos estes são temporários, pragmáticos, maleáveis, passíveis de revisão e cancelamento. São uma mera variável de *gestão* comunitária.

Actividades económicas exercidas em "regime comunitário", i.e. autoritário. O mesmo tipo de processo acontece para o exercício de actividades profissionais e económicas. Todas estas actividades têm de ser exercidas em perfil comunitário. Isto significa que não podem existir actividades independentes e negócios privados *per se*. Todas as actividades profissionais e económicas (que sejam sequer licenciadas para operar) têm de ser exercidas em estruturas público/privadas. Isto significa que todas as actividades têm de existir em regime de concertação (de cartel) com os restantes elementos da "comunidade" (o aparato público/privado e autoritário). Ou seja, quem queira ser advogado tem por força de pertencer a uma organização de advogados, que será ela própria público/privada, dotada de poder coercivo, para-estatal, para perseguir profissionais não-alinhados. Quem queira ter uma PME num qualquer sector (e.g. quinta agrícola), tem de pertencer à confederação respectiva, dotada do mesmo tipo de poderes coercivos (confederação dos agricultores).

Integratividade coerciva – o fascii e o soviete. Isto é um sistema *integrativo*, que mandata a integração coerciva de todos os indivíduos e actividades na sua *framework*. O cenário onde isto acontece é o da "comunidade" – seja ela local, regional, nacional, continental, internacional, global (ou, até, a comunidade de balcanização social, e.g. étnica, religiosa). Sob tal sistema, tudo o que acontece tem de seguir as *guidelines* autoritárias do grupo de interesses que estabeleceu o sistema público/privado. Tudo é sujeito a licenciamento, "autorização", confederado, cartelizado, estandardizado, homogeneizado. Todas as actividades que são conduzidas, todas as decisões que são tomadas, têm de o ser em concertação com "*parceiros*" público-privados, consenso integrativo obrigatório em mesas redondas (o princípio do *fascii* e do soviete).

Sistema baseado em crime organizado.

“State capture” – O *sequestro* do estado e o *roubo* do espaço público. Este sistema não pode ser considerado apenas autoritário, prepotente, impertinente. Tem também de ser considerado por aquilo que objectivamente é – criminoso. Existe uma força particular que *captura* o poder do estado (***state capture***) e *rouba* o espaço público em proveito da sua própria agenda e dos seus próprios interesses miópicos.

Pooling de recursos é o *roubo* de recursos. Depois, esses particulares são livres para usar o poder adquirido de forma tal a negar liberdade a todos os restantes particulares. Isso é expresso na forma de negação ilegal de direitos individuais por meio do exercício a coerção de estado (crime organizado) mas, também, na forma de mais *roubo*, *saque*; é isso que é o *pooling*, ou comunitarização, de todos os “recursos”.

Normalização de mentira, traição, violência, assassinato – genocídio. É claro que um sistema organizado com base nestes pressupostos vai ser um no qual todos os restantes crimes são *normalizados*, institucionalizados. A mentira e a traição tornam-se razão de estado e, o mesmo acontece com o recurso a violência e a assassinato (ou, genocídio).

O estado privatizado, criminoso e todo-abrangente. Por outras palavras, o que existe é um estado privatizado, criminoso e todo-abrangente (totalitário).

(3) Corporativismo: O Corpo Social, a família feliz e o grande feixe de joio .

Corporativismo (1): Corpo Social – Concessões – Autoritarismo económico.

Neo-feudalismo corporativiza sociedade – integração sistémica. Sob um sistema (neo-)feudalista, todos os domínios da economia e da sociedade são tendencialmente corporativizados, i.e. organizados como todos sistémicos e integrados.

Corpo Social orgânico integrado, organizado em subcorpos [totalitarismo]. A melhor denominação para este sistema é a de corporativismo. A sociedade é conceptualizada como um único *corpore*, um único *corpo colectivo organizado*, um grande Corpo Social. Este corpo é composto por múltiplos *subcorpores* (órgãos, tecidos) e também pelas células, os vários sujeitos que dele fazem parte. É esperado que todo o sistema funcione como uma grande máquina, um grande organismo de peças interdependentes e unidas – fusão. É claro que este é um *sistema*, um *aparato* todo-abrangente, que tudo controla e regula. Isto, claro, é sinónimo de totalitarismo.

Actividades económicas feitas por concessão – fim de livre competição e equidistância. A exploração de qualquer domínio corporativizado do espaço sócio-económico não é deixada a

competição livre e descentralizada, sob um quadro regulatório universal e equidistante. É feita por meio de *concessão* (algo que também pode ser denominado de licença, ou de direito a exercer a *franchise*).

Corporações (corpores) concessionárias [autoritarismo top-down]. Isto significa que o aparato de estado, público-privado, atribui os direitos de controlo e regulação de cada sector a uma entidade igualmente público-privada. Essa entidade é também um *corpore*, um todo organizado que assume pleno controlo, integrado e unitário, sobre o seu respectivo sector. Para isso, é dotada de poder para-estatal – regulatório e coercivo (parte da concessão original). Esta entidade é aquilo a que se chama uma *corporação*; este é o sentido real do termo. A corporação é depois livre de atribuir licenças e concessões de operação no sector a diferentes agentes económicos. Todos os agentes que estejam interessados em entrar nesse sector têm de ser concessionados, licenciados, para isso, pela corporação. Por meio dessa concessão, eles próprios ganham (o direito a exercer) a *franchise*. Por outras palavras, um sistema autoritário *top-down*.

Sistema transversal a toda a economia. Sob sistemas concessionários puros, estes princípios são aplicados ao exercício de todas as actividades económicas. Alguém que pretenda montar uma PME, explorar recursos naturais, ter uma quinta comercial, ou não o pode fazer por meio de competição livre e descentralizada, sob um quadro regulatório universal e equidistante. Pelo contrário, precisa de obter uma concessão da corporação público/privada que regula o sector respectivo (e.g. confederação industrial). Em certos casos, terá de ter o patronato de uma entidade já concessionada por essa corporação; significando que terá de actuar como uma *franchise* para uma entidade já em operação.

Mercantilismo, free trade, neo-liberalismo. Neo-liberalismo ("free trade", mercantilismo) é a implicação económica da ideologia Corporativista. [ver notas sobre o assunto, Mercantilismo]

Corporativismo (2): Ordens profissionais – Autoritarismo.

O mesmo se aplica a profissões. Isto, claro, também é aplicável ao exercício de uma profissão, que é controlado e regulado pelo *corpore* dessa profissão; a sua corporação "legal" (a guilda profissional da Idade Média ou as actuais ordens e corporações profissionais).

Ordens profissionais com controlo autoritário sobre profissão e sobre profissionais. Ninguém é livre de exercer essa profissão sem estar integrado nesse *corpore* e ser, por ele, autorizado a operar. Sob corporativismo puro, é a corporação que determina quantos profissionais são autorizados a operar, sob que condições e, sob que moldes é possível o acesso à profissão. A corporação controlará currículos, imporá regimes obrigatórios de estágio e trabalho assalariado (i.e. franchises profissionais subsidiárias), criará um sistema graduado de progressão na carreira. Imporá regras extraordinariamente rígidas aos seus vários membros. Estas regras abarcam o domínio do puro exercício da profissão mas, também, todos os outros domínios da vida dos membros. Sob as guildas medievais, por exemplo, a guilda regulava vestuário, hábitos nutricionais, opiniões legítimas, relações pessoais (autorizando, inclusive,

casamento e procriação), o aspecto do domicílio – etc. O rationale para isto é o de que, em tudo, os membros são, em tudo, representantes da *profissão*, estando, portanto, sujeitos ao mais estrito código de regulação pessoal e etiqueta. A sua vida tem de ser um ícone vivo para a *profissão*, tornada uma espécie de categoria olimpiana nauseante.

Corporativismo (3): Subsidiariedade e concessionismo, o grande feixe de joio.

O grande feixe de joio, a sociedade da subsidiariedade e do concessionismo [**narrativa**]. Por outras palavras, todas as actividades são subsidiárias, exercidas em regime de concessão e privilégio, sob a licença de cada nível hierárquico de distribuição de autoridade. O aparato estatal atribui a concessão de uma actividade (e.g. indústria alimentar) a uma confederação (e.g. confederação agrícola), que organiza a partição do sector em *shares*/parcelas, a alocar a companhias autorizadas (e.g. multinacionais agro-alimentares). Por sua vez, essas companhias podem partir as suas respectivas *shares* em mais parcelas e alocá-las a outros agentes de mercado, *franchises* subsidiárias (e.g. PMEs subsidiárias). Os profissionais que operam o sector (e.g. engenheiros) têm de estar incorporados na sua respectiva corporação profissional (e.g. câmara dos engenheiros) e seguir todas as suas regras, sejam elas razoáveis e sensatas, ou intrusivas e insanas – se não o fizerem, serão gravemente sancionados. A corporação profissional trabalha com a confederação e com todos os restantes elementos do aparato público/privado. Todos trabalham em conjunto, em parceria, numa mesa redonda totalitária que tudo regula, inspecciona e controla; todos são um grande feixe atado de joio, à espera de ser cortado e jogado ao fogo para o qual foi feito.

Corporativismo (4): O bolo limitado – Cartéis e monopólios – Eliminação de competição.

A economia é um bolo limitado, a repartir por interesses selectos. Sob concessionismo, todos os sectores são encarados como um todo limitado, um grande bolo. O que se faz com um bolo é, parti-lo em fatias e distribui-las pela mesa. É isso que esta mentalidade ordena para a gestão de sectores económicos. Cada sector é organizado em quotas, parcelas, pela respectiva corporação regulatória (confederação, ordem, etc.). Essas quotas são depois repartidas por lei arbitrária/concessionária por interesses concessionados (e.g. companhias). É claro que também podia dar-se o caso de uma única entidade receber direitos exclusivos de exploração do sector (monopólio).

A fuga a (real) mercado livre, regulação equidistante e universal. Tudo isto contrasta com a abordagem de (*real*) mercado livre: regular todo o ambiente económico por igual, por lei universal e equidistante e deixar o resto à livre competição.

Pequenas companhias hostilizadas, anuladas ou absorvidas por grandes consórcios. Sob lei concessionária, cada sector é dominado por um conjunto limitado de agentes concessionados. Por norma, as concessões são feitas de modo inteiramente arbitrário: diferentes companhias usufruem de diferentes condições (e.g. isenções fiscais, estatutos regulatórios de excepção), as

maiores companhias são privilegiadas as companhias mais pequenas são hostilizadas e compelidas a absorção pelas grandes, ou a sair do mercado.

Cartéis concessionários, concertação, governância sectorial. Sob os quadros corporativos (confederação sectorial, ordem profissional), o exercício de actividades pelas entidades concessionadas é invariavelmente exercido em *cartel*. Isto é uma consequência inevitável da imposição da *praxis* corporativa de concertação mútua, quadros de convergência e integração sectorial. Sob esta *praxis*, cada sector é colocado sob governância, como um todo funcional e o exercício dessa governância é colocado ao nível da respectiva corporação. A governância é depois exercida em sistemas de mesa redonda com os vários agentes concessionados para operar o sector. Isto, claro, é a definição de cartel: um sistema onde a livre competição de mercado é substituída por concertação e *entente* em pontos-chave. É claro que, nestes cartéis "legais", nem todos os mesmos agentes têm o mesmo poder. As maiores companhias têm sempre predominância confederativa, de uma forma ou de outra: proporcionalidade de voto, representantes nos quadros corporativos mais importantes, etc. Da mesma forma, as ordens profissionais são sempre dominadas pelos maiores representantes do sector; os maiores gabinetes, escritórios, consultorias, etc.

Cartel conduz a consolidação e, eventualmente, a monopólio. A liberdade do mercado é sufocada pela existência do cartel em si. Mas o próprio cartel sufoca os seus mais pequenos membros e subordina-os às vontades e aos caprichos dos maiores membros. O percurso óbvio e historicamente normativo neste tipo de sistema é a concentração e a consolidação de cada sector num número progressivamente menor de mãos. O resultado eventual em continuidade é a formação de um monopólio nas mãos de uma única firma.

Corporativismo (5): Fusão, i.e. totalitarismo.

Parcerias e networking, coercivos – todos juntos, na grande família feliz. Pela sua própria natureza integrativa, este tipo de organização de mercado encoraja a generalização do sistema de *parcerias*: dentro de cada sector e entre sectores. Todos têm de estar integrados com todos os outros, em *networking* coercivo, consenso obrigatório. Parceria é a grande família feliz. Todos no mesmo barco, a remar na mesma direcção para o sol nascente, um futuro glorioso. Todos trabalham com todos, todos se dão bem com todos. Todos são uma grande equipa. Todos juntos.

Bancos, empresas, fundações, ONGs, brigadas comunitárias – todos juntos. A confederação deste sector trabalha com todas as outras; todos trabalham com a corporação profissional do outro sector, que trabalha com todas as ONGs e com todas as fundações. Acima, está o grande pai, sorriso abaixo do bigode, braços estendidos aos parceiros do mundo (algo como Stalin, nos seus cartazes de propaganda) – este é o *big daddy state*, o pai que incentiva os filhos a fazer coisas marotas. Todas as decisões são tomadas de todos para com todos, em cooperação, coordenação, mesas redondas de consenso. Todos os poderes de actuação são coordenados, tudo é inspeccionado, fiscalizado, regulado, catalogado, nenhum pormenor é esquecido; tudo, sem excepção, tem de ser gerido e estandardizado pelo grande Borg corporativo. A dinâmica

funciona desta forma por toda a sociedade, do topo ao fundo, em boa dinâmica comunitária. Todos têm o direito a meter o bedelho na vida de todos os outros, todos estão organizados em brigadas comunitárias e em associações de "serviço mútuo" e, todos têm o direito a votos sobre cada poça de lama existente na comunidade integrativa (ela própria, uma poça de lama).

Interdependência, fusão e totalitarismo – a galera de escravos. Em tais barcos, todos remam na mesma direcção, incentivados pelo monótono rufar de tambores de música do mundo (um estilo neo-medieval) em fundo. Quem não concorda com tal dinâmica, tem de ser chicoteado e, eventualmente, atirado borda fora. Esta é uma galera. Todos estão acorrentados aos remos e entre si. Todos são interdependentes [inteiramente dependentes], unidos, "fusionados" [acorrentados uns aos outros], num único sistema que tudo governa, tudo regula, tudo controla [totalitarismo]. Achtung achtung. Resistance is futile. You shall be assimilated.

O princípio do fascii e do soviete. A melhor imagem que foi encontrada para caracterizar a "fusão" da sociedade num todo integrado é-nos dada pelo *fascii*, os feixes atados do Fascismo (os feixes são as diferentes unidades de organização da sociedade total), apenas um dos sistemas que tentaram reavivar esta forma de degeneração oligárquica. Todos os totalitarismos do século 20 tentaram fazê-lo e, com efeito, não existe qualquer diferença de relevo entre o *fascii* e o *soviete*. É claro que o fascii é apenas o grande feixe de joio (as várias espigas atadas e presas entre si) à espera de ser cortado e jogado ao fogo para o qual foi feito.

Corporativismo (6): Generalização destas castas pela sociedade – Organizações cívicas.

Toda a vida social é organizada por gatekeeping, camadas de concessão, níveis de acesso. O mesmo tipo de princípio é aplicável a todo e qualquer aspecto da vida social, sob concessionismo puro. A vida política é protagonizada por um número limitado de agentes autorizados: essencialmente partidos e ONGs. O mesmo acontece para a vida académica, científica e literária. Todos estes domínios têm de estar repletos de *gatekeepers* oligárquicos: idosos insensatos reduzidos a condição fossilizada, oportunistas anti-intelectuais, *yuppies* incapazes de atar os sapatos sem *teamworking* e um manual – e muitos outros tipos de sicofantes. O mesmo acontece em todos os restantes domínios. Todos passam a ser caracterizados por camadas de concessão e por níveis de acesso. A ideia de mobilidade social passa a ser equacionada com progressão individual por estas várias camadas.

Organizações cívicas, para serviço comunitário obrigatório. A própria identidade individual é substituída por uma identidade colectiva autorizada, custom-designed por ONGs (entidades público/privadas). Na "comunidade", todos têm de estar integrados na sua própria "sub-comunidade", o seu próprio nicho sócio/cultural – o seu próprio colectivo ONGista. É este nicho que dá ao indivíduo uma identidade colectiva (identitarismo), de forma a regular hábitos, opiniões, comportamentos. De forma a regular aquilo que as pessoas *são*. Isto pode surgir sob o rótulo étnico, ideológico, racial, religioso, de uma tribo urbana, etc. Sob comunitarismo puro, isto implica a incorporação real, concreta, em organizações comunitárias específicas a cada nicho [as "organizações cívicas" dos regimes totalitários], que são depois envolvidas em "serviço em prol da comunidade". Ou seja, trabalho comunitário. Em essência,

essas organizações funcionam como diferentes brigadas para diferentes funções em trabalho comunal, escravo. Existem precedentes bastante directos para isto nos sistemas fascistas europeus e, claro, nos sistemas comunistas (URSS, China e todos os restantes).

Concessões gerais vs concessões específicas Existe uma diferença entre domínios comuns concessionados (concessões generalizadas a todos os cidadãos) e concessões corporativas específicas (a bancos, empresas, ONGs, etc.).

Corporativismo (7): Socialismo – Fascismo – Comunismo – Agenda 21 – UE.

Socialismo, Tecnocracia, Comunismo, Fascismo, Comunitarismo, são **Corporativismo**. Este é o modelo de organização social que está na essência das formulações Socialistas (Saint-Simon, Comte, Marlo, Rodbertus, Marx, Spencer, Ruskin, etc.) e da formulação de Socialismo de direita, i.e., Fascismo. Por exemplo, Herbert Spencer usou este sistema degenerado para formular a sua ideia do Organismo Social, a sociedade totalitária na versão X-Club, Royal Society. De resto, tudo isto é a mantra de voodoo negro que animou os totalitarismos do século 20 e anima o perfil cadavérico do comunitarismo ONU/Agenda 21 do século 21, também conhecido como Red Toryism, comunismo aristocrático.

Fascismo e a corporazione. É este último que adopta directamente o termo Corporativismo, definindo *corporazione* ao modo clássico medieval: a entidade autoritária, compulsivamente integrativa, que exerce domínio absoluto sobre uma dada área de actividade humana. Por exemplo, uma ordem profissional é uma *corporazione*. Mas, regra geral, a *corporazione* é algo de transversal a toda uma área de actividade sócio-económica. Por exemplo, a *corporazione* educacional do estado Fascista agrega representantes do governo e das federações sociais e de jovens (ONGs), como também o a ordem profissional de professores, o seu sindicato legal, as empresas que administram as escolas. Todos se juntam a uma mesa redonda e tomam decisões de consenso compulsivo, como uma grande família feliz. De resto a imagem, o eidolon que guia tudo isto, é o feixe, o *fascii*, representando a família feliz de prisioneiros; todas as agências da sociedade atadas entre si. O feixe de joio que é levado durante um tempo, até ser cortado e lançado ao fogo para o qual foi criado.

Comunismo, o "comité proletário", e o feudo privatizado de estado. Sob Comunismo, temos o mesmo exacto cenário, com diferenças subtis: a linguagem adoptada aposta em termos como "sovietes", "comités", "comissariados", e são praticadas distorções semânticas sobre termos como "público" e "privado". O Fascismo e o Socialismo fabiano preferem usar o termo "privado", embora a realidade seja um sistema público-privado. O Comunismo, para manter a demagogia sobre "defesa do proletariado", prefere usar o termo "público", embora a realidade seja o mesmo exacto tipo de sistema público-privado, e a gestão do "público" seja, na prática, totalmente detida pelas cliques oligárquicas que gerem o "estado proletário" (i.e., *de facto* privatizada). De resto, o conceito do soviete é essencialmente o mesmo do fascii, a família corporativa feliz, os prisioneiros do *apparat* (a entidade imaginária à qual é dada vida própria por aquiescência – esse é o princípio essencial sob estes sistemas).

Socialismo Inglês [socialismo gradualista tecnocrático]. Sob Socialismo fabiano, o mesmo tipo exacto de sistema é adoptado, embora o termo "corporação" seja mais ou menos evitado. Esta é, afinal, a mais cínica forma de Socialismo, fabianismo, a besta angelical das 1000 caras, a formulação de John Ruskin, Herbert Spencer, os Webbs e Lord Keynes, na qual também é justo incluir Otto Bauer, Karl Kautksy e Antonio Gramsci. É o paradigma que guia a II Internacional, que sucedeu na subversão das democracias liberais no pós II Guerra e que guia as duas grandes revoluções de gabinete dos nossos tempos, a revolução neo-liberal da LSE/Chicago School e o golpe neo-conservador/neo-trotskyista de Leo Strauss e James Burnham. É também o paradigma que conduz a actual deriva para fascismo transnacional, sob comunitarismo, e isto é algo a que os ideólogos do socialismo britânico chamam de Red Toryism. O mundo comunitário Agenda 21 é o mundo "Rule Britannia", onde a velha múmia arrasta as suas garras esqueléticas sobre tudo o que ainda tem qualquer tipo de vida. O ponto seguinte serve como veículo essencial para tudo isto.

UE impõe ideologia corporativista. Ver notas sobre UE: Corporativismo e Neoliberalismo.

Corporativismo – A Besta que não cria, absorve

A Besta que não consegue criar e vive à base de canibalismo civilizacional.

Corporativismo, sistema oligárquico, Totalitarismo, Comunismo, Socialismo.

Tecnocracia, Fascismo, Mercantilismo, Capitalismo Integrativo, Comunitarismo.

They're all the same – sistemas oligárquicos totalitários. Podemos chamar-lhe Corporativismo, ou sistema oligárquico, ou Totalitarismo. Também lhe podemos chamar Comunismo, Socialismo, Tecnocracia, Sociocracia, ou Fascismo. Ou ainda Mercantilismo, Capitalismo Integrativo (baseado em cartéis e em monopólios) ou Comunitarismo. Todos são diferentes nomes para o mesmo sistema, pelo qual toda a economia e toda a sociedade são corporativizadas sob o comando autoritário de uma oligarquia. Todos os sistemas corporativistas, da Idade Média aos dias de hoje são caracterizados por estas linhas essenciais.

Autoritarismo e crime organizado, mas também canibalismo civilizacional. Esta forma de organização é autoritária e criminosa; mas não se limita a ser autoritária e criminosa. É também auto-destrutiva e canibalística. Existe para manter e engrandecer um *status quo*, à custa do resto da sociedade. Como tal, procura congelar e anular qualquer expressão de liberdade, independência e criatividade (fontes de variância e de imprevisibilidade). Isso faz com que este sistema seja incapaz de criar. É uma criatura construída sobre falácias irracionais, sentimentos medíocres, despersonalizações e a mais completa incapacidade criativa. A filosofia do mundo limitado, ou quadrado, pela qual a realidade é vista, é imposta aos próprios processos sociais e define-os de um modo eloquentemente medíocre.

Incapaz de criar – precisa de saquear, explorar, cooptar, absorver.

Nunca cria vida – alimenta-se de vida pré-existente. A grande colectividade é sempre e invariavelmente um espaço de desenvolvimento estritamente controlado, incompetente, incapaz de inovação ou criatividade; auto-canibalizado pelo regime oligárquico totalitário. Depende da cooptação contínua de realidades (e.g. ideias, tecnologia) provenientes do exterior; ou, em alternativa, da reciclagem contínua de velhos formatos. Vive a partir de saque, exploração. Cria opressão extrema, em todos os sentidos, a par e passo de miséria, indigência e devolução social. Tal criatura nunca cria vida; pelo contrário, alimenta-se sempre de vida pré-existente, de criações alheias, até já não existir vida ou criação. É uma máquina de cooptação e de absorção.

O Corpo Social é um Borg metastático – buraco negro – zombie de anti-matéria. Se levarmos a analogia do Corpo Social a sério, temos de equiparar a besta corporativista a um corpo composto de células cancerosas, com efeito, uma gigantesca metástase morta-

viva, que sobrevive apenas pelo contágio, absorção e destruição de tudo o que encontra em redor. Outro exemplo possível seria um corpo de anti-matéria. Algo eminentemente negativo e pervertido, que destrói tudo aquilo com que entra em contacto; a inversão do toque de Midas. Um buraco negro seria uma forma mais inteligente de colocar esta questão.

<u>Destruição de vida – devorar o máximo de carne que seja possível</u>. Esta é uma criatura-besta que ataca para todos os lados, de forma a devorar o máximo de carne que lhe seja possível. O seu grau de sucesso mede-se pela quantidade de desumanização que cria. Isto pode começar no domínio da economia (saque e absorção) e da cultura (degradação) mas avança sempre para o domínio da tortura, do terror e do genocídio. Com efeito, todos os sistemas corporativistas, da Idade Média aos sistemas totalitários do século 20, encontram o seu principal domínio de actividade na destruição de vida humana; seja pela criação de indigência, pobreza, miséria, seja por puro e simples genocídio.

<u>A Besta que come as próprias crias</u>. O atacar para todo o lado inclui atacar para dentro. A besta come sempre as próprias crias, em purgas internas contínuas e ininterruptas. O processo só acelera à medida que a besta se torna mais forte. Todas estas coisas costumam ser racionalizadas sob a ideia de que o sistema é em si frio, calculista, metódico (até, *racional*). Logo, aquilo que faz, nessa *framework*, é organizar “limpezas” para fins puramente frios e utilitários. Este axioma é útil como mecanismo de racionalização para o *apparatchik* e para o militante fanático; é em indulgência dessas classes que este tipo de racionalização surge. Mas o facto é que esta é a única forma pela qual esta criatura/besta se consegue comportar. Está-lhe no próprio DNA, oligárquico, devorar, consumir e destruir tudo aquilo que consiga encontrar pela frente. Isto inclui os inimigos externos mas também as próprias crias.

CORRIDA PARA O FUNDO (GERAL)

CORRIDA PARA O FUNDO (GERAL)

CORRIDA PARA O FUNDO (GERAL): 3º MUNDO

CORRIDA PARA O FUNDO (GERAL): 1º MUNDO

O ESTADO TECNOCRÁTICO

DESREGULAÇÃO FINANCEIRA GLOBAL (GERAL)

DESREGULAÇÃO MERCANTIL, FREE TRADE

DESREGULAÇÃO FINANCEIRA E MERCANTIL, em pleno ataque à família média

REGIONALIZAÇÃO ECONÓMICA

REORGANIZAÇÃO REGIONAL DE PRODUÇÃO

O DÓLAR FIAT GLOBAL

IMPÉRIO ANGLO-AMERICANO

A PRIMAZIA DA ALTA FINANÇA NA ECONOMIA GLOBAL.

GLOBALIZAÇÃO: Integração mercantilista das economias do planeta.

GLOBALIZAÇÃO: Interdependência global (dependência total).

GLOBALIZAÇÃO: A formulação gradual de uma free trade area global.

GLOBALIZAÇÃO: Deslocalizações, redistribuição de capacidades produtivas.

GLOBALIZAÇÃO: “Free trade”, um ideal sintético, ou o poder das palavras.

FREE TRADE DEALS: Arbitrariedade legal e anulação de direitos universais.

FT AGENCIES.

FT AGENCIES: Star chambers, tribunais mercantis (arbitrariedade e corrupção).

Redistribuição da economia para o grupo de interesses e para a região.

FT AGENCIES – Modelo público/privado, i.e. corrupto.

SPILLOVER, FUSÃO, UNIÃO.

CORRIDA PARA O FUNDO (GERAL)

a) A negação de geração de riqueza, por estados soberanos desenvolvidos, democracia liberal, capitalismo de classe média

b) C&C – 3ª Via / Redistribuição global de produção / Regionalização / Pooling regional e free trade / Gestão regional e global.

- Contracção e Convergência da economia global sob mercantilismo comunitário, a 3ª Via.

- Encontro num patamar comum de subdesenvolvimento e interdependência, i.e.:

  . dependência total de crédito privado,

  . de produção por MNs,

  . sob modelo de regionalização produtiva global

- Isto implica que "economia global" é encarada como um sistema contido e gerido, onde nenhuma das partes pode crescer mais do que o nível do 1º mundo ---- o 1º mundo tem, aliás, de decair drasticamente.

- Não há construção/desenvolvimento de capacidades produtivas --- apenas redistribuição das capacidades produtivas então existentes no 1º mundo.

- Pooling de capacidades e recursos por blocos regionais e, daí, concessão a grupos MNs

- Mercantilismo, i.e. produção mercantil, por MNs, sob free trade global

- Gestão regional e global

CORRIDA PARA O FUNDO (GERAL): 3º MUNDO

3º MUNDO: neo-colonialismo

- Trancar desenvolvimento soberano

- Vai directamente para neo-colonialismo, i.e. desagregação e controlo directo por interesses MNs

CORRIDA PARA O FUNDO (GERAL): 1º MUNDO

1º MUNDO: Flutuação temporária, economia-casino / Deslocalizações, desindustrialização / A transição económica gradual / De-development "verde"

De-development

- Organiza a maior campanha de de-development na história da humanidade, sobre si mesmo

- Desindustrializa, deslocaliza a larga maioria da sua economia produtiva, através de mecanismos free trade, especialmente GATT

A economia-casino

- A economia-casino ("a fábrica fechou, o casino abriu").

- Flutua durante algumas décadas com base em bolhas especulativas e endividamento

- Isto mantém ilusão de normalidade e até de prosperidade e crescimento, até 2007/8

- De 1997 para cá, bolhas estouram em série

- Isto leva à criação de mais e mais bolhas, cada vez mais surreais e desligadas do mundo real, mas são colateralizadas pelo saque da economia real

A transição económica gradual (serviços, programas sociais, síntese PPP, sistema de duas classes)

Dois fenómenos paralelos:

. Consolidação económica sob grandes consórcios

. Predominância de uma "economia estatal".

[HOJE, síntese entre ambos sob fusão público/privada]

Também:

. Actividade económica que fica está quase toda no **sector terciário**, i.e. a economia deixa de centrar-se na produção de bens primários e industriais e passa a centrar-se na produção de serviços; algo que foi feito e organizado por decreto e engenharia social. Regra geral, manifestam o poder dos grandes consórcios, já que tendem a ser controlados pelos mesmos.

. Com tudo isto, **desemprego e perda de oportunidades** tornam-se gradualmente a norma, e não a excepção.

. Uma parte disto é o **sector estatal** (hoje tornado público/privado), com **programas sociais**, sustidos por endividamento bancário, que não servem para assegurar vitalidade económica, mas sim para manter alguma forma de estabilidade sob desmantelamento económico. Ou seja, o tapete é retirado debaixo dos pés da sociedade por substituição com estes programas.

. **Agora, até estes programas estão a ser desmantelados**, e são a única coisa que restaria para ajudar muita gente --- ou seja, depois do desmantelamento, a própria estrutura de estabilização provisória é retirada, de modo a tirar por inteiro o tapete de baixo dos pés das pessoas

Classes sociais:

. Deriva gradual para uma **sociedade de duas classes**, onde uma minoria muito restrita controla quase toda a net wealth e o próprio aparelho de governação

. **Decadência gradual das classes médias**, que se tornam não-empreendedoras, assalariadas, ou no fundo de desemprego. Uma parte destas classes médias assume o papel das classes médias sob imperialismo, i.e. tornam-se classes burocráticas para grandes consórcios e para o aparelho de governação

De-development "verde"

- **Regulação selectiva "verde"** para trancar o que resta de alguma pequena e média economia no ocidente (e isto inclui as poupanças de vida da população em geral, que têm de ser extorquidas e anuladas, até tudo isto acabar)

- A ideia é **fechar/trancar empreendimentos "não-ambientais",** sob as mais variadas formas de charlatanismo arbitrário

- Parte disto é **deslocalizar a generalidade da economia** primária/secundária que reste para sítios como a China ---- e é claro que a China tem a sua Asian Brown Haze e zero regulações ambientais ---- ambiente sai infinitamente mais prejudicado sob este tipo de desonestidade ----- se a preocupação real fosse o ambiente, a indústria ficaria no ocidente, onde existe a possibilidade de ter regulações razoáveis e competentes (e.g. clean coal, por oposição ao carvão sujo chinês)

- Ao mesmo tempo, as portas são escancaradas nos mais variados sectores a **MNs altamente poluidoras**, e.g. sector de agricultura transgénica, com poluição genética, a lançar a base para a destruição irreversível e em larga escala de ecossistemas

O ESTADO TECNOCRÁTICO

a) É o estado que gere o desmantelamento da sua própria economia e sociedade, o facilitador para vandalismo sócio/económico

b) As actividades desta forma de estado distribuem-se essencialmente por dois campos, que se confundem e não são realmente entendíveis em separado ---- todas as restantes citadas valências se inserem aqui:

. gerir a sociedade doméstica per se na flutuação temporária;

. organizar internacionalização e privatização sob desregulação financeira e mercantil (isto inclui poolings e partilhas de poder aos níveis regional e global) ---- o estado tecnocrático conduz a dissolução de soberania nacional no ocidente

c) Sustém aparência de ordem e de normalidade através do recurso a dívida bancária.

d) Défices permanentes / "rolling over the debt" ("roll over", rebola, é uma ordem muito feia, que se dá a animais de quinta, e é isso que os bancos ordenaram aos governos nacionais)

e) Aqui temos o "welfare state" , que redistribui dívida garantida por colecta fiscal. Incluído nisto, os supracitados programas sociais (***Great U-Turn, geral***). Todas estas coisas funcionam como balões de oxigénio temporários para manter a economia a flutuar enquanto ocorre a redistribuição global de produção e tudo o que tem valor real é colocado offshore

f) Agência de colecta fiscal e desmantelamento produtivo / resolução de défices no rolling over:

. propriedade, rendimentos, vendas, valor acrescentado, heranças

. remoção de colectas tarifárias, a par do empowerment de grandes consórcios, agrava situação / economia é mais consolidada, em prejuízo de PMEs e da cidadania normal / essas entidades são prejudicadas por aí e pelo facto de terem de suportar também o excesso de carga fiscal que antes adviria das tarifas (a juntar a todas as restantes fontes de agravamento de carga fiscal, à medida que a economia vai sendo espremida) // MNs estão bastante confortáveis na questão de taxação, com isenções fiscais, mas também com a chance de fugir ao pouco que teriam de pagar através de operações offshore

. privatizações, com **o jogo da hiena** (privatizar para assett stripping; nacionalizar para reconstruir; reprivatizar e assim sucessivamente)

g) Regulação selectiva (linhas gerais)

. Fazer decair produção independente por actos regulatórios e administrativos

. Isto implica dificultar vida a PMEs, quando não hostilizá-las directamente

. Facilitar vida a consórcios, sob free trade

h) É um estado essencialmente pós-democrático, apesar de manter a aparência de democracia e constitucionalismo. Na verdade, a maior parte dos seus procedimentos já não são conduzidos por entidades eleitas e/ou puramente públicas, mas sim por institutos e agências semi-privados.

i) É a antecâmara para o estado comunitário, i.e. PPP, i.e. corporativo privatizado, i.e. fascista corporativo / i.e. ainda não existe state capture, apenas backroom dealings e concertações feias

DESREGULAÇÃO FINANCEIRA GLOBAL (GERAL)

a) Dólar, Volcker. Determinante aqui, a fiatização plena do dólar em 1971 e as direcções suicidas representadas por Volcker.

b1) Especulação como substituto para produção. Especulação (economia virtual) como forma de substituir produção real (economia produtiva, industrial)

b2) Endividamento como substituto para produção. Onde produção passa a ser passé, podendo ser trocada por roll over on the debt, contas, cartões de crédito, etc.

c) Valor virtual e assett stripping (- e +, constantes em todos estes sistemas de operação). Proliferação de mais e mais formas de criar valor virtual a partir do nada (i.e. virtualidade e ficção passam a ter um premium) mas também a partir de assett stripping de valor existente, com a liquidação de elementos da economia real e flutuação de valores a partir daí

d) FERs. A introdução de floating exchange rates é vital aqui, porque abre as moedas nacionais e as suas economias a todo o tipo de ataques (assett stripping sobre economias nacionais) mas também a geração puramente especulativa de valor (virtualidade). Já não moedas, IOUs, economias, agora entidades plásticas e maleáveis.

- Jogos no 3º mundo são mto importantes

- O e.g. de Soros e a Black Wednesday on the sterling

e1) Pump and dump, boom and bust, genérica (a dinâmica rollercoaster). O método de operação em todas estas coisas, com a criação virtual de valor inflacionado a partir de colateralizações na economia real e, depois, a indução de bust (short selling, etc.): lucrar com apostas sobre a queda / aquisição a saldos de tranches da economia real.

- a entrada de uma era baseada em disrupções e em rollercoasters financeiras, "capitalismo financeiro de catástrofe", com bancos centrais e bancos privados a criarem bolhas gigantescas, a implodirem-nas e a lucrarem na subida e na descida --- para assett stripping e consolidação da economia real.

e2) Desregulação financeira global: megabancos, hedge funds, manipulação de valores em larga escala. Com desregulação financeira em massa, os mercados de valores financeiros passam a ser sítios opacos onde nada é o que parece e tudo pode acontecer de um dia para o outro. Com o fluxo de triliões de dólares por dia na economia global a ser comandado por hedge funds e megabancos, economias e empresas podem ser afundadas ou ascendidas ao topo on a moment's notice.

f) Derivativos. O ex-libris de pump and dump, com a criação de valores virtuais tóxicos que substituem mundo real (para formar hoje um gigantesco buraco negro de dívida sobre toda a economia global), mas alimentam-se dele, sugam todo o valor nele existente, implodem economias.

- Através de valência de securitização, permitem usar este sistema com literalmente tudo no mundo real, de dívidas nacionais a recursos específicos

DESREGULAÇÃO MERCANTIL, FREE TRADE

a) Desregulação mercantil, a par de financeira. Entra no movimento geral para desregulação de actividades de consórcio, contra os pequenos e médios agentes na economia.

b) Regulação selectiva / Estatutos de competição desleal para MNs

. Grandes grupos multinacionais recebem condições privilegiadas, o que acontece sob o rationale para mercantilismo, i.e. comércio deve ser actividade protagonizada por grandes agentes transnacionais que usufruem de condições de maximização de eficiência, i.e. competição desleal

. Isenções fiscais e regulatórias / Subsídios especiais / Liberdade para fazer dumping e outros processos de competição desleal aberta / Poder de decision-making por inclusão em quadros regulatórios, sejam eles directos (no governo) ou indirectos (nas confederações de sector; mandatadas por governo)

. Remoção de protecções tarifárias

. PMEs são essencialmente chased out of business, por meios regulatórios e fiscais, ou pressionadas a afranchisamento

. I.e. mercado é consolidado sob grandes consórcios multinacionais, hoje, globais

c) Desindustrialização e deslocalizações produtivas

. Fluxo do trabalho e da produção para zonas mais baratas

. Concertação para isto através de tratado (e.g. GATT) e facilitação através de subsidiação, condições especiais, quando não pressão directa para sair; quantas empresas não são essencialmente ordenadas a ir para a China e outros, pelos próprios governos nacionais: “pirem-se, nós pagamos a despesa e os vossos primeiros dez anos lá; caso contrário, sejam fechados cá, porque temos quotas a cumprir”.

. Em tudo isto, o cidadão comum literalmente pagou impostos para perder o emprego e para assegurar que os seus filhos nunca teriam um emprego a sério

DESREGULAÇÃO FINANCEIRA E MERCANTIL, em pleno ataque à família média

Dominação, consolidação, aquisição hostil – ideologia corrupta para práticas corruptas. Todo o espírito de desregulação financeira e mercantil baseia-se em abrir totalmente uma economia, em todas as suas vertentes, a ofensivas para dominação e consolidação por parte de consórcios multinacionais

Destruir proverbialmente a economia nacional e adquiri-la por meia dúzia de tostões

Noção corrupta, ideológica (e.g. East India Co., com o Hayleybury College e os economistas políticos britânicos) de que todos os processos económicos devem ser controlados por grandes agentes transnacionais, que usufruam da máxima liberdade de operação sobre toda a sociedade, de modo a “maximizar eficiência” (ou seja, soberania privada plena sobre indivíduos, nações e sociedades) ---- na verdade, estamos perante ideologia artificial, criada por e para grandes consórcios, para legitimar puro e simples crime organizado.

Economia pode proteger grandes grupos ou a família média – não há meio-termo. Uma economia pode proteger a família média ou o grande grupo de interesses ----- ou a regulação em vigor protege um ou o outro, um meio-termo não é possível ----- quando o grande grupo de interesses é inteiramente desregulado, o que acontece é que regula totalmente a família média, e isso é crime organizado ----- o que deveria acontecer, a ordem natural das coisas, é precisamente o contrário

REGIONALIZAÇÃO ECONÓMICA

Pooling sob agências de governância económica

. O estado-nação não se aguenta sob free trade; é literalmente eviscerado.

. Para manter algum aspecto de economia funcional, sob subprodução crónica, precisa de se endividar. A certo ponto, isso já não é suficiente.

. A solução óbvia é fazer pooling económico (monetário, financeiro, produtivo) com outros países nas mesmas condições; o espaço CEE é o pioneiro nisso

. Isto não é espontâneo nem acontece apenas porque sim, normalmente é um processo preparado com anos de avanço.

. O pooling é organizado pela delegação de agências de governância comum.

. Por ex. na frente monetária e financeira existirá um banco central comum e um conjunto de agências e comités coadjuvantes / por norma haverá um BDR, banco de desenvolvimento regional / na frente mercantil existirão agências regulatórias free trade ("FT agencies")

Abdicação de soberania, harmonização regulatória

. A condução do pooling implica cedência de soberania económica a estas entidades, que vão depois organizar estandardização de condições, para obter "maximização de eficiência", "optimização". Existe, portanto, um processo de homogeneização gradual – harmonização regulatória.

. Sob tudo isto, há o pooling de dívidas, valores financeiros, recursos, meios de produção, etc., numa área económica (aka região, zona)

. As FT agencies são tornadas responsáveis por coordenar e regular todo o funcionamento em FT, incluíndo a harmonização regulatória.

. Reorganização transregional das actividades económicas por moldes mercantis, i.e. sob sistemas de alocação e quotas, favorecendo sempre grandes consórcios MNs (e com isto temos o free trade bloc)

Resultados na frente económica

. Isto leva-nos a:

- Consolidação de mercado sob MNs
- Redução gradual de standards de vida, salários, etc., para criar o ambiente propício a controlo de cartel
- A economia nacional é redistribuída, para a região e para o grupo de interesses (do micro ao macro sem intermédio)

Spillover e "ever closer union" até ao superestado / o caso UE

Integração guiada progressiva, com cada passo a lançar as bases para um ou mais passos seguintes.

. A configuração da área pode avançar na seguinte ordem:

- União tarifária → económica e monetária → fiscal e política

- Ao longo do spillover, tivemos um processo gradual de substituição do estado-nação por um superestado imperial. Os centros de tomada de decisão mudaram, bem como as leis, as regras e a configuração total da economia (agora irreconhecível, quando comparada com o ponto de partida). Agora, existe um novo sistema e é um **superestado imperial**.

. Aqui temos o caso particular da **UE**.

. Comparação da **UE com a CMEA**

Superestado / Despotismo, uma vantagem para grandes grupos de interesses / Jogos dialécticos

Homogeneização simplifica a vida de grandes consórcios. É mais simples e rentável, para estas entidades, ter largos espaços económicos e territoriais estandardizados, onde podem agregar as suas várias valências com o menor grau de dificuldades e de impedimentos regulatórios.

O espaço comum imperial é também um espaço que deriva para despotismo de uma forma bastante natural. Isso é vantajoso para este tipo de entidades, que mandam nos governos de bloco (o espaço imperial está sempre sob state capture) e podem usufruir do poder despótico para obter controlo total sobre mercados, reduzir standards de vida, usar as forças armadas em proveito próprio, etc.

O bloco imperial pode ser usado como um veículo de poder para a condução de jogos geopolíticos.

- e.g. alta finança pode controlar (controla) 2 ou mais blocos, firmas competidoras dos mesmos shareholders, e depois jogá-los um contra o outro, para daí obter mais valias (choques NATO/Rússia devastam a Ásia Central e isso permite acesso rápido aos mercados locais).

REORGANIZAÇÃO REGIONAL DE PRODUÇÃO

a) EUROPA

- Serviços financeiros
- Hubs centrais de gestão de informação
- Alguma produção high-tech

b) AMÉRICA DO NORTE

- Recursos naturais

- Alguma produção, especialmente high tech

c) AMÉRICA LATINA

- Recursos naturais

- Agro-industrial

- Produção industrial low tech

d) ÁFRICA

- Recursos naturais

[- África, eternamente África, até ao dia]

e) MÉDIO ORIENTE, NORTE DE ÁFRICA

- Recursos naturais, especialmente energéticos (petróleo, gás natural, solar)

f) ÁSIA CENTRAL E RÚSSIA

- Recursos naturais (e.g. mineiros, energéticos)

- Indústria mid-tech

g) CHINA

- Produção industrial low e mid tech

O DÓLAR FIAT GLOBAL

Dólar fraccional do pós-guerra. O dólar fraccional de Bretton Woods é a moeda de reserva do planeta no pós II Guerra. O facto de esse dólar depender da posse EUA de ouro depaupera lentamente o dólar em si, bem como a gold supply dos EUA.

O dólar fiatizado de 1971. Isto leva à adopção do dólar fiatizado de 1971, sob a orientação da política de especulação selvagem de Paul Adolph Volcker, Fed, FMI. É uma moeda de flutuações artificiais, em FER, essencialmente colateralizado com o grande poder e influência global da economia americana.

Petrodólar. Em breve, o dólar passa a ser colateralizado com o mercado global de petróleo, após os esforços de Kissinger no Médio Oriente. Com o petrodólar, todas as transacções de petróleo à escala global são feitas em dólares. Isto significa que o dólar tem de ser continuamente adquirido e usado por compradores de petróleo, algo particularmente punitivo para países de 3º mundo (que têm de se endividar fortemente para o fazer junto da banca comercial e de investimento).

- A alta finança faz fortunas com este processo

- O petrodólar é emitido em massa pela Fed

- Torna-se o motor da economia especulativa global dos 70s onwards. Torrentes de dólares inundam mercados internacionais, são altamente especulativos e permitem outros jogos altamente especulativos;

Tornar petróleo caro para valorizar petrodólar, permitir jogos oscilativos – Peak Oil. Para manter uma elevada valorização, o petróleo tem de ser caro. Isso significa que tem de ser mantido artificialmente escasso; ou pelo menos que a ilusão de escassez tem de ser criada. É por esta altura que surge o mito anti-científico do peak oil, inventado pelo Clube de Roma com a sua saga dos limites ao crescimento e assim sucessivamente. Este conceito garante a valorização especulativa do petrodólar, on demand.

Dólar fiat mantém US economy à tona, durante desmantelamento GATT. Nos EUA, o aparelho de especulação e dívida (interna e externa) preserva a aparência de normalidade. Isto é, lucros especulativos, endividamento interno em massa, pagamentos de dívida, compras de dólares, etc. mantêm os EUA à tona, enquanto a economia americana é lentamente desmantelada por meio de GATT e outros (mais tarde, NAFTA).

Hoje, dólar fiat global fiatizado por todos. Mais tarde, temos o dólar fiatizado por todos, com o mercado de derivativos e tudo o resto. Mas é claro que uma base relevante continua a ser o petróleo. Continua a ser a base especulativa para a economia-casino global.

Sob QE unlimited, possibilidade de hiperinflação do dólar. Toda esta profusão de dólares levanta questão de dumping global após QE unlimited. Se um dia, Rússia, China, Europa e outros fizerem dumping dos seus dólares, os EUA serão erradicados do mapa. Um efeito mais lento

pode ser obtido pelo retorno gradual mas certo de massas de dólares ao espaço económico EUA, com a compra estrangeira, em dólares, de tranches da economia.

IMPÉRIO ANGLO-AMERICANO

[pode ser primer para transição bellum omnium omnia]

- Aqui temos ascensão do Império Anglo-Americano (hoje, Euro-Anglo-Americano / NATO), mesmo enquanto a América deixa de o ser e desaparece gradualmente (land of the indebted, home of the slave).

- Funciona como uma continuação *mais ou menos* directa do antigo Império Britânico, a ligação é feita através do facto de representar a América após absorção de facto pela City of London, que continua a ser o núcleo da ainda existente entidade legal "British Empire". Ou seja, como Cecil Rhodes queria, os coloniais foram reabsorvidos no grande Império mercantil e são usados para o fazer crescer.

- Baseado naquilo a que Catherine Austin Fitts chama de "central banking warfare model".

- Bancos privados + Fed asseguram emissão de massas de dólares e outros valores especulativos (e.g. derivativos) que são acedidos por consórcios a preços irrisórios e usados para comprar o mundo.

- Padrão de neo-colonialismo, alta finança e companhias mercantis usam forças militares metropolitanas como mercenários para construir impérios público/privados

- As forças armadas são a força mercenária que assegura que esse controlo não é ameaçado. Os militares são corpos em uniformes para assegurar isso no terreno, forças expedicionárias imperiais, como as legiões romanas ou os redcoats.

- Isso significa atacar e invadir países que ameacem a estabilidade do sistema financeiro global especulativo [como **WEF 2013** diz, soberania económica é uma provocação de guerra]

- Significa também saquear países por recursos e por colateralizações.

- Um país é atacado num de três: 1) endivida-se e não paga, após tentativas insistentes; 2) tem recursos desejados que não cede; 3) faz alguma truque monetário, financeiro ou produtivo out of the box

- O país pode ser atacado de muitas formas: a) invasão directa ou no-fly zones/bombings, etc. 2) golpes, desestabilizações, revoluções (e.g. people power coups); 3) assassinatos políticos; 4) repressão interna via compra de forças armadas, polícia, estruturas governamentais chave.

- Aqui, "military-industrial complex" é o aparelho privatizado que assegura tudo isto.

- Expansão militar global, por todos os continentes e oceanos

. Global power projection

. Forças especiais

. Forças mercenárias adidas

. ONGs, fundações, como instituições weaponized, para todo o género de acções no terreno

- Agora, há este paradoxo interessante, em que existe um "New American Century", para expansão global, e é suportado pela China, um suposto rival, que teria o poder de acabar com a principal metrópole (EUA) com a maior pinta do mundo, se fosse efectivamente um rival (operações financeiras, guerra relâmpago) / mas não é, a China actual foi industrializada à conta de GATT com os EUA

- Neste momento, o Império Americano converte-se gradualmente na Ordem Multipolar

- ATTALI: "Potência global até 2035"

A PRIMAZIA DA ALTA FINANÇA NA ECONOMIA GLOBAL.

Controla o circuito da interdependência global pelo controlo do crédito. A alta finança é a concessionária daquilo que faz a "economia global" funcionar: crédito especulativo privado. Recebe uma fatia sobre a larga generalidade das trocas de bens e serviços que são operadas abaixo de si. Controla o circuito da interdependência global, pelo controlo do crédito.

Força organizadora da economia global em si.

Firmas de investimento, megabancos, agências, companhias multinacionais. A alta finança é também a força organizadora da economia global em si. Esse processo foi/é coordenado pelos mais altos níveis da alta finança em si, um conjunto limitado e selecto de grandes firmas de investimento globais ou, bancos mercantis. Ao longo dos últimos séculos, estas firmas vieram a construir vastos impérios financeiros, industriais, políticos e sociais. Hoje em dia, estão nos epicentros de enormes constelações de negócios e empreendimento. Nessas constelações, encontramos outras valências em banca de investimento, bem como banca comercial, banca central, *hedge funds* e outros grandes seguradores. Depois, temos toda uma multiplicidade de agências financeiras menores. Os empreendimentos empresariais em sectores comerciais especializados são feitos por meio de grandes companhias multinacionais. Hoje, não existe uma única companhia multinacional que seja independente dos grandes consórcios financeiros controlados por estas firmas de investimento. A era em que *havia* companhias multinacionais auto-sustentadas e independentes já acabou há muito tempo; há mais de 70/80 anos. De resto,

isto acompanha a norma histórica, do Império Veneziano em diante, que é a de que as grandes companhias mercantis sejam subsidiárias especializadas e subservientes a grandes consórcios financeiros.

Impérios financeiros e mercantis.

Estados dentro de todos os estados – Controlo sobre governos, forças armadas, etc.

Vastos exércitos de fundações, ONGs, movimentos sociais, grupos terroristas, etc. Estes impérios assumem-se como estados dentro de todos os estados onde o consigam fazer (hoje em dia, são quase todos). Incluem vastas redes de influência e modificação social on demand, organizadas por fundações, ONGs, movimentos políticos e sociais de todas as cores imagináveis. O controlo exercido sobre os governos nacionais e sobre as agências de governância internacional é aquele que sempre existe sob mercantilismo; o governo e a agência de governância funcionam como clearing houses para os caprichos dos patronos na alta finança. Neste contexto geral, as forças militares tornam-se (por vezes conscientemente) em forças mercenárias, colocadas ao serviço destes interesses privados tanto como a Royal Navy era colocada ao serviço da East India Co. O controlo da alta finança sobre o sector militar também passa, claro, pelo controlo dos interesses comerciais que o operam. O leque dos banqueiros não estaria completo sem a propriedade de múltiplos grupos mercenários, paramilitares e terroristas pelo planeta fora. Forças similares às forças coloniais terroristas que eram utilizadas pelo Império Britânico para gerar caos e desestabilização *on demand*. A coordenação destes grupos é geralmente feita pelo elemento militar/intelligence, geralmente em coordenação com redes especializadas operando em nexos institucionais entre firmas, companhias, fundações, ONGs.

GLOBALIZAÇÃO: Integração mercantilista das economias do planeta.

Mercantilismo conduz globalização. É o modelo *mercantilista* que está a conduzir o processo de globalização. A "economia global" é um espaço mercantilista gerido pela alta finança global. Tem uma arquitectura complexa, top-down, regionalizada em blocos FTA, regulados por agências de governância FT, entidades público/privadas e pós-democráticas (i.e. autoritárias).

Formação de dezenas de FT áreas ao longo das últimas 5/6 décadas. Ao longo das últimas décadas, 50/60 anos, temos a difusão do paradigma mercantilista, com a formação de dezenas de FTAs pelo mundo fora. A criação da economia global tem vindo a passar pela criação de dezenas de *free trade areas* pelo mundo fora; cada continente e cada subcontinente tem múltiplas áreas deste género. Algumas foram abandonadas e revistas. Outras foram consolidadas em uniões económicas; outras em uniões políticas; outras estão em transição para esses estatutos.

Três motores de integração. As três grandes zonas de integração global são, claro, a União Europeia (UE), a leste asiática (ASEAN) e a norte-americana (SPP-NA), que funcionam também

como os três motores essenciais de integração em tudo isto. São os pólos essenciais de organização e financiamento para integração global, como Zbigniew Brzezinski lhes chamou, em "The Grand Chessboard".

GLOBALIZAÇÃO: Interdependência global (dependência total).

Globalização cria interdependência global, o Sistema Geral Global.

Onde ninguém pode ser auto-suficiente, independente.

Interdependência significa dependência total do sistema integrado dos bancos. Basicamente, o grande circuito de interdependência global do capital financeiro. O resultado do processo de globalização não foi o de empoderar os vários estados e regiões com as suas próprias capacidades produtivas autónomas. Pelo contrário, foi redistribuir a capacidade produtiva do 1º mundo pelas restantes regiões, por forma a montar um aparato económico global "interdependente": nenhum país e nenhuma região têm a capacidade de ser auto-suficientes, sendo que todos estão dependentes de todos os outros, através da "economia global" (ou Sistema Geral Global, como lhe chamaria um dos ideólogos deste estado de coisas, o aristocrata Socialista francês Henri de Saint-Simon).

Nenhum país pode ser próspero ou auto-suficiente, todos são interdependentes. Sob interdependências, nenhum país pode ser próspero ou auto-suficiente (o que lhe permitiria fazer a sua vida por si mesmo). Todos são mantidos interdependentes, significando que são inteiramente dependentes dos *interesses financeiros* que gerem a *comunidade internacional*. Note-se que, aqui, não se está a falar de nações ou blocos, apenas de interesses financeiros; nações e blocos vêm depois. A interdependência financeira (traduzida depois em toda uma série de outros domínios) é acompanhada de restrições a desenvolvimento físico, impostas por meio de tratados e acordos.

Interdependência ou, o modelo britânico do xadrez social, global. Todo este sistema de organização é, claro, baseado no sistema britânico de "checks and balances" ubíquos. Se esse sistema for aplicado à acção das classes governantes, é um sistema produtivo e bom; é o caso sob Constitucionalismo americano. Mas a aplicação britânica típica é às actividades de *toda* a sociedade (ou seja, um grande xadrez interconectado, uma prisão sócio-económica conjunta), e isto inclui blocos e nações, numa sociedade global.

GLOBALIZAÇÃO: A formulação gradual de uma free trade area global.

Estruturas e sistemas de governância para todos os sectores da vida humana. A maior de todas as *free trade areas* é o próprio planeta. O processo de globalização é a formulação lenta e gradual

de uma *free trade area* global. É isso que já é, na prática, a "economia global"; sob um avançado grau de integração. Tem a sua própria *star chamber*, a sua própria agência regulatória de free trade, a Organização Mundial de Comércio, OMC. É regulada pelo seu próprio conjunto de tratados mercantis, os tratados GATT, General Agreements on Trade and Tariffs. Tem o seu próprio banco de desenvolvimento, o Banco Mundial. A par e passo, o embrião para um Tesouro, o FMI. Existe também o embrião de um banco central para o planeta, planeado para emitir crédito a partir da colateralização de recursos naturais; a Global Environmental Facility, GEF. A "economia global" tem um aparato de agências de governância, as restantes instâncias do sistema ONU. Tem as suas próprias forças armadas embriónicas, na forma da NATO (ou Aton, com uma suástica como símbolo). Existe um sistema de governo predefinido, Agenda 21. O tratado Agenda 21 da ONU cobre todos os domínios da vida, e é um sistema de gestão integrada de recursos e de populações para literal estandardização do planeta, do local (comunidades locais) ao global ("comunidade global").

Attali (2008): "Economia global exige governo global". Como Jacques Attali disse em 2008, uma economia global (união tarifária e económica em estado avançado) exige governância global (união política); governância global é o império global. Por enquanto, isso ainda não existe e, a integração da economia global ainda está longe de estar acabada – e, se Deus quiser, nunca estará.

GLOBALIZAÇÃO: Deslocalizações, redistribuição de capacidades produtivas.

Maximização de eficiência por redução de custos de produção e por especulação. No espaço conhecido como "economia global", a maximização do lucro e da eficiência são encontrados pela redução contínua de custos de produção física e pela obtenção de mais-valias em valores virtuais (especulação no vazio).

Redistribuição de produção de 1º para 3º mundo – défice drástico de produção global. Temos a redistribuição global de capacidades produtivas, através da deslocalização da produção, das regiões industrializadas do planeta para as regiões não-industrializadas (as primeiras tornam-se, claro, pós-industriais, i.e. desindustrializadas e as segundas nunca ganham a sua própria auto-suficiência – todos são "interdependentes", i.e. totalmente dependentes). Isto, claro, corresponde a um fluxo da produção para onde é mais barata. Este movimento depaupera por inteiro as antigas economias soberanas e é facilitado por meios regulatórios, através de subsidiação, regulações específicas, etc. Apenas redistribui a capacidade produtiva, sem a aumentar, o que resulta no actual défice dramático de produção à escala global. A instância essencial que tem regulado e mediado esse processo de redistribuição global de produção são os acordos GATT da OMC.

GLOBALIZAÇÃO: "Free trade", um ideal sintético, ou o poder das palavras.

Algo que parece soar bem torna-se mais importante que a vida humana. Ao mesmo tempo, "free trade" tornou-se uma espécie de ideal sintético, algo de desejável porque parece soar bem, elevado até ao estatuto de um imperativo categórico, algo mais importante que o nível de vida – ou a sobrevivência – do ser humano médio.

Free trade global: competir com China (escravatura e brutalidade).

Corrida para o fundo (aldeia global), como Bentham, Keynes e Peccei queriam. Sob "free trade" global, temos de competir com a China. Como é que se compete com devastação, brutalidade e escravatura? Bom, sob os termos de "free trade" e "harmonização global", não existe qualquer opção ou alternativa – tem, inevitavelmente, de se usar devastação, brutalidade e escravatura. A corrida para o fundo. O processo é gradual, a queda é lenta mas segura, e ainda há muito para cair. Em nome do ideal de "free trade", que é um mero eufemismo para o livre saque do planeta por uma mão cheia de corsários na alta finança. E é isso que era aprovado por David Ricardo, Jeremy Bentham, Maynard Keynes e a LSE, Aurelio Peccei, e tantos outros ideólogos da aldeia global – na prática, será a plantação global, se permitirmos que as ideias destas pessoas vençam sobre a civilização humana.

FREE TRADE DEALS: Arbitrariedade legal e anulação de direitos universais.

Estabelece FT area, regras básicas para essa região. Um FT agreement (FTA) é um acordo estabelecido entre um conjunto de países, pelo qual esses países acordam estabelecer uma forma de união alfandegária entre si, i.e. uma região alfandegária estandardizada sob condições de free trade. O FTA lança algumas bases de partida para definir quem pode fazer comércio em que sectores, sob que condições. Coloca os países signatários sob a governância comercial de agências específicas por si (FTA) definidas, free trade agencies. É formado um espaço regional a caminho de estandardização comercial, uma zona económica transnacional; algo que é conhecido como uma FT area, bloc, zone.

Privilégio aos grandes consórcios multinacionais. Algumas das condições de união alfandegária são exclusivas, estabelecendo privilégios específicos para actores específicos. Aqui reside um dos pontos de destaque dos FTA e de todo o sistema de free trade: visa privilegiar os grandes consórcios multinacionais acima de todo e qualquer outro agente económico (ou, melhor dizendo, à custa de todos os restantes agentes económicos).

Concessões gerais, um pé na porta para substituir **direitos universais**. Mas as condições de união alfandegária também podem incluir cláusulas de concessão extensíveis a todos os agentes económicos das partes signatárias; i.e. o FTA estabelece *concessões gerais* que são abrangentes a todos agentes dos países signatários. Esse processo é muito perigoso, porque transmite a ideia de

que estas concessões gerais são equivalentes a direitos universais, quando não o são; ao contrário do que acontece com um direito universal, uma concessão pode ser retirada com um estalar de dedos. Este é um dos mecanismos pelos quais os sistemas regulatórios FT colocam o pé na porta para *substituir*, *anular*, os códigos legais constitucionais (baseados em direitos) por regulação arbitrária (baseada em concessões).

FT AGENCIES.

Free trade areas sempre governadas por agências mercantis (e.g. Comissão Europeia).

Governância sobre toda a vida económica (eventualmente sócio/política) da região. Uma *free trade area* é regulada por agências regulatórias específicas, que podemos chamar de *free trade agencies*. A Comissão Europeia, por exemplo, surge como uma pura *free trade agency*. Estas agências coordenam todo o funcionamento regulatório de FT. Por um lado, isto implica que definem quais os actores que são concessionados para actividade comercial, sob que parâmetros (quem pode fazer o quê, como e quando); um processo que é geralmente feito numa base de exclusividade, caso-a-caso. Mas também implica que conduzem a homogeneização gradual de regulações alfandegárias e comerciais para a área regional em si. O aparato regulatório é isso mesmo, um aparato. Pode ter um epicentro legal numa agência específica (o epicentro real serão sempre os banker boys) mas delega responsabilidades específicas a agências subsidiárias distribuídas ao longo de toda a cadeia. Sob mercantilismo puro, a governância é sempre subsidiária, concessionária, para todos os domínios da vida.

FT AGENCIES: Star chambers, tribunais mercantis (arbitrariedade e corrupção). Nos meios mercantis da era medieval, estas entidades eram conhecidas como star chambers; eram tribunais que decidiam da alocação de privilégios mercantis [*o conceito de star chamber aplicava-se a qualquer situação de tomada de decisões a porta fechada, para arbitrariedade e corrupção*]. Era na star chamber do rei, ou do imperador, que as companhias medievais (e, mais tarde, da era colonial) obtinham (geralmente, compravam) os seus privilégios de concessão. É claro que a expressão *star chamber* veio a tornar-se sinonímica com corrupção e cleptocracia. As star chambers, como as comissões executivas de carteis e de consórcios, funcionam de um modo bem tipificado para a cultura pop pelas comissões da Máfia Siciliana (e.g. Comissão das Cinco Famílias). É o mesmo exacto sistema, com o mesmo exacto modus operandi. A diferença é que um sistema é localmente respeitável, ao passo que o outro é internacionalmente respeitável. Hoje, o termo *star chamber* é substituído por linguagem institucional tecnocrática.

Redistribuição da economia para o grupo de interesses e para a região. Sob mercantilismo, só existem dois tipos de fronteiras de protecção económica. O primeiro são aquelas que protegem a região económica dos regimes circundantes. O segundo são aquelas que protegem grupos de interesses específicos, e que acompanham cada regime de privilégio, cada concessão. Por exemplo, uma companhia mercantil pode ser encartada para ter uma tarifa própria que a proteja de outros empreendimentos feudais. Um grupo profissional pode usufruir de direitos especiais atribuídos à sua respectiva *franchise*, ou concessão. O mesmo para um grupo social. E assim sucessivamente.

FT AGENCIES – Modelo público/privado, i.e. corrupto.

A gestão de uma concessão é sempre integrativa, público/privada.

Alguns privados usurpam poder público para mandar em todos os privados. A gestão de uma concessão, de uma *franchise*, é sempre integrativa. Por outras palavras, a agência regulatória integra, inclui, representantes das partes concessionadas, sob o modelo de parceria público/privada. O espaço comercial é entendido como uma "comunidade" onde todos trabalham em concertação, já não existindo distinção entre domínio público (regulatório) e domínio privado. Ou seja, alguns privados concertam-se para assumir controlo do domínio público e mandar nas vidas de todos os privados.

Regulação público/privada é a antítese de universalidade e de equidistância. A agência regulatória é inteiramente público/privada e o mesmo acontece com o exercício de cada concessão. É claro que, aqui, a expressão "público/privado" é uma forma de doublespeak, uma vez que o domínio público (i.e. universal e equidistante) deixou de existir. Tudo passou a ser *concessionado* e isto é um sinónimo técnico de privatizado, feudalizado, corporativizado. Estas agências regulatórias são, portanto, a antítese da ideia de entidades legislativas e regulatórias públicas, que definem regras universais e equidistantes para todos os agentes numa sociedade.

Corrupção, aka Comunitarismo, Corporativismo – o fascii. Por outras palavras, *corrupção*. Quando é institucionalizada esta forma de corrupção assume o nome técnico de Corporativismo, ou de Comunitarismo. A ideia de integração ubíqua entre as várias partes de um sistema foi bem tipificada pelo *fascii* de Fascismo (um dos sistemas corporativistas, ou comunitários – Capitalismo Integrativo, Socialismo Tecnocrático ou Comunismo são outros exemplos). O *fascii* é o feixe no qual todos estão unidos, uma grande família feliz, sistémica, integrativa.

Modelo usado sob free trade global. É claro que esse é o modelo que é abertamente adoptado sob free trade global.

SPILLOVER, FUSÃO, UNIÃO.

Proto-governo. A união alfandegária em si leva a homogeneização regulatória gradual, um processo conduzido pelas agências concessionárias (e.g. a comissão europeia da OSCE). Em breve, esse corpo de agências começa a assumir o aspecto de um governo comum a toda a *free trade area*. Talvez ainda não o seja *de facto*, mas assume funções proto-governamentais (e.g. CEE).

Spillovers e "ever closer union". Como visto com UE. Integração guiada progressiva. Uma mudança leva a outra, a outra e a outra, e todo o processo é planeado e guiado por tecnocratas em comissões executivas multinacionais. Vamos de união tarifária para união económica, monetária, daí para fiscal, política; não necessariamente por esta ordem, varia.

"Ever closer union". Uma *free trade area* começa sempre por ser uma área de união alfandegária, mas depressa estabelece laços cada vez mais estreitos e complexos de *interdependência*, mutando-se para formas progressivamente mais fusionais de união. A união alfandegária em si leva a homogeneização regulatória gradual, um processo conduzido pelas agências concessionárias (e.g. a comissão europeia da OSCE). Em breve, esse corpo de agências começa a assumir o aspecto de um governo comum a toda a *free trade area*. Talvez ainda não o seja *de facto*, mas assume funções proto-governamentais (e.g. CEE). Em breve, o grau de união regulatória e os laços de interdependência económica tornam-se tão profundos que exigem alguma forma de união económica, secundada por união política (e.g. a UE de Maastricht e do Tratado de Lisboa). Durante este passo do processo, passa a existir um governo supranacional comum, naquilo que já é um superestado estatutário (e.g. Tratado de Lisboa). Em breve, surge união fiscal e a integração da *free trade area* torna-se completa. Existe um império real. É claro que os passos de união não precisam de ocorrer por esta ordem exacta. Este é um mecanismo de estreitamento progressivo de relações, interdependência progressivamente maior até fusão final. A expressão que melhor caracteriza este processo é a de "closer union", designada para vários propósitos por aqueles que foram largamente os iniciadores da globalização enquanto tal, a Round Table de Cecil Rhodes e Lord Milner. Pegando nesse tema, a UE usa "*ever closer union*" como seu mote desde o Tratado de Roma de 1957.

Império/Superestado. Ao longo do spillover tivemos um processo gradual de substituição do estado-nação por um superestado imperial. Os centros de tomada de decisão mudaram, bem como as leis e as regras. Agora, existe um novo sistema por cima do antigo, a absorver e a sobrepor-se ao anterior.

CORRIDA PARA O FUNDO: 1º MUNDO

De 1971 em diante, capital financeiro substitui capital produtivo.

Com isto, surge estado pós-moderno, facilitador de destruição sócio/económica.

Rolling over the debt (roll over boy).

Taxação sobre rendimentos, propriedade, fim de colecta tarifária.

Receitas extraordinárias – Corporate raiding, assett stripping.

Grande Recessão (1).

Grande Recessão (2): Ganhos privatizados, défices socializados – A Nova Economia.

Grande Recessão (3): IMF shock therapy – Neocolonialismo.

Grande Recessão (4): FMI e o primado da multinacionalização de todo o planeta.

DITESCO MORI: Virtualidade, desmantelamento, traição, comportamento anti-social.

Estado pós-moderno: O toque de Midas invertido.

NARRATIVA: Da FTA ao colapso económico a tecnofascismo

Ambiente mercantilista ("free trade") conduz corrida para o fundo.

O processo de colapso sistémico.

Privatização e financialização de recursos.

Taxação de consumo – Vida comunitária (como na prisão) – Soja GM.

A sociedade tecnofascista.

A Nova Sociedade, um espaço de masturbação, suicídio, monitorização.

De 1971 em diante, capital financeiro substitui capital produtivo.

Possibilitado por desregulação financeira em escala. Desde os anos 70 que as economias ocidentais têm vindo a abdicar das suas respectivas capacidades produtivas e a manter-se à tona à base de especulação e de dívida bancária. Este processo permitiu suster a ilusão de normalidade (e até de crescimento) através da circulação de riqueza virtual. Capital produtivo é substituído por massas de capital financeiro especulativo. Esse fenómeno era impossível antes da introdução de especulação cambial irrestrita nos anos 70 e, do movimento de desregulação financeira que permite a generalização, a partir dos anos 90, dos mercados de derivativos (meros sistemas de casino, de apostas virtuais privadas, sem correspondência com qualquer medida de valor produtivo real). É claro que todo este sistema é baseado em ilusão ou, mais tecnicamente, em *promessas* monetárias e financeiras sem qualquer cobertura. As bolhas têm vindo a rebentar rotineiramente desde os anos 90, mais intensamente de 2007 em diante.

Com isto, surge estado pós-moderno, facilitador de destruição sócio/económica.

Socialização de despesas com base em dívida pública espectacular. Ao longo de todo o processo, temos o processo de ascensão do estado pós-moderno, uma criação da alta finança, especializado na gestão e na socialização de custos e despesas, à base do recurso a dívidas públicas espectaculares. Vamos ver o exemplo de um hipotético país ocidental.

Na primeira geração é o estado tecnocrático soft.

Desregula capital financeiro / facilita liquidação de produção / endivida-se.

Tem welfare para facilitar transição / mas principal welfare é sempre corporate. O estado pós-moderno é, na sua primeira geração, o estado tecnocrático *soft* – ainda público, pelo menos dentro de alguns parâmetros; e animado pela pretensão de parecer aberto e democrático. Porém, é uma entidade essencialmente pós-democrática, que existe para implementar os preceitos sócio-económicos que são favorecidos por oligarcas financeiros. Conduz a corrida para o fundo. Assina tratados de deslocalização de produção e de postos de trabalho e abre a economia a consolidação por companhias multinacionais. Desregula o sector financeiro para todo o tipo de bolhas especulativas e *assett stripping* pela alta finança. Todos estes passos geram um vácuo letal na economia real que, numa primeira linha, se manifesta em questões como o escalar do desemprego, falta de oportunidades, despromoção da classe média a um patamar de assalariamento progressivamente mais precário. Enquanto isso, o estado pós-moderno endivida-se pesadamente no exterior. Uma parte desse dinheiro serve para pagar programas sociais e cheques de segurança social; empréstimos garantidos por receitas fiscais futuras. Mas essa é uma parte mínima, quando comparada com a quantidade de dinheiro que é utilizado em projectos free

trade que apenas favorecem grandes empreendimentos multinacionais – *companhia multinacional: montem uma operação aqui, nós construímos as instalações, oferecemo-las, damos-vos o exclusivo nacional e, até subsidiamos os dez primeiros anos de operação; enquanto isso, durante outros dez anos, subsidiamos as nossas próprias companhias nacionais nesse sector a deslocalizarem-se para a China*. Uma boa parte do dinheiro também vai para tranches entregues ao consórcio bancário que faz o negócio e que, quase sempre, é a entidades que por ele fez lobbying. Esse consórcio domina a companhia multinacional em causa, através de todo um conjunto de bancos subsidiários que, em conjunto, detêm a posição maioritária.

Rolling over the debt (roll over boy). O estado pós-moderno está, nesta altura, a flutuar sobre dívidas. Nisso, acompanha o resto da economia, durante esta fase; toda ela flutua sobre endividamento e especulação. A cada dia que passa, estas dívidas de estado tornam-se cada vez mais irreparáveis. A reparação implicaria a existência de uma economia produtiva, de forma a proporcionar a saída do carrossel de endividamento e uma colecta fiscal suficiente para saldar dívidas de estado. Na ausência de tais realidades, o tecnocrata que trabalha no Tesouro só pode abanar a cabeça, enquanto pensa no modo como os principais de todas estas dívidas são irreparáveis e, enquanto procura pensar nalguma ideia útil para os próximos pagamentos de juros. Com efeito, o estado está reduzido ao que se chama *rolling over the debt*, um processo de gestão permanente de dívida, pelo qual os pagamentos de dívidas prévias e de despesas correntes são feitos através de mais endividamento, num *non-stop* cíclico e contínuo de dívida, sobre dívida, sobre dívida. Neste processo, são os próprios bancos quem insistem que o principal não precisa de ser pago, só os juros (ou, até, parcelas dos mesmos, muitas vezes por prestações); afinal, não se faz dinheiro com a retoma do empréstimo inicial, mas apenas e somente com a perpetuação cíclica de pagamentos sobre os juros de mais e mais empréstimos. *Rolling over the debt* é o processo trágico pelo qual um Tesouro efectivamente *rolls over*, perante os banqueiros.

Taxação sobre rendimentos, propriedade, fim de colecta tarifária.

<u>Fim de colecta tarifária agrava situação de PMEs e pessoas normais (directa e indirectamente)</u>. Tudo isto faz com que este estado tecnocrático tenha de assumir o aspecto de uma agência de colecta fiscal. Em primeira instância, a taxação é sobre os rendimentos da produção e sobre propriedade. Mas, com a abertura de fronteiras comerciais, a produção tende a fluir para destinos mais baratos e, as PMEs e a classe média tendem a ser desapoderadas. Como resultado, a colecta de impostos vai ser progressivamente menor. A produção torna-se um valor escasso, o mesmo acontecendo para a propriedade de classe média; a restante (sob grandes companhias, fundações, classes altas e grupos corporativos específicos) tem o usufruto imoral de todo o tipo de isenções, o que faz com que só raramente seja taxada. Portanto, à falta de colecta suficiente nas frentes de rendimentos e propriedade, a taxação começa a transitar lentamente para a circulação e consumo

de bens: impostos de vendas e de valor acrescentado. A situação é agravada pelo fim das tarifas. Antes de entrar sob *free trade*, este país hipotético dependia largamente da colecta tarifária como fonte de fundos estatais. E, era uma fonte particularmente justa. Se alguém quer praticar comércio no espaço soberano de um povo, paga pelo direito de o fazer, e os rendimentos que resultam disso são aplicados no desenvolvimento sócio-económico do país, em prol da cidadania em si. E é claro que a existência de barreiras tarifárias funcionava como uma *firewall* de protecção geral – *para todos* – contra assaltos externos. Quando esta fonte de colecta cessou de existir, a colecta fiscal passou a ter de vir de outro lado. E isso foi, da cidadania e das PMEs; os grandes consórcios isentam-se, por meio de *offshores* fiscais.

Receitas extraordinárias – Corporate raiding, assett stripping.

Obtenção de receitas extraordinárias, outra forma de lidar com dívidas.

O exemplo de corporate raiding e assett stripping com as revolving chairs esquerda/direita. A obtenção de receitas extraordinárias era outra forma pela qual défices estatais eram resolvidos; particularmente através de privatizações. Geralmente, enquanto o dinheiro rolava, isto permitia todo o tipo de jogos. Um bastante típico é como se segue. Quando a direita estava no poder, privatizava uma qualquer firma pública, e.g. de utilidades. A nova gestão privada, de *corporate raiders*, destruía e saqueava a companhia, em operações de *assett stripping* feitas em parceria com os mais reputados bancos mercantis e *hedge funds* em circulação. Tudo isto era considerado uma *best management practice* (ainda é). A eficiência da companhia é maximizada, o que significa que a estrutura é desmantelada, com uma parte dela a ser enviada para países de 3º mundo, dois terços do pessoal a ser despedidos e substituídos por um *pool* subqualificado de subcontratados, que custam *peanuts* e não têm quaisquer direitos laborais. O estado responsabiliza-se por comparticipar tudo isto; o que inclui o aumento drástico dos salários e dos privilégios do *corporate board*, agora mais profissional e *MBA-managerial* que nunca antes. A mutilação do serviço – e da sua qualidade – é acompanhada do aumento drástico dos preços ao público. Os lucros dos accionistas atingem níveis estratosféricos. Ao mesmo tempo, são emitidos títulos sobre as operações de desmantelamento, o que permite que uma mão cheia de gente faça muito dinheiro. Eventualmente, o equipamento desta firma de utilidades já está podre e a provocar acidentes; o paradigma é o de fazer dinheiro a desmantelar a companhia – *não gerir a companhia*. O problema aqui é que só se pode fazer *corporate raiding* e *assett stripping* até certo ponto. O resultado inevitável é a declaração de bancarrota e a fuga subtil. Por esta altura, a esquerda chega ao poder e nacionaliza a firma; discursos emocionados e bandeiras rosa/vermelhas a esvoaçar nos portões. Os responsáveis pelo desmantelamento, longe de serem presos, são compensados financeiramente durante a nacionalização. Vários deles recebem empregos em quadros de reorganização; outros são convidados para dar palestras sobre *business process management* em universidades reputadas. Massas de dinheiro emprestado são investidas na firma nacionalizada. Assim que a situação já está mais ou menos resolvida, a firma pode ser

privatizada/*raided* outra vez. A Grã-Bretanha, em particular, foi perita neste carrossel, passando mais de meio século (entre os 60s e o século 21) a fazer ciclos intermináveis disto; mas todos os outros países fizeram o mesmo.

Grande Recessão (1).

Crise de derivativos, as financial WMDs.

Bailouts e QE, em vez de liquidação de lixo financeiro, re-regulação do sector financeiro. É este estado tecnocrático que é confrontado com a crise de derivativos que esmaga a economia global de 2007/08 em diante. Derivativos são lixo especulativo, papel baseado em papel, dívida insolvente, ou, como um cândido Warren Buffett (investidor de topo em tal lixo) lhes chamou, "*financial weapons of mass destruction*". São veículos de terrorismo financeiro, meras apostas sobre valores virtuais que, não produzindo *nada* no mundo real, exigem porém uma constante e destrutiva colateralização a partir de bens reais, do mundo real. Quando a crise estoura sobre o mundo, a partir dos abismos negros, profundos e infernais de Wall Street, do Royal Bank of Scotland e do JP Morgan de Londres, é o estado tecnocrático pós-moderno que tem de se haver com a "necessidade de salvar os bancos" (todo este lixo deveria ter sido simplesmente eliminado e o sistema financeiro re-regulado) e, portanto, com os programas de subsidiação contínua do sector bancário por *bailouts* e por QE. No primeiro caso, o estado entrega os seus próprios fundos aos bancos. No segundo, garante a emissão de dinheiro por QE com receitas públicas futuras.

"Crise de dívida soberana" – Agora é estado que precisa de bailouts (mas vão para os bancos). É claro que este era um estado que já estava ultra-estendido para todos os lados em dívida essencialmente irreparável; agora, fica numa situação inacreditavelmente pior. Começa por "salvar os bancos" e acaba enterrado em "crise de dívida soberana". Hedge funds e bancos ajudam ao processo, por meio de operações de *shorting* sobre IOUs governamentais (destruir valor) e de artigos no NY Times e no Financial Times sobre o "incompetente governo do país X" (destruir confiança, para facilitar a destruição de valor). Agora é o estado que precisa de *bailouts* e estímulos. Esse crédito entra, provindo de bancos centrais (mas também de bancos privados) e, *it's a kinda magic*, passa directamente para os cofres de bancos privados selectos.

Dívidas intergeracionais. Este processo é repetido múltiplas vezes; existe sempre a necessidade de mais e mais estímulos. Todo este dinheiro é garantido por colecta fiscal futura – pelos contribuintes do país. Por gerações deles; estamos a falar de dívidas de dimensão intergeracional.

Dinheiro dado a bancos expande buraco negro de derivativos.

E é usado para investimento selectivo – absorção da economia por consórcios privilegiados. O crédito tem, depois, dois destinos essenciais. Por um lado, vai alimentar a proliferação contínua

de especulação por derivativos (desta forma perpetuando e expandindo a níveis imponderáveis o sistema de apostas de casino que gerou todo o processo de crise). Mas os bancos também o aplicam em empreendimentos a si ligados, domésticos e *offshore*: outros bancos, companhias multinacionais, fundações, ONGs. É investimento *puramente selectivo*. Os interesses alinhados recebem crédito; todo o resto da economia, hoje dependente de crédito alheio para funcionar, é colocada sob escassez artificial neste campo (tanto pelos bancos como por quem poderia emitir obrigações para recuperação da economia produtiva – o estado). A economia começa a ser absorvida por um novo corporate borg que surge de tudo isto e aborve e substitui-se a tudo em redor.

Grande Recessão (2): Ganhos privatizados, défices socializados – A Nova Economia.

Transferência em massa de riqueza para o topo da sociedade.

Destruição da economia normal – Absorção por Nova Economia – A nova classe Baronil. Até à plena aplicação da terapia de choque FMI (à frente), os consórcios ligados aos bancos têm vindo a crescer com toda a crise, tanto na economia interna como em países *offshore*. O crédito das *bailouts* e de QE é aplicado na proliferação de capital financeiro destrutivo e no crescimento dos interesses alinhados aos bancos. A destruição lenta do resto da economia é, claro, um factor essencial para esse crescimento. Aqui não estamos no domínio do mérito; estamos no domínio do *puro e simples* saque organizado da sociedade, pelo qual a economia é simultaneamente contraída e comprada a saldos com o seu próprio crédito público. Este é um processo espantoso de transferência da riqueza agregada da sociedade para o topo. Ao longo deste processo, todos os ganhos são privatizados e todos os défices são socializados. Os níveis de vida da larga maioria da população são destruídos, as classes pobres são particularmente prejudicadas e, as classes médias são reduzidas em números e em capacidades para acção independente; na Nova Economia, quem quer operar, tem de o fazer em concertação com os novos barões.

Grande Recessão (3): IMF shock therapy – Neocolonialismo.

Economia normal é dissolvida, falida.

Depois, terapia de choque FMI para fritar o que reste.

Privatização em massa, neocolonização da economia.

Neocolonialismo: autoritarismo, militarismo, radicalismo / Devolução Agenda 21. Os resultados são falências, aumento das taxas de desemprego, redução dos níveis de vida. Enquanto isso, os défices públicos atingiram níveis estratosféricos; que pioram com cada nova emissão de *bailouts* e estímulos (QE). Há que pagar todas estas dívidas e isso é feito pela aplicação de programas de

austeridade. Austeridade significa terapia de choque FMI, o "Washington Consensus", a fórmula que, desde os anos 70, tem vindo a matar dezenas de países pelo mundo fora: confiscação fiscal e obtenção de receitas públicas extraordinárias (por meio de cortes públicos drásticos e privatizações em escala). Os cortes públicos agravam a situação de uma população em situação já problemática e, são complementados pela privatização em massa de serviços, recursos, infra-estruturas, territórios – a colonização da economia [*A abordagem neo-colonialista é, claro, sempre complementada pela adopção de governância de estilo colonial: autoritarismo, militarismo e patrocínio estatal de uma ou outra forma de radicalismo, que é depois usada para conter e suprimir o resto da sociedade*]. A todo este padrão de descarte e privatização chama-se, hoje em dia, *devolução*, o processo pelo qual abdica das suas próprias responsabilidades pela preservação de alguma forma de esfera pública. *Devolução* é o termo popularizado pelos Red Tories britânicos, que advogam o lento retorno da sociedade a *standards* feudais, num formato de comunalismo servil dirigido por bancos globais e por companhias multinacionais (o comunitarismo Agenda 21 das Nações Unidas).

Confiscação fiscal, algo que garante que o processo de destruição não é interrompido. A situação torna-se ainda mais complicada sob confiscação fiscal. Essa é a opção que aniquila definitivamente qualquer hipótese de recuperação: não só afunda ainda mais uma economia já de si problemática como, ao fazê-lo, consegue resultar na redução drástica da própria colecta fiscal. Afinal de contas, uma economia sem rendimentos não pode pagar impostos. Essa situação exige, claro, a compensação por meio de mais receitas extraordinárias, ou seja, ainda mais cortes e privatizações. Este jogo é limitado; um estado só tem um quê de valências que pode cortar e privatizar e, ao mesmo tempo, não pode cortá-las e privatizá-las todas de uma só vez. A "solução" passa, claro, por pedir *ainda mais* dinheiro emprestado. Por outras palavras, agravamento do défice; e não resolução.

Grande Recessão (4): FMI e o primado da multinacionalização de todo o planeta.

Ocidente agora colocado na dinâmica de 2º e 3º mundos.

FMI, Washington Consensus e o primado da multinacionalização de todo o planeta.

Padrão comum com extremistas e terroristas: **uma agenda, mais importante que vida humana**.

Terapia de choque FMI serve para fritar país, para o forçar a globalização. Os países ocidentais estão agora a confrontar-se com os absurdos pelos quais os 2º e 3º mundos tiveram de passar durante décadas (ainda passam). A terapia de choque FMI *nunca* resolve a situação económica de um país. Muito pelo contrário, serve para *assegurar* que o país fica inteiramente dependente de interesses privados multinacionais – essa é, aliás, a mentalidade expressa do Washington Consensus, que afirma abertamente o primado da multinacionalização de todas as economias do planeta. A terapia de choque FMI não serve para salvar um país, na sua condição de *país*, mas

sim para o *fritar* (muito literalmente), de forma a inseri-lo plenamente na dinâmica de globalização – um processo de, por e para interesses multinacionais; e não de países.

DITESCO MORI: Virtualidade, desmantelamento, traição, comportamento anti-social.

Ditesco mori marca o passo para o resto da sociedade. O lema em toda a dinâmica de contracção que é imposta à economia global dos 70s em diante é *ditesco mori*, cresço à base de morte. Morte é a ideia central e a dinâmica geral que é criada a partir disto é uma de parasitismo, exploração, perversão. No domínio económico isto equivale a desmantelamento, especulação selvagem, comportamento anti-social em geral.

Virtualidade, desmantelamento, reciclagem – colapso – traição.

Pessoa média traída pelos próprios guardiães, o estado. Toda a praxis económica passa a ser definida na atribuição artificial de valor a virtualidade, desmantelamento e reciclagem. E, com efeito, esses são, como mencionado por Jacques Attali, os valores da era pós-moderna, da era da ilusão, da era de Silicon Valley e Hollywood. Encontrar valor em espaços vazios repletos de conteúdos imaginários. Extrair mais-valias pela reciclagem destrutiva daquilo que antes tinha valor. É claro que o valor decresce a cada novo ciclo de reciclagem. Mas é assim que as *bailouts* e os cheques da segurança social são mantidos a circular: à base de dinheiro emprestado e de receitas extraordinárias. É claro que isso não vai durar muito mais tempo. Nenhum estado pode sobreviver por muito tempo sob estas condições. A queda é lenta, gradual, e afecta mais directamente aqueles que menos protecções têm; as classes médias e pobres. E, o colapso eventualmente chega. Dentro de séculos, os nossos descendentes olharão para trás e perguntar-se-ão, meio em intriga, meio em paternalismo compassionado, como foi possível que aquela promissora criação, o estado-nação clássico, pudesse ter sido transformado em tal abominação, numa agência devotada a desmantelamento e liquidação da sua própria constituência, infinitamente mais destrutiva e traiçoeira que qualquer exército armado estrangeiro? E, com efeito, é de traição, no sentido constitucional do termo, que estamos aqui a falar.

Estado pós-moderno: O toque de Midas invertido.

Quando "ajuda" resulta em destruição – Doublebind estatal pós-moderno. Nunca nenhuma forma de governo foi tão solícita para "*ajudar*" quanto o estado pós-moderno. Tudo o que faz é para "*ajudar*" algo ou alguém. Mas cuidado!, de cada vez que esta entidade surge para salvar um domínio, é certo que esse domínio não terá muito mais tempo de existência. O funcionamento *doublebind*, cínico, da era pós-moderna. Quando é a economia que é ajudada, é garantido que a economia sairá mais deficitária – e claro, concentrada em menos mãos – que antes. Se é a

agricultura que vai ser salva, é certo que não restará uma única laranja podre para mostrar a visitas de estudo escolares. Se é a educação que vai ser ajudada, cuidado; vem aí uma geração de ignorantes iletrados e irracionalistas. Se a circulação de narcóticos é combatida, os narcóticos fluirão. Se é a intolerância que vai ser resolvida, então é garantido que intolerância, fanatismo e violência colectiva serão os resultados. Se é o ambiente que é ajudado, os pássaros devem migrar para costas melhores. Caso contrário, serão condenados a comer vegetais tóxicos (GM, que os esterilizarão e lhes provocarão falhas orgânicas) e a viver em ambientes saturados por alterações induzidas por geoengenharia.

NARRATIVA: Da FTA ao colapso económico a tecnofascismo

Ambiente mercantilista ("free trade") conduz corrida para o fundo.

Deslocalizações / especulação selvagem / endividamento.

Falências e emiseração / erosão de regulações e de níveis salariais.

Consolidação sob consórcios, câmaras corporativas. Num ambiente FTA, todo o aparato económico está a ser sistemicamente abatido, colocado na corrida para o fundo. A produção de riqueza real está a ser deslocalizada para áreas onde os custos de produção são mais baratos. Sob os parâmetros assinados no FTA, o estado está a subsidiar a deslocação de quotas específicas da indústria. Isso é mantido discreto; a pessoa média não o sabe, mas a sua colecta fiscal está a ser usada para lhe tirar o emprego. Os níveis salariais e as regulações laborais estão a ser erodidos a toda a linha, "para competir no novo ambiente económico". Muitas PMEs estão a falir; muitas outras estão a ser absorvidas como franchises para grandes consórcios. As taxas de desemprego e de dependência do estado estão a aumentar. O mercado está a ser consolidado pelos empreendimentos mais fortes; companhias alicerçadas em capital multinacional. Estes empreendimentos organizam-se em consórcios e, regra geral, estabelecem condições de cartel nos respectivos mercados, por forma a aumentar ainda mais o seu poder e controlo sobre os mesmos. Por vezes isso é feito de modo discreto, mas muitas mais vezes é assistido pelo estado, que concessiona o controlo regulatório de mercados por câmaras corporativas. Para manter a ilusão de normalidade, o estado e os privados estão a endividar-se a taxas insuportáveis, algo que só é possível num ambiente económico dominado por capital financeiro especulativo, como é aqui o caso.

Mercados de virtualidades especulativas / empacotar e reempacotar valores fictícios.

Derivativos, buracos negros de dívida. Os mercados de virtualidades especulativas dominam o panorama económico. São formas rápidas de *criar valor a partir do nada* e de empacotar e reempacotar essas massas de valor fictício em reciclagens derivativas contínuas, buracos negros de dívida cancerosa cuja manutenção exige injecções contínuas de mais e mais crédito. Para dar início ao processo, e sustê-lo ao longo do tempo basta obter formas de colateralizar fracções cada vez mais ínfimas desse nada com objectos económicos reais. Recursos, obrigações públicas e privadas, infraestrutura, propriedade, até hipotecas de má qualidade – tudo isso serve.

Sob endividamento, estado começa a desmantelar-se, sob privatizações. Confrontado com massas insuportáveis de endividamento, o estado começa a desmantelar-se e a vender tranches da sua propriedade, e da sua própria autoridade regulatória, a entidades privadas – PPPs.

O processo de colapso sistémico.

Estouro sistémico com a morte dos 1000 golpes.

Colapso é financeiro mas culpado sociopaticamente na vítima, a "economia".

QE e bailouts para "recuperar economia" (????).

Psicose só possível com público ignorante – "trust the experts". O estouro geral virá logo a seguir, será sistémico, gradual, prolongado ao longo do tempo; a morte dos mil golpes. Começará pelos mercados financeiros, como seria previsível. Será rapidamente transposto para a dívida pública e para a "falta de produtividade da economia", no que é um fenómeno sociopático típico de culpar a vítima pelo crime. O estado aceitará a sua parte da "responsabilidade", nesta tragicomédia de estilo italiano, e endividar-se-á *ainda mais*, como forma de cumprir os seus "compromissos", que são pagar as suas dívidas, ajudar a resolver as (irreparáveis) dívidas dos mercados e "recuperar a economia". Recuperar a economia é aqui concomitante com resolver as dívidas privadas; praticamente todo o dinheiro dos novos empréstimos é aplicado nas aplicações de alta finança. Isto baseia-se em teoria económica respeitável: a ideia monetarista, psicótica, de que o bem-estar dos mercados financeiros é essencial para a melhoria da produção física. Isso seria verdade se os mercados financeiros actuais não tivessem as suas principais fontes de rendimento (com base em derivativos) no *desmantelamento, liquidação e redistribuição* de produção física. A população vê tudo isto com alguma candura. A maior parte das pessoas não foi educada para perceber processos ou conceitos económicos; foi ensinada a "confiar nos especialistas". E ouviu esse slogan tantas, mas tantas vezes, nos filmes de Hollywood que passam nos domingos à tarde.

[Decadência humana é essencial no processo de colapso.] Entretenimento e apatia são essenciais no processo de colapso; nunca falta TV barata, diversão barata, sexo barato, drogas baratas.

Dívidas intergeracionais – juros cumulativos e incomportáveis. Portanto, a pessoa média não faz a mais pequena ideia que, ao assumir as dívidas que está a assumir, o estado acabou de a colocar, e a literais dezenas de gerações dos seus descendentes, como fiadora de dívidas privadas que excedem em muitos factores qualquer medida de produção económica real. Também não faz ideia que os juros cumulativos sobre essas dívidas são ainda mais pesados que os próprios principais.

Dinheiro aplicado em: a) derivativos, b) offshore, c) absorção de economia nacional.

País comprado a saldos com o seu próprio crédito público. Quando esse dinheiro entra no sistema financeiro, é imediatamente partido em tranches para ser aplicado em diferentes aplicações: uma boa parte vai para o casino de derivativos; outra parte é deslocada offshore, onde pode ser aplicado pelos bancos nas explorações neo-coloniais das suas subsidiárias noutras FTAs, em países como China, Angola, Brasil; ainda outra parte é utilizada para consolidação dos mercados internos. As PMEs e outras empresas não-alinhadas têm de ir a Marte e voltar, para conseguirem obter uma linha de crédito; portanto, entram em falência. Mas as companhias bem colocadas nos consórcios liderados pela alta finança não têm dificuldades em aceder a esse crédito; e, portanto, assumem controlo ainda maior, senão total, sobre os mercados respectivos. A pessoa média observa os eventos e talvez possa pensar que está a assistir a uma renovação do mercado; na prática, está a ver o seu próprio país a ser falido e comprado ao preço de saldos com o seu próprio crédito público; e é ela que é, na qualidade de contribuinte, a fiadora de tudo isto.

Estado foi facilitador para destruição sócio/económica.

Agora, assume responsabilidade por crise e vende próprio público por três tostões.

Programa de austeridade para liquidação nacional. Em paralelo com tudo isto, o estado nacional vê-se forçado a cumprir as suas “responsabilidades” ainda noutro sector. Ao longo dos anos anteriores, o estado apresentou um registo que se assemelha ao daquela luta marcial onde o lutador finge estar alcoolizado, mas acerta em todo os pontos vitais do adversário. Assim, o estado contribuiu para a sabotagem da sua própria economia nacional, com a assunção de acordos FTA, com a subsidiação do desmantelamento gradual da capacidade produtiva do país do qual é tutelar, e assistiu a aquisição hostil lenta dos mercados por cartéis e consórcios. Para lidar com as consequências de todas estas irresponsabilidades, e manter a impressão de cheques da segurança social, endividou-se continuamente junto da banca privada e das entidades público/privadas responsáveis pela FTA. Quando os mercados financeiros começaram a colapsar, assumiu a responsabilidade por esse facto – acto que nem o mais ingénuo dos mais ingénuos escuteiros faria. Depois, assumiu ainda mais, e ainda mais pesadas dívidas, para resolver todas as dívidas anteriores e para ajudar a “resolver a crise”. Agora é a altura de pagar. E não é o estado, enquanto pessoa (porque não o é), que o vai fazer. São aqueles que, na qualidade de povo Soberano, o tutelaram para os *proteger*; e não para os vender por três tostões junto ao rio. Portanto, entram programas de austeridade e devolução. As despesas sociais são lenta e

gradualmente cortadas, o que piora ainda mais a situação da população e da economia real. Os impostos são drasticamente aumentados, o que contrai ainda mais a economia, e tem o efeito agregado de *reduzir a colecta fiscal*. Na tentativa de obter receitas extraordinárias, são privatizados ainda mais infraestruturas e recursos públicos, e até vastas tranches de território nacional; e isso vai continuar até às últimas espinhas, uma vez que *não vai haver recuperação*. A ausência de sinais de recuperação implica mais e mais endividamento. Os pacotes FTA de estímulos e bailouts sucedem-se, um após o outro. A dívida é agravada a níveis impensáveis.

Privatização e financialização de recursos.

E.g. hot air markets para carbon securities. Em breve, começam a ser financializadas coisas que não deviam ser monetizadas. Por exemplo, recursos de uso comum, como água, são privatizados, financializados e usados para colateralizar os mercados de derivativos. Tudo isto faz projectar os preços desses recursos a níveis mais ou menos estratosféricos. Paciência. Esta é a era de austeridade e escassez global; como declarado pela ONU desde os anos 70 para cá. Outro exemplo disto mesmo é a financialização de emissões de carbono. Agora, de cada vez que alguém produz um bem, ou compra um produto, ou atesta o automóvel, ou faz uma viagem de avião, tem de pagar uma taxa verde. Estas taxas verdes são aquilo que alimenta os fundos de colateralização de uma nova gama de produtos financeiros, as “carbon securities”. Agora, existem CDOs, CDSs, SIVs e toda uma restante variedade de produtos centrados na monetização e especulação sobre, ar quente. Um literal “hot air market”, ou não tivesse isto sido inventado pela oligarquia da City de Londres, o epicentro para o mercado global de “carbon securities”. Os efeitos inflacionários dos mercados de derivativos, em conjunto com os progressivamente mais baixos tectos artificiais de emissões impostos pelos reguladores público-privados, asseguram que é cada vez mais *caro* ter qualquer actividade económica que seja, o que contribui para congelar ainda mais as economias e bloquear qualquer hipótese de recuperação e desenvolvimento. Como sempre, as grandes companhias obtêm isenções destes estatutos e até obtêm pacotes grátis de “carbon credits”, no início de cada ano fiscal.

Taxação de consumo – Vida comunitária (como na prisão) – Soja GM.

Taxação começa a centrar-se em consumo de recursos.

Créditos sociais – serviço comunitário obrigatório – limpar valas e servir na Stasi comunitária.

Fazê-lo em troca de soja GM – aumento radical de cancro, esterilidade. Com o advento de elevadas taxas de desemprego, a taxação deixou de ser centrada em produção (IRS) e passou a ser centrada no consumo. Estas taxas são quase todas sobre recursos específicos – carbono, água e outros. Todos têm o seu cartão de ID digital, preparado para agregar os dados sobre créditos

consumidos em cada domínio – por exemplo, créditos de carbono. A tabulação destes créditos faz parte da tabulação maior de *créditos sociais*. Agora que é quase impossível encontrar um emprego, as autarquias passaram a ter programas comunitários sob os quais as pessoas assumem "responsabilidade" sobre a sua "comunidade", através de serviço comunitário compulsivo. Isto inclui actividades como sejam desimpedir valas ou limpar parques, em brigadas de trabalho, ou trocar fraldas em creches "públicas" (na prática, público/privadas), ou ainda cumprir funções de facilitação e espionagem social. Todas as comunidades têm a sua própria força Stasi, e é bastante mais dimensionada que a alemã alguma vez o foi, uma vez que o conceito de "preservar a segurança da comunidade" foi bastante "democratizado". Em troca pelos trabalhos comunitários realizados, as pessoas recebem créditos sociais, atribuídos pelo Centro de Recursos da Comunidade, e os créditos de um dia de trabalho podem depois ser utilizados para trocar por uma lata de atum e por um pequeno saco de grãos de soja GM. A esterilidade tem vindo a aumentar rapidamente no seio da população. A taxa de incidência de cancro também.

A sociedade tecnofascista.

<u>Sociedade adquirida por megaconsórcios</u>.

<u>Papel do estado limita-se a colecta fiscal e condução de guerra, estrangeira e doméstica</u>. Toda a economia e toda a sociedade são controladas por grandes organizações. No topo, existem grandes consórcios, que exercem poderes de monopólio sobre as várias facetas da sociedade. Com a redução gradual da importância do estado, essas entidades tornaram-se, *de facto*, o estado. Actuam em conjunto com as autoridades locais, subregionais e regionais, e estão integrados em *frameworks* de cooperação global. Os níveis do estado nacional que ainda existem são cada vez mais irrelevantes; o estado nacional foi reduzido ao estatuto de um colector de impostos; que também mantém controlo (cada vez mais simbólico) sobre as forças de segurança. Colecta de impostos e força militar aparecem sempre lado a lado, mesmo no lento pôr-do-sol do antigo estado-nação.

<u>Cidades especializadas / funcionalização da vida humana / microsociedades</u>. As pessoas que conseguem ser empregadas para funções especializadas têm de estar integradas em ordens profissionais similares às antigas guildas. Depois, exercem funções em instalações especializadas, cada vez mais alienadas do resto da sociedade. A generalidade das instalações empresariais estão a ganhar progressivamente mais o aspecto de fortes para-militarizados. A agressiva arquitectura pós-moderna é complementada com scanners, segurança privada militarizada, e até checkpoints internos em zonas estratégicas. Muita da actividade empresarial já nem sequer ocorre no seio das cidades; ocorre em pólos tecnológicos, nos subúrbios exteriores dessas cidades. Esses pólos estão, cada vez mais, a ganhar o aspecto de "*high tech cities*", protegidas e alienadas do exterior, com a sua própria actividade social interna. Começou a ser hábito que os funcionários sejam alojados em residências empresariais construídas dentro dos

próprios pólos. Este padrão também acontece para muitos empregos não-especializados, ou subespecializados. Por exemplo, as explorações latifundiárias rurais e os pólos de IT (call center entre outros) que começaram a surgir desde o final da década de 2000-2010 também estão a adquirir o aspecto de micro-sociedades. Os trabalhadores vivem geralmente em barracões/dormitórios colectivos similares àqueles que se tinham tornado tão habituais em países como a China ou a Indonésia nas décadas precedentes. É cultivada uma cultura de consensualidade e constante dinâmica de grupo. Por vezes, ocorrem problemas, como estragos indevidos nos quartos. Para fazer frente a estas questões, as instalações são monitorizadas por um sistema interno de CCTV. Esse sistema pode ser acedido por todos os funcionários, a qualquer hora do dia. Aliás, fazer a monitorização da vida colectiva é um trabalho tão remunerado como outro qualquer, e exercido em part-time por vários dos trabalhadores.

A Nova Sociedade, um espaço de masturbação, suicídio, monitorização.

Boa parte da população reduzida a apatia, quando não Schadenfreude.

A Nova Sociedade, definida por masturbação e suicídio, em simultâneo. A maior parte das pessoas foram ensinadas a não se importar. Muitas outras foram reduzidas e rebaixadas ao nível de Schadenfreude; sentem um indefinível sentido de superioridade e satisfação quando vêm isso a acontece aos outros, mas não a si. Quando acontece a si, podem cometer suicídio. Agora isso é facilitado. Existem comprimidos especiais que se podem comprar nas farmácias; e câmaras de gás indolor, acessíveis a quem tenha dinheiro e queira morrer sob supervisão e cuidados especiais. Aquilo que define esta Nova Sociedade é uma simultaneidade existencial entre masturbação e suicídio.

Monitorização doméstica urbana (redes tipo ASBO TV, sinbins).

Sucesso com população que cresce a ver reality shows.

Porno shows na vida real, com community TV – a capitalização dos 15 minutos de fama.

Huxley: colectivização económica, política, corporal.

Desumanização, morte da alma humana, tornada fun fun fun. De resto, esse tipo de sistema também estava em entrar em aplicação em muitos condomínios municipais, nos quais era oferecido alojamento barato em apartamentos colectivos. As gerações que eram agora afectadas por este novo sistema de vida tinham crescido a ver “reality shows”, nos quais tinham sido expostas ao conceito de uma casa onde um grupo é monitorizado 24h por dia. Agora, é precisamente esse o modelo que se está a espalhar por toda a sociedade. Uma das peculiaridades desse novo modo de vida, onde vizinhos e co-trabalhadores monitorizam as vidas uns dos outros a troco de rendimentos extra, é o facto de que as relações humanas se estão a tornar cada vez mais estranhas e perturbadas. Já ninguém confia em ninguém, e tornou-se perigoso sentir amor

ou afecto; o outro, por norma, não será fiel a esses sentimentos. Ao mesmo tempo, as pessoas são cada vez mais utilitárias face umas às outras; faz-me sentir bem, e eu far-te-ei sentir bem. Este estado de coisas não começou com a sociedade Stasi, mas tornou-se institucionalizado por vida dela. Porém, esta não é uma sociedade repressiva tradicional. Existe muita diversão, entretenimento, drogas, álcool, cada vez mais intensos e destrutivos sobre o SNC – "*fun, fun, fun!, but mind your tongue*". "Mind your tongue" apenas no que respeita à expressão de ideias complicadas. Não noutros contextos. A promiscuidade sexual tornou-se a norma e a promiscuidade sexual *de grupo* é a grande tendência emergente. Por exemplo, começou a tornar-se habitual nos dormitórios colectivos. Agora, a pessoa que tem acesso ao sistema integrado CCTV online pode saltitar entre o filme porno e a exibição real num dos dormitórios ao lado. Alguns grupos e pessoas até começaram a rentabilizar com base nisso; ter acesso a 15 minutos de fama pode dar acesso a mais e melhores oportunidades de emprego e de vida, numa sociedade caracterizada por psicose colectiva. Mas esta é a terceira fase da revolução, como Aldous Huxley lhe chamou: após a colectivização económica, vem a colectivização política e, depois, vem a colectivização corporal.

CORRIDA PARA O FUNDO: 3º MUNDO

Neo-colonialismo / Autoritarismo / Subdesenvolvimento / Interdependência

(1) A VONTADE PARA DESENVOLVIMENTO SOBERANO

(2) A SABOTAGEM DO ESTADO-NAÇÃO PÓS-COLONIAL

a) O estado-nação do 3º mundo é destruído, sabotado enquanto procura nascer.

b) Guerras, golpes, balcanizações, patrocínio de ditaduras, etc.

c) Sabotagem por mercados financeiros

d) Paternalismo racista.

(3) APARTHEID TECNOLÓGICO, CIENTÍFICO, ENERGÉTICO

(4) O PAPEL FULCRAL DE FMI, BANCO MUNDIAL

(5) A IMPORTÂNCIA DA GUERRA FRIA

(6) OS DOIS BLOCOS DIALÉCTICOS (NATO vs Império Soviético)

a) Assistência permanente aos soviéticos

b) Assistência a comunismo global

c) Comunalidades – ambas pretendem exploração, dependência, esclavagismo

Neocolonialismo sobre África

Neocolonialismo sobre África é expandido para século 21.

Padrão de conflito, limpeza étnica e balcanização continuará.

Actores essenciais.

Enforcement militar no terreno.

CORRIDA PARA O FUNDO: 3º MUNDO (TÓPICOS).

(1) A VONTADE PARA DESENVOLVIMENTO SOBERANO

- O modelo do estado-nação Moderno

- E.g. Irão, Egipto, Médio Oriente, vários países africanos e na América Latina

(2) A SABOTAGEM DO ESTADO-NAÇÃO PÓS-COLONIAL

a) O estado-nação do 3º mundo é destruído, sabotado enquanto procura nascer. Aqui, África e América Central são os exemplos acabados. Toda a ideia foi a de manter 3º mundo fraco, dependente, debilitado, dividido, para neo-colonialismo

b) Guerras, golpes, balcanizações, patrocínio de ditaduras, etc. Guerras e golpes de fora / patronagem e patrocínio de ditadores cleptocráticos e governos incompetentes / terroristas, mercenários, guerrilhas, assassinatos políticos / balcanizações sectárias

- O papel fulcral da Guerra Fria em tudo isto

- Condição perdura até hoje – é isso que foi/é a Arab Spring

c) Sabotagem por mercados financeiros

- e.g. shorting de IOUs na sequência de FERs

- e.g. impor níveis de dívida incrivelmente elevados, como através do petrodólar

d) Paternalismo racista. Tudo isto alimenta paternalismo racista, com a culpabilização dos nativos, pela sua "estupidez genética", etc., com o mesmo tipo de slogans e de ideias que se encontravam no auge de racismo científico.

- Psicopatas e sociopatas culpam sempre vítimas pelos crimes que perpetram

(3) APARTHEID TECNOLÓGICO, CIENTÍFICO, ENERGÉTICO

a) a adicionar ao económico

b) os 70s e a proibição de nuclear para 3º mundo, proibição de desenvolvimento industrial soberano ("magoa a mãe Terra"), imposição de desenvolvimento estritamente controlado

c) Excepção feita em áreas especializadas, predeterminadas (e.g. China pode ter alguma forma de crescimento económico, no papel de fábrica para o mundo)

d) A morte em massa, veritável genocídio, que é gerada por este factor, a adicionar a todos os restantes

(4) O PAPEL FULCRAL DE FMI, BANCO MUNDIAL

a) Surgem como mediadores de negócios bancários e "facilitadores de desenvolvimento" (cuidado sempre que o termo facilitação surge)

b) O ciclo típico nestes esquemas bancários:

1. Contracção de dívida

2. Incentivo a "roll over the debt"

3. Desestabilização, geralmente promovida deliberadamente do exterior (golpe de estado, ataque a IOUs, guerra civil, etc.)

4. Eventualmente roll over continua para agravamento de dívida, com juros fabulosos em falta

5. País não consegue pagar dívidas, roll over já não dá, estouro.

c) Com FMI e Banco Mundial, o que há é:

- Dívida garantida no 1º mundo (cujos contribuintes pagam todo este deboche criminoso)

- Temos o processo anterior

- Depois do estouro, terapia de choque, Washington Consensus, que dá origem ao padrão seguinte

d) Neo-colonialismo / subdesenvolvimento e dependência forçados

- Austeridade fiscal drástica

- Desmantelamento de estruturas de estado, privatização

- Comunitarização (PPP) de recursos e territórios, sob banca e MNs (que adquirem controlo político e económico)

- Emiseração radical da população

- Incentivo, se não instalação directa, de despotismo político, seja ele de esquerda ou de direita, é irrelevante / A tripla: militares e radicais que trabalham para banqueiros

- Depois, estas pessoas metem lá as suas ONGs, para exercer controlo social sobre as populações e para gerir a miséria

- Colectivização das populações (e.g. “villagization”)

- Países tornam-se sátrapas para agências e firmas MNs

- Generalização de crime, assassinatos, conflito, guerra civil, são geralmente os resultados finais de tudo isto

(5) A IMPORTÂNCIA DA GUERRA FRIA

a) A Guerra Fria é a literal III Guerra Mundial, a começar com cerco a Berlim Ocidental no pós-II Guerra

b) O 1º e o 2º mundos (Ocidente, URSS) são poupados a guerra aberta, que se desenrola nas restantes zonas do planeta.

c) Os vários territórios pós-coloniais, aquilo que se viria a chamar de 3º mundo, são literalmente lançados em chamas, pela suposta luta dos gigantes. Os gigantes, bêbados, lutam entre si mas não se atingem entre si, simplesmente batem em todos os restantes.

d) Golpes, putsches, revoluções, contragolpes, guerras civis, guerrilhas, terrorismo, etc., toda uma multiplicidade de desestabilizações, conduzidas por ambos os lados.

- Os cenários típicos em África, América Latina, Ásia

e) Nalguns casos, o wrecking job acontece em parceria, como no Congo, sob o comando da ONU

- O exemplo do Congo torna óbvio o padrão desejado: independência e desenvolvimento são estritamente proibidos

f) O estado-nação pós-colonial é desestabilizado de todos os lados, fragmentado, por estes choques dialécticos

g) Daqui, temos a proliferação de estados separatistas, mini-estados, governo de improviso reconhecidos pela ONU sem questão ----- um padrão do qual resulta a destruição da lei internacional e substituição por mera arbitrariedade situacional

- Inúmeros estados artificiais, sob senhores da guerra, bandos militares, grupos tribais específicos, etc.

- Rapidamente se passa de 60 para perto de 200 estados

- Quigley sobre isto

(6) OS DOIS BLOCOS DIALÉCTICOS (NATO vs Império Soviético)

[o Império Solar, Aton, contra o Império do Sangue, o grande Urso]

a) Assistência permanente aos soviéticos

- Empréstimos e créditos preferenciais via bancos privados e agências estatais de desenvolvimento

- Contratos e negócios (e.g. os gigantescos complexos fabris do início dos 60s, depois Toliatti, Kama e a abertura extrema de relações durante a guerra no Vietname, pipelines, negócios de cereais, etc.)

b) Assistência a comunismo global

- Era constante que uma sátrapa comunista recebesse inúmeros empréstimos e contratos do lado NATO, tal como acontecia para a Mãe Rússia

- Aqui, FMI e Banco Mundial são muito importantes, bancos, multinacionais e governos também

c) Comunalidades – ambas pretendem exploração, dependência, esclavagismo

- Ambos são mercantilistas e imperialistas

- Ambos olham para os países pós-coloniais como "esferas de influência", territórios a cooptar, usar, explorar

. Economicamente, como fontes de recursos

. Geopoliticamente, fontes de poder político, material, humano, militar

. Ambos pretendem subdesenvolvimento, dependência e subserviência nestes "novos territórios" para neo-colonialismo

- Neste particular, a economia soviética já estava mais "adiantada" que a média, já era um campo de escravos

Neocolonialismo sobre África (geral)

Neocolonialismo sobre África é expandido para século 21.

. Agora, para controlo directo de recursos ---- i.e. intermediários nacionais acabaram

. Dissolução plena de países, privatização plena de territórios e de recursos

. África, sempre África – continua a ser uma mera e explorada fonte de recursos

Padrão de conflito, limpeza étnica e balcanização continuará.

Actores essenciais.

. Consórcios multinacionais

. UA (consórcio de governância) e vários subagrupamentos regionais

. UE e China, per se representando consórcios multinacionais

Enforcement militar no terreno.

. AFRICOM, a vertente africana para global power projection

. Capacetes azuis ONU

. Mercenários

. Forças locais (brigadas extremistas, etc.)

ATTALI: "África não deixará de ser África, mas Ocidente vai assemelhar-se cada vez mais a África"

Corrida para o fundo no 3º mundo: neo-colonialismo e subdesenvolvimento.

Desenvolvimento soberano sabotado: shorting, guerras, golpes, etc. O processo de globalização não melhora a condição do 3º mundo. Ao longo das últimas décadas, o 3º mundo foi consistentemente impedido de se desenvolver por si mesmo. Um país que procurasse assumir as características de um estado-nação apostado no seu próprio desenvolvimento soberano descobriria muito depressa que esse cenário lhe era negado pelas forças misteriosas da *comunidade internacional*. A sua moeda seria atacada e hiper-inflacionada por *short-selling*. Os seus líderes nacionais seriam geralmente assassinados. O país seria submetido a golpes políticos usando grupos provocatoriais (de esquerda ou de direita, é irrelevante). As suas fronteiras seriam

invadidas por milícias terroristas e mercenários provenientes de países vizinhos ou, em certos casos, de propriedades privadas em países vizinhos. Este último caso foi frequentemente protagonizado por "reservas naturais" britânicas em África e América do Sul. Em casos mais extremos, o país seria pura e simplesmente invadido com uma agressão frontal.

Sob free trade global, todos seguem as ordens do "bossman" (alta finança). Uma ordem global construída sob "free trade" implica que *todos* agem sob a concessão de quem manda no sistema em si (alta finança et al); ninguém tem o direito a ter uma vontade própria, na ordem neo-feudal global. Portanto, "desenvolvimento para o 3º mundo" é expresso por duas ordens de ideias.

Neo-colonialismo autoritário. A primeira é a de que os países de 3º mundo se desenvolvem (ou melhor, são modelados) sob um modelo estritamente neo-colonial. Ou seja, a governância é exercida por interesses multinacionais, utilizando um estado autoritário corporativo para implementar os seus mandatos.

Nenhum país se torna próspero ou auto-suficiente, todos são interdependentes. A segunda ordem de ideias é a de que nenhum país de 3º mundo se torna próspero ou auto-suficiente. Todos são mantidos interdependentes, significando que são inteiramente dependentes dos *interesses financeiros* que gerem a *comunidade internacional*. Note-se que, aqui, não se está a falar de nações ou blocos, apenas de interesses financeiros; nações e blocos vêm depois. A interdependência financeira (traduzida depois em toda uma série de outros domínios) é acompanhada de restrições a desenvolvimento físico, impostas por meio de tratados e acordos.

Ex: África, exporta recursos, é mantida subdesenvolvida sob "política ambiental". Portanto, África pode ter desenvolvimento energético; contando que esse desenvolvimento seja ineficiente para propósitos industriais e a mantenha dependente de Europa e China. Isto significa que África só tem direito a solar e eólica, enquanto exporta o seu petróleo. A justificação apresentada para isto é o "ambiente"; a "política ambiental" é, de algum modo determinante, para a definição das guidelines GATT para as áreas económicas africanas. África é e será África, no mundo de pernas para o ar. O seu papel económico sob regionalização global GATT é, apenas e somente, o de exportar recursos.

Ex: América do Sul, soja GM mas não indústria. Sob regionalização produtiva global GATT, a América do Sul (UNASUR) dedica-se essencialmente a actividades relacionadas com o sector primário e com a extracção de recursos. Não ganha qualquer capacidade industrial real. Os centros de produção industrial são o Sudeste Asiático (produção de baixa e média intensidade tecnológica) e o Atlântico Norte (produção de alta intensidade energética).

Ex: China, dependente de importações de carvão e petróleo. A China foi escolhida desde os anos 20 pelo Royal Institute of International Affairs para ser o grande centro produtivo do planeta, à base de produção de baixa e média intensidade tecnológica. Foi escolhida por ser um país de planícies, atravessado pelo Rio Amarelo, dotado de uma vasta população. Mas, também,

por não ter fontes próprias de energia. Não obstante todo o seu poder produtivo, a China está inteiramente dependente de acesso a petróleo e a carvão importado.

FREE TRADE (Notas soltas)

FREE TRADE – Corrida para o fundo (notas soltas).

“Free trade”, freedom to destroy freedom (doublespeak).

NEO-LIBERALISMO, oposto exacto de capitalismo de mercado livre.

Free trade é mercantilismo.

MERCANTILISMO – Sistema de concessões, alocações, privilégio.

Condições regulatórias zero, estatutos de concorrência desleal.

Big boys com grandes linhas de crédito.

Competição desleal está no DNA de mercantilismo.

Mercado protegido, contra pirataria mercantil (notas soltas).

FREE TRADE – Corrida para o fundo (notas soltas).

Internacionalização, controlo por companhias multinacionais.

Reduzir custos de produção, consolidar controlo sobre mercados. Plena internacionalização produtiva e abertura de fronteiras alfandegárias. O sistema é protagonizado por grandes companhias mercantis (ou, hoje em dia, companhias multinacionais) que se comportam sempre da mesma forma: procuram reduzir ao máximo os seus custos de produção e obter consolidação total de controlo sobre os mercados nos quais operam (i.e. cartel/monopólio a toda a linha).

Guerra económica por meio de corrida para o fundo (pirataria económica).

Agressão é agressão, seja feita com armas ou livros contabilísticos. Uma agressão é uma agressão, independentemente de ser feita com canhões ou com livros contabilísticos. “Free trade” não é apenas um mecanismo de domínio e controlo de mercado, mas também – e especialmente – um sistema muito antigo de guerra económica. O sistema mercantil inventou um dos mais velhos sistemas de guerra conhecidos pela civilização humana, que pode ser resumido em quatro palavras, *corrida para o fundo*, um sistema particularmente perverso de guerra económica, celebrizado pelos britânicos, durante o

Império. Isto era geralmente conhecido como “pirataria económica”, visto como a extensão económica lógica das velhas práticas corsárias britânicas, mas o nome técnico que lhe foi dado é “free trade”.

Desregulação – Guerra económica – Subdesenvolvimento – Destruição da classe média.

Privatização de recursos – Subserviência política – Comuna laboral. “Free trade” era o sistema pelo qual a alta finança da City, em Londres, persuadia friamente um país a desregular e a desproteger os seus mercados, apenas como forma de, mais tarde, desmantelar e anexar a economia desse país, através de instrumentos como dumping, manipulação bolsista, cartelização, acumulação de dívida. Era bastante mais posh e “humanitário” do que enviar os Royal Marines e, quando o processo tinha atingido os seus fins, o país competidor tinha deixado de ser um país. Era um pobre destroço subdesenvolvido (ou de-desenvolvido), sufocado por dívida, politicamente subserviente. A classe média tinha sido destruída, os recursos naturais tinham sido privatizados, as instituições tinham sido desmanteladas ou cooptadas, e o nível de vida médio tinha decaído para o nível da comuna laboral – a plantação de escravos. Regra geral, degradação moral, cultural e filosófica é encorajada durante todo o processo de declínio, como forma de acelerar a corrida para o fundo.

Desmantelar e comprar ao preço da chuva. O objectivo expresso é o de desmantelar – desmantelamento económico, político, social, cultural – e, depois, adquirir por meia dúzia de tostões tudo o que tenha algum valor. Toda a ideia é destruir a economia soberana e adquirir os restos por meia dúzia de tostões.

Competir com standards nulos implica anular os próprios standards.

Mercado apanhado nesta dinâmica vai ao fundo. Para competir nas novas condições, os restantes agentes de mercado também têm de reduzir continuamente os seus standards para competir – a *corrida para o fundo*. Este processo é, em si, um ciclo vicioso e auto-perpetuado. Quanto mais alguém tenta competir com standards nulos, tanto mais os seus próprios standards *baixam*. Quando um mercado é inteiramente capturado nesta dinâmica, o que acontece é a destituição geral de todo e qualquer standard prévio, à medida que os operadores se procuram aguentar à tona.

Endividamento, falências, precariedade, redução de qualidade, escassez artificial. Os custos de produção são reduzidos ao mínimo. A PME média passa a depender de níveis de endividamento incomportáveis. Muitos operadores deixam de ter a capacidade de competir, acabando por entrar em falência ou por ser *afranchisados* pelas maiores companhias. As condições laborais são erodidas e tornadas progressivamente mais precárias. A qualidade da produção também decresce rapidamente, bem como a quantidade de produtos que é oferecida (o cartel ou monopólio gera sempre *escassez artificial* por forma a poder estabilizar ou aumentar preços). Existe um decréscimo geral, acentuado, do nível de vida e das condições do ambiente sócio/económico.

Produzir em territórios subdesenvolvidos para reduzir custos. A companhia mercantil produz em territórios subdesenvolvidos, neo-coloniais, onde usa trabalho escravo e recursos físicos baratos, geralmente colocados sob o seu próprio controlo pelo recurso a meios militares. Isto permite-lhe reduzir ao máximo os custos de produção. Depois, pode chegar a um mercado de consumo e revender esses produtos por lucro.

Dumping, para baixar o nível do mercado. A produção realizada por trabalho escravo pode depois ser vendida a preços anti-concorrenciais (artificialmente baixos) nos mercados em redor. Em casos extremos, isto significa despejo a preços extraordinariamente irrisórios – "dumping". Tudo isto força os agentes económicos dos mercados-alvo a reduzir continuamente os seus próprios *standards* para competir.

Usar preços artificialmente baixos como arma contra concorrência. A ideia é dar entrada à companhia mercantil nesse mercado e, após isso ser feito, conduzir uma campanha contínua de deflações precistas, através da venda em massa de produtos a preços artificial e excessivamente e baixos. Essas operações de deflações precistas não precisam de ser feito num único momento de *dumping* extremo, como o mito geral indica. Geralmente são feitas de modo gradual, continuado, ao longo de anos e até décadas, em certos casos. A companhia mercantil (multinacional) média pode dar-se ao luxo de o fazer, mesmo quando incorre em prejuízos continuados durante todo o decurso da campanha; todas estas companhias são apoiadas por grandes interesses financeiros, que asseguram o avanço de linhas de crédito para flutuar as contas correntes da companhia. Uma concorrência local que não tenha a mesma dimensão e os mesmos apoios, por outro lado, terá mais dificuldades em competir com os novos preços, artificialmente baixos.

O ideal de homeostase entre países, por free trade agreements, nunca acontece.

[Apenas homeostase em pobreza].

Riqueza é transitada para consórcios, para o topo da sociedade. Vamos imaginar um exemplo mais ou menos esquemático de "free trade", onde temos dois países, um que é próspero, e outro que é pobre. Sob "free trade" puro, temos uma desregulação a toda a linha de actividades económicas nos dois países. As implicações deste processo são bastante previsíveis: o capital flui para onde os custos são mais reduzidos. Por exemplo, os produtores do país próspero deslocalizam as suas operações para o país pobre, onde os salários são mais baixos, e os trabalhadores do país pobre fazem o exercício inverso, isto é, migram para o país próspero a tentar obter empregos bem pagos. O efeito resultante poderia ser uma espécie de homeostase entre os dois países, um "encontro no meio". Aqueles que eram prósperos deixariam de o ser, e aqueles que eram pobres passariam a ser apenas um pouco menos pobres. Na verdade, os que eram pobres assim continuam e aqueles que eram prósperos simplesmente decaiem a esse nível. Sob free trade, a riqueza transita bottom-up, para os consórcios mercantis no topo da sociedade.

Comportamento anti-social de estado.

Confiscação fiscal, privatização e desmantelamento. O aparelho de estado também é apanhado em níveis incomportáveis de endividamento, o que resulta em comportamento anti-social. Por um lado, torna-se cada vez mais confiscatório (por meio de níveis cada vez mais elevados de taxação); por outro, desinveste em programas sociais necessários; e ainda por outro, é desmantelado e privatizado (pela venda e realocação das suas valências legítimas a operadores privados). O nível de devolução social aumenta drasticamente.

"Gestão de crise": austeridade, agravamento de dívida, privatização. "Gestão de crise", sob agências internacionais representando interesses puramente privados, para corrigir dívida nacional através de um programa brutal de agravamento de dívida, austeridade fiscal, privatização de instituições e de território. O resultado previsível desse "programa de recuperação" é, à partida, previsível, a erosão ainda mais acentuada da economia e do próprio país.

Desestabilização do território – choques. Muitas vezes, tudo isto é também acompanhado pela desestabilização do território, por meio do incentivo a radicalização e conflito social ou, até, a choques terroristas e/ou militares. Tudo isto contribui para operar a desagregação lenta do mercado-alvo e da sociedade em redor. E estes são os frutos desta redução geral de critérios e padrões.

Wipeout social darwinista, last man standing, privatização de controlo sócio/político . Em breve, o mercado assumiu as características de uma selva social-darwinista, onde só as entidades económicas mais poderosas prevalecem; todas as outras são eliminadas ou absorvidas. Estes mais fortes são, naturalmente, os grandes interesses multinacionais, que passam a usufruir de condições de monopólio (seja por cartéis ou por monopólios directos). A desestabilização e a degradação do mercado/sociedade são melhor descritos como um grande processo de corrida para o fundo, com a destruição gradual de todas as forças sociais, políticas e económicas de relevo, com a excepção do *last man standing*, um conjunto limitado de consórcios multinacionais que, a pouco e pouco, assumiu controlo sobre a economia e sobre as principais instâncias sócio/políticas.

"Free trade", freedom to destroy freedom (doublespeak).

"Comércio livre" apenas para multinacionais – liberdade para destruir liberdade. Mercantilismo, ou "free trade" (dos velhos tempos imperiais à era pós-moderna) chama-se "free" por dois motivos, nenhum dos quais convincente. A expressão "free trade" é uma demonstração típica de *doublespeak*. O sistema chama-se "free trade", "comércio livre", apenas e somente porque é transnacional, e porque visa a maximização de liberdade dos agentes de "free trade" (grupos multinacionais) em prejuízo do resto da sociedade. Este "comércio livre" é "comércio livre" apenas e somente para companhias multinacionais. Essa forma de "comércio livre" destrói o *mercado livre*, que é universal, baseado em livre competição e em direitos iguais para todos.

Maximização da liberdade do concessionado, ***à custa de todos os restantes***.

Liberdade para destruir liberdade económica e, depois, sócio/política. “Free trade” representa a liberdade comercial que a entidade soberana (agência regulatória, governo, etc.) concessiona a uma companhia mercantil (i.e. multinacional) para operar transnacionalmente sob um mínimo de condições regulatórias. É usada a linguagem legal do privilégio (e.g. licença, concessão, regime de excepção) por oposição à linguagem do direito universal. Isto é importante porque, sob “free trade”, mercantilismo, só aqueles que são *privilegiados* (licenciados, concessionados, etc.) podem operar no mercado. O regime de concessão visa, idealmente, maximizar a liberdade de operação das partes concessionadas, para agir sobre o resto da sociedade. Ou seja, não existe competição livre; não existe mercado livre. Por outras palavras, o regime é um de *exclusividade* e de *privilégio*, maximizando a liberdade de uns pelo prejuízo directo da liberdade de todos os restantes. Isto leva a que sob “free trade” a tendência seja a da aglomeração de toda a actividade económica à volta de grandes consórcios, que se organizam para formar cartéis e monopólios. “Free trade” é uma forma puramente dialéctica de operação. Representa uma liberdade económica extrema (com desregulação extrema) para alguns agentes na economia; e isto resulta na extinção da liberdade económica. Usar o conceito de liberdade económica para destruir a liberdade real na economia [*e, eventualmente, na sociedade humana como um todo – consolidação económica sob cartéis e monopólios leva sempre a despotismo político*].

Também é “free” porque é transnacional.

Companhia tem todos os direitos sobre os nativos da área imperial mercantil.

Nativos existem para a plantação e têm de se habituar a ela. “Free trade” também é chamado enganadoramente “free” por outro motivo – mercantilismo é sempre uma prática transnacional. Cartéis e monopólios são licenciados para controlar, em seu próprio proveito, um movimento irrestrito de bens, capital e trabalho ao longo de fronteiras territoriais. É o velho sistema mercantilista dos impérios europeus. A companhia mercantil (multinacional) recebe uma carta de concessão da figura de soberania imperial (antes era o rei, hoje temos o sistema UE ou a OMC) para conduzir comércio entre os vários territórios coloniais (“free trade areas”, aka “free trade zones”, aka “free trade blocs”). Os nativos não têm direito a qualquer forma de privilégio (ou de direitos) por o serem; a companhia mercantil do rei recebe os privilégios. A função dos nativos é a de trabalhar a plantação, em prol da companhia mercantil.

NEO-LIBERALISMO, oposto exacto de capitalismo de mercado livre.

Neo-liberalismo: abuso e privilégio arbitrário.

Capitalismo de mercado livre: igualdade e universalidade de relações.

Ingleses e austríacos sequestram o termo “**liberalismo**”.

Pegaram no termo, cooptaram-no sob doublespeak, para o neutralizar. Nos dias de hoje, neo-liberalismo é a doutrina ideológica que sustenta a implementação global de "free trade". Neo-liberalismo é mercantilismo é "free trade". Aqui convém apontar muito claramente que "free trade" não é capitalismo de mercado livre, apesar de usar a demagogia do mercado livre. Porém, é a sua própria negação. É inteiramente alicerçado em privilégio e em arbitrariedade. A única liberdade de mercado que existe sob *free trade* é a liberdade que a parte concessionada tem para exercer a *franchise*, em prejuízo do resto da sociedade. Sob um mercado livre capitalista, todos os agentes competem entre si sob um quadro regulatório equidistante e universalista. Por outras palavras, não existe capitalismo *real*, que se baseia em competição aberta, leal e universal entre quaisquer agentes que pretendam entrar no mercado; e que é sempre baseado numa economia de classe média. É a isso que se chama de **capitalismo de mercado livre**. Sob neo-liberalismo, tudo o que existe é mercantilismo, que também pode ser chamado de "capitalismo de cartel", "capitalismo tecnocrático", "crony capitalism". O termo *neoliberalismo*, é um sucedâneo exacto de duas doutrinas muito pervertidas, o *liberalismo económico inglês* e o *liberalismo austríaco/jesuíta*. Estas doutrinas sequestraram o termo *liberalismo*, associado a constitucionalismo democrático e a mercado livre. Depois utilizaram-no para dar uma cara lavada a despotismo económico (e social); à *negação de liberalismo*. Estamos perante *doublespeak*. Pega-se num termo, usa-se esse termo como rótulo para passar a definir o exacto oposto daquilo que define, de forma a tentar neutralizar, suprimir, o significado original.

Doublespeak pode induzir capitalistas de mercado livre a trabalhar para neoliberais. É através deste jogo de doublespeak que capitalistas de mercado livre podem ser induzidos a trabalhar em prol dos seus inimigos à direita, os mercantilistas (neo-liberais) que pretendem oferecer-lhes protecção do outro grupo de mercantilistas, à esquerda. O primeiro grupo pretende construir um mundo à imagem e semelhança do Império Britânico, o *benchmark* global de mercantilismo. O segundo grupo prefere o modelo da CMEA, a grande área mercantil do Império Soviético durante a Guerra Fria. Os dois modelos são similares, com meras diferenças de pormenor. O mercantilismo público/privado e multinacional de direita usa a retórica e a imagética do "mercado livre". O mercantilismo público/privado de esquerda usa a retórica e a imagética da "solidariedade proletária". Ainda durante as últimas décadas surge a suposta terceira via, a UE, que é apenas uma versão mais tecnocrática que a CMEA e menos histriónica que o free trade de tipo anglo. É isso que é pretendido por terceira via. Tudo estilo, nada de substância. Todos estes modelos agem da mesma forma e ambos usam o mesmo tipo de sistema legal, baseado em arbitrariedade e privilégio. A solução é, claro, rejeitar todas estas formas de degeneração autoritária e neo-colonial.

Cartéis e monopólios pode surgir sob mercado livre, destrui-lo. É claro que cartéis e monopólios também podem surgir sob mercado livre. Aí é genericamente entendido que a sua existência é inímica ao próprio conceito de mercado livre e, que têm, portanto, de ser desfeitos. Quando isso não acontece, os cartéis e monopólios que assumem controlo

sobre o mercado livre podem "legalizar-se", "institucionalizar-se" e expandir-se através da substituição do mercado livre pelo mercado fechado mercantilista.

Free trade é mercantilismo.

O velho sistema imperial mercantilista (Fenícia, Idade Média, Império Britânico, etc.). "Free trade" é o velho sistema mercantilista, um modelo despótico e obsoleto que persevera durante a era Moderna por meio das operações dos impérios coloniais e mercantis europeus. Mercantilismo era o sistema do Império Fenício, pelo qual a oligarquia mercantil fenícia reduziu vastas porções do mundo mediterrânico ao tributo e à escravatura. É também o sistema babilónico e, mais tarde, torna-se no sistema das guildas mercantis medievais. Esse sistema é sofisticado e transformado numa arte de assalto e conquista de mercados e sociedades pelo Império Britânico. E é, claro, o sistema da economia global do século 21.

Das guildas mercantis da Idade Média às grandes companhias mercantis imperiais. "Free trade" é uma típica demonstração britânica de *doublespeak*. Esta forma de "comércio livre" não tem nada a ver com liberdade e quase extingue o comércio. Na teoria e na prática, é apenas uma forma mais sofisticada de mercantilismo de guilda, o sistema comercial que imperava durante a Idade Média. Durante esta fase, tínhamos as guildas mercantis, grandes organizações transnacionais, precursoras das actuais companhias multinacionais. Estas guildas representavam interesses oligárquicos estabelecidos (barões feudais, aristocratas tornados banqueiros, etc.) e eram organizações puramente feudais. A guilda mercantil usava o seu poder e influência para obter uma concessão de exploração (território, recursos), obtinha direitos de monopólio sobre esse sector de negócio, e era livre para se envolver nas práticas que quisesse – escravatura e repressão militar de populações, usando mercenários, eram práticas constantes. Mais tarde, este modelo evoluiu para as companhias encartadas mercantis e, daí, para as actuais corporações multinacionais.

MERCANTILISMO – Sistema de concessões, alocações, privilégio.

Toda a actividade comercial é exercida por concessão.

Direitos exclusivos de monopólio único ou monopólio por cartel. Sistema imperial por excelência, pelo qual o soberano (rei, imperador, oligarquia, agência que estabelece um acordo FTA) organiza a actividade comercial do domínio comercial (*imperium*) por meio de um tétrico sistema de concessões e privilégios. Sob mercantilismo, toda a grande actividade comercial (eventualmente, ***toda*** a actividade comercial) é exercida em monopólio ou em cartel por grandes companhias mercantis, que são concessionadas para o efeito pela entidade regulatória. Dantes isto era feito por meio de uma carta de concessão. Apenas as partes que são concessionadas podem, doravante, exercer actividades nesse domínio. A concessão sobre o domínio pode ser atribuída a um único

agente que, nesse caso, vai usufruir de um monopólio. Pode também ser atribuída a vários agentes, através de um sistema de quotas ou, mais geralmente, de cartel concessionado. Cada companhia mercantil tem, portanto, direitos exclusivos de exploração comercial sobre este ou aquele domínio.

Direitos exclusivos incluem participação na governância da franchise. Esses direitos são bastante latos: as concessões mercantis funcionam como licenças de operação sob um mínimo de interferências regulatórias, mas também de governância efectiva sobre os domínios concessionados. Isto significa que a governância de uma concessão, ou franchise, ou exercida em conjunto por todas as partes que são concessionadas com quotas.

Mercado entendido como bolo a repartir por partes privilegiadas, através de quotas.

Cartel: sistema alicerçado em controlo fechado, centralização, privilégio.

[Por oposição a abertura, descentralização, competitividade]. Quando um qualquer domínio de actividade económica é definido sob lei concessionária, é entendido, figurativamente, como um bolo a repartir pelas partes concessionadas. O domínio/mercado é repartido em quotas, que são concessionadas em regime de monopólio único ou em regime de monopólio por cartel. No primeiro caso, uma única companhia detém todo o poder. No segundo, existem várias companhias que, sendo concessionadas sobre diferentes tranches do domínio, agem em concertação na sua exploração. Por outras palavras, é um sistema alicerçado em controlo fechado, centralização, e na atribuição de privilégios, por oposição a abertura, descentralização e competitividade.

Sistema público-privado de concessões e alocações. O que existe sob "free trade" é um sistema concessionário, que funciona do modo descrito atrás. Sob "free trade", uma entidade qualquer comercial, ou mercantil, é concessionada para operar uma quota de exploração (alocação/concessão/*franchise*) num qualquer domínio da economia. A concessão é atribuída pela corporação público-privada que regula o sector em causa e que, por sua vez, é concessionada para operar pela entidade soberana dessa economia, que será uma "free trade area". Ou seja, um parlamento ou uma comissão central de governo concessionam uma organização A (sob o sistema UE, isto é um instituto público-privado) para organizar esse sector económico e essa organização A concessiona a organização B (empresa, consórcio) para operar uma concessão nesse sector.

Concessão geralmente acompanhada de subconcessões. A concessão pode ir de uma quota minoritária no sector até um monopólio de exploração. É geralmente acompanhada de uma série de subconcessões, como sejam isenções fiscais ou outros estatutos de excepção. Só as organizações que são concessionadas para operar podem *efectivamente fazê-lo*. Todas as outras serão processadas e fechadas pela corporação reguladora.

Condições regulatórias zero, estatutos de concorrência desleal.

Consórcios globais recebem sempre as melhores concessões. As concessões mercantis são invariavelmente definidas por pura e simples arbitrariedade legal. Os melhores contratos e condições são oferecidos às maiores companhias (multinacionais). Em parte isto é feito sob *lobbying* ao nível das agências responsáveis pela atribuição de concessões, mas a própria ideologia mercantilista *exige* que os grandes grupos sejam favorecidos, de forma a "maximizar eficiência".

Condições regulatórias privilegiadas (praticamente no zero) a toda a linha.

Isenções / Subsídios / Poder de decision-making. Depois, faz parte da ideia de "liberdade" em "free trade" que as licenças de operação ocorram sob um mínimo de condições regulatórias. Grandes grupos e consórcios recebem condições privilegiadas. Isenções fiscais e regulatórias. Subsídios especiais. Nisto, conta a remoção de protecções tarifárias (incluindo colecta fiscal por tarifas) e de restrições regulatórias a grandes consórcios. Uma concessão mercantil tipicamente inclui estatutos fiscais de excepção (e.g. isenções fiscais), estatutos regulatórios extraordinários (e.g. condições de operação, regras laborais), feudalização de territórios e de tranches da economia sob sistemas público/privados e, claro, participação em quadros regulatórios (a companhia pode auto-regular-se). Poder de decision-making por inclusão em quadros regulatórios, directos (governo) ou indirectos (confederações mandatadas por governo). Este é o sistema pelo qual uma grande companhia compra o seu próprio poder económico e político.

Regimes concessionários diferenciais, para privilegiar grandes grupos. Depois, é claro que existem concessões *e* concessões: um mesmo mercado concessionário contém companhias a operar sob diferentes regimes de concessão. Alguns são bastante mais vantajosos que os restantes e é apenas natural que sejam (como são) os maiores e mais poderosos interesses a obter a vantagem desse *premium* concessionário.

Big boys com grandes linhas de crédito.

Vantagem regulatória acompanhada de condição financeira privilegiada.

Linhas privadas de crédito não acessíveis a restantes agentes de mercado. A vantagem regulatória é acompanhada de condição financeira privilegiada. Por norma, uma companhia multinacional (i.e. por definição uma companhia que usufrui de concessões mercantis) chegou a essa dimensão e a esse estatuto em virtude do facto de ser uma subsidiária de um grande consórcio financeiro; um braço sectorial especializado para esse bloco de alta finança. Como tal, terá acesso a linhas privadas de crédito que não são acessíveis aos restantes agentes económicos. Podem dar-se ao luxo de fazer investimentos de grande monta e de incorrer em práticas anti-concorrenciais (e.g.

praticando preços muito mais baixos que a média) mesmo quando isso lhes provoca défices provisórios. A PME nunca pode competir a esse nível.

Competição desleal está no DNA de mercantilismo.

PMEs são sempre prejudicadas e hostilizadas, sob ideologia mercantil.

(I.e. corrupção racionalizada). Sob a ideologia de darwinismo económico que guia o sistema de "free trade" (complementada por corrupção normalizada, habitual neste tipo de meios), as maiores companhias são sempre beneficiadas em preterimento das mais pequenas. Essas não só não beneficiam dos privilégios regulatórios das primeiras, como são tipicamente sobrecarregadas com excessos regulatórios e fiscais, no que configura um habitual padrão de assédio e hostilização. É esperado que as companhias mais pequenas abdiquem das suas posições de mercado em benefício das grandes, seja por absorção nessas companhias grandes, ou por pura e simples retirada do mercado – tão simples quanto isso. A classe média e as PMEs são essencialmente perseguidas e hostilizadas por meios regulatórios e fiscais.

Competição desleal / Darwinismo social / Schadenfreude.

"O primado ético de tornar a vida desafiante" (i.e. sociopatia racionalizada). A própria natureza concessionária do sistema de "free trade", um sistema de privilégio regulatório, define-o como um sistema de institucionalização de concorrência desleal, pelo qual algumas grandes companhias multinacionais são livres para operar, produzir e distribuir sob condições que não são acessíveis – ou são mesmo negadas – aos seus competidores. Sob "free trade", estas grandes companhias são tecnicamente livres para assaltar economias a seu bel-prazer. O espírito que guia este processo é um de darwinismo social, que pode ser expresso na linha do mote crowleyano e satanístico "*do what thou wilt*". Quem obteve poder, *pode e deve* fazer exactamente tudo o que quer, em *prejuízo activo, deliberado*, de todos os outros. Erradicar os mais fracos, para aquele que ascende ao topo, tem de ser tanto um direito, uma condição de satisfação egóica e entretenimento (a condição doentia de "*Schadenfreude*"), como um dever, uma contribuição para a selecção dos mais aptos na grande luta pela sobrevivência evolutiva. Com efeito, o homem "avançado" tem o dever de tornar a sociedade humana numa selva hobbesiana, condição *sine qua non* para a luta pela sobrevivência e para a ascensão ao topo daqueles que são mais "valorosos" (pessoas que pensam e agem desta forma). Esta é a mentalidade degenerada que está no cerne de toda esta ideologia; darwinismo social hindu/britânico conjurado à luz de supremacismo oligárquico de estilo nietzschiano.

Mercado protegido, contra pirataria mercantil (notas soltas).

Capitalismo de mercado livre ***protege*** nativos nacionais contra mercantilismo colonial. Mercado protegido é a forma essencial de defesa contra a corrida para o fundo que acontece sob mercantilismo. O conceito moderno de protecção de mercado surgiu para fazer frente aos assaltos frontais mercantis.

Modelo ascende com estado-nação Renascentista. O modelo de capitalismo de mercado livre ascende com o estado-nação renascentista. Sob capitalismo de mercado livre, os protagonistas da economia são os nativos. São estes que recebem toda a protecção, e não a companhia mercantil de um qualquer rei, ou imperador. O conceito moderno de proteccionismo económico surge no contexto da ascensão do estado-nação moderno, por oposição ao imperialismo comercial transnacional que era prática corrente durante a era medieval, e se veio a sofisticar na forma de imperialismo mercantil, ou mercantilismo; aquilo a que os britânicos vieram a chamar de "free trade".

Protecções tarifárias. A companhia mercantil tem de pagar para usufruir do privilégio de operar no território dos nativos. Isso é feito por meio do sistema de tarifas. Esse dinheiro é depois usado como colecta fiscal para investimento na economia interna. Se a companhia mercantil chega para vender os seus produtos produzidos em plantações de escravos, pode entrar, mas primeiro tem de pagar uma taxa alfandegária extremamente considerável. O incentivo para vender produtos a preços artificialmente deflacionados é consideravelmente abatido, e a integridade do mercado interno é preservada de assaltos comerciais conduzidos por potências hostis.

Protecções tarifárias (2). O estado-nação impõe barreiras à entrada de todos os agentes comerciais estrangeiros; quem quiser entrar no território com fins comerciais é confrontado com essas barreiras, o que inclui uma tarifa protectiva elevada. Portanto, a guilda mercantil pode ser simplesmente mantida de fora (medida incomum mas feita em vários casos), ou forçada a pagar um preço elevado pelo direito de participar no mercado do povo soberano. Portanto, o incentivo para vender produtos a preços artificialmente deflacionados é consideravelmente abatido, e a integridade do mercado interno é preservada de assaltos comerciais conduzidos por potências hostis.

Regulação equidistante, imparcial, favorecendo descentralização, PMEs. Um real capitalismo de mercado livre funcionará sob um modelo regulatório equidistante e imparcial, por forma a favorecer a igualdade de oportunidades sem a qual o mercado deixaria de ser *livre*. Como tal, será tendencialmente uma economia descentralizada, alicerçada em pequenos e médios empreendimentos. Será, portanto, uma economia alicerçada em classe média.

Alternativa a protecção nacional é servidão internacional. A ideia de proteccionismo surge como uma consequência natural da ideia *renascentista* de estado-nação. Um estado-nação não é um feudo, nem um conjunto de feudos, nem um império. É um território onde o homem comum é o centro da sociedade; e onde o governo existe, como representante do povo soberano, para o proteger de escravizadores, estrangeiros ou domésticos. *Protecção* não era uma palavra feia, em cultura Renascentista; era bem entendido que a alternativa a *protecção nacional* era *servitude internacional*.

FREE TRADE E SUSTENTABILIDADE (Notas soltas)

Free trade é mercantilismo, sustentabilidade é neocolonialismo.

"Sustentabilidade": Status quo, contracção económica, despotismo.

C&C, Agenda 21, Sustentabilidade Global, organizam mercantilismo FTA.

AGENDA 21.

C&C global só tem um sentido, down down down.

Mercantilismo gera sociedades despóticas e estagnadas.

Neocolonialismo e corporativismo.

Ordem social também se torna corporativista.

Economia de contracção e de racionamento.

Standards (in)humanos: A sociedade é transformada numa plantação.

Standards (in)humanos: Crime, maus sentimentos e perseguições dominam a plantação.

Corporativismo e totalitarismo integrativo (Lord Russell).

Um despotismo oligárquico global – Cenário A; Russell e o mundo global suicida.

Um despotismo oligárquico global – Cenário B; a perpetual motion society.

Free trade é mercantilismo, sustentabilidade é neocolonialismo. Mercantilismo está para colonialismo como free trade e sustentabilidade estão para neo-colonialismo.

"Sustentabilidade": Status quo, contracção económica, despotismo.

<u>**Sustentabilidade**, a redução ao mínimo que sustenta algo com aspecto de economia</u>. Sob consolidação mercantilista, a distribuição de condições sócio/económicas é reduzida ("optimizada") a um mínimo que é *sustentável* para a continuidade de algo com o aspecto de uma economia; este é o real significado de "***sustentabilidade***", no sentido em que o termo é usado hoje em dia.

Assegurar dominância do status quo. A sustentabilidade do mercado consolidado implica que os agentes mercantis controlam toda a economia e, toda a sociedade. Implica que essa sociedade é reduzida a uma configuração sócio/económica que assegure a continuidade dos poderes existentes.

Assegurar que todos são mantidos dependentes do status quo.

Contracção económica, escassez artificial, slots sócio/funcionais e "fair shares".

"Fazer menos com menos". Todos têm de ser mantidos *dependentes* do sistema; por oposição a *independentes*. Em primeira linha, isso implica a criação de contracção económica, por meio da destruição de uma parte muito considerável da infraestrutura económica prévia e da imposição de escassez artificial de produção. Enquanto isto acontece, a população tem de ser colocada sob austeridade sócio/económica; i.e. todos têm de estar sob dependência económica e social do sistema organizado. Isso abre as portas à plena funcionalização da sociedade. Cada indivíduo que existe é um recurso e, todos os recursos existem para ser alocados em slots sociais e funcionais. A vida de cada qual é definida pela sua "função social" (a sua estação no aparelho sócio/económico) e cada função social é definida pelo seu próprio conjunto de condições (e.g. obrigações, privilégios). Fazer menos com menos torna-se o mote da economia.

Estado entra em devolução – privatização, comunitarização.

Emiseração, pobreza, utilitarismo – "os pobres tornam-se um mercado por si mesmos". O estado, na medida em que antes tinha funções sociais, deixa de as ter, à medida que as privatiza e comunitariza – aquilo a que se chama de devolução social. Austeridade, no seu sentido mais lato, é uma forma de impor desigualdade permanente. Implica que a classe média independente deixa de existir (aqueles que são cooperativos podem ser afranchisados em empreendimentos oligárquicos). Mas também implica que as classes médias assalariadas e as classes pobres se tornam inacreditavelmente mais empobrecidas. O processo de consolidação é sempre acompanhado da criação crónica de emiseração, pobreza, falta de oportunidades. Os pobres tornam-se um mercado por si só, como Jacques Attali nos diz; nos dias de hoje, esse mercado significa órgãos, fonte para colateralização de valores financeiros, prostituição, violência organizada.

Autoritarismo, estado policial – Conflito e fragmentação. A sustentabilidade do sistema montado pela oligarquia mercantil também implica que os direitos políticos são essencialmente perdidos (se não em aparência, na realidade), à medida que as estruturas governativas se tornam mais autoritárias, para suster o efeito de *blowback*. Controlo policial extremo é vital neste último ponto – estado policial. O sistema mercantil não se limita a destruir a liberdade de mercado e toda e qualquer fonte de prosperidade económica; destrói também a liberdade política dos cidadãos. Conflito, claro, é algo que acompanha todo este processo. Eventualmente, este conflito pode expandir-se e tornar-se predominante, ao ponto de fragmentar e de destruir partes significativas do sistema,

quando não todo o sistema. Vai haver muito disto, ao longo dos próximos anos e décadas.

C&C, Agenda 21, Sustentabilidade Global, organizam mercantilismo FTA.

Sustentabilidade Global. A distribuição de condições sócio-económicas é "racionalizada" a um mínimo que é *sustentável* para manter algo com o aspecto de uma economia a funcionar. É **isso** que sustentabilidade significa, conforme definido pelos autores do conceito: o Clube de Roma, durante os anos 70, na qualidade de consultor oficial para a ONU. E, também foi o Clube de Roma que definiu todas as linhas para concretizar este propósito, na forma daquilo que é, hoje, chamado de "desenvolvimento sustentável"; o termo é puramente dialéctico, significando o oposto exacto de desenvolvimento – i.e. subdesenvolvimento. É alicerçado no desmantelamento gradual de produção real e na sua substituição por *valores fictícios e por devolução sócio-económica*. "Desenvolvimento sustentável" começa por ser alicerçado na rejeição de capitalismo de mercado livre e da economia de classe média; na mais total e completa aversão pela ideia de universalização das classes médias. A ideia de geração de riqueza é igualmente rejeitada, em prol de redistribuição e racionamento da riqueza limitada existente. Em vez de colocar muita gente a produzir mais pão, limitar drasticamente a produção de pão, fechar o pão existente num cofre e vender fatias e migalhas a peso de ouro. Tudo isto implica a aplicação dos restantes alicerces de "desenvolvimento sustentável". A concentração de mercados sob sistemas *standard*, público/privados, operados por cartéis multinacionais, que ganham os direitos exclusivos à exploração de recursos, impõem escassez artificial e, gerem um estado de estagnação no desenvolvimento de novas tecnologias (e.g. no campo energético, só solar e eólica, reconhecidamente ineficientes, seriam tolerados). Tudo isto tem de ser acompanhado pela criação de hábitos mais austeros entre a população, como o Clube de Roma chamou, eufemisticamente, a emiseração contínua em massa. É claro que tudo isto implica uma deriva despótica, tanto na economia como no resto da sociedade. Por exemplo, o benchmark que é escolhido para a "comunidade" média, no novo sistema global, é a *comuna jugoslava* (isto nos anos 70). Para executar este programa, o Clube de Roma concebe um mundo gerido por "integratividade". Todos trabalham em conjunto, coercivamente, sob as direcções que são definidas pela alta finança. Os *technical reports* essenciais em tudo isto são "Mankind at the Turning Point" (1974), "Reshaping the International Order" (1975), "Goals for Mankind" (1977) e "The First Global Revolution" (1991). É preciso apontar que o Clube de Roma é uma organização composta de membros da realeza e da alta aristocracia da Europa e por líderes transatlânticos da finança e da indústria.

C&C: Contracção do 1º mundo, Convergência num patamar neo-feudal comum. Contracção & Convergência é o paradigma de estandardização global ONU: sob C&C, as economias mais "ricas" contraiem drasticamente (Contracção) e todas as economias

do planeta se encontram num mínimo denominador comum neo-colonial, neo-feudal (Convergência).

Agenda 21 operacionaliza e implementa desconstrução C&C. O que Sustentabilidade Global racionaliza e C&C executa, Agenda 21 organiza. A Agenda 21 é o programa de estandardização global Banco Mundial/ONU para sistemas de gestão de recursos, comunidades, pessoas, segundo o modelo local / regional / continental / global, com o "nacional" (estado-nação) a ser eventualmente extinto, sob diluição plena nos outros níveis. Agenda 21 é uma parte vital de C&C. É o programa global que operacionaliza e implementa, no terreno, as reconversões "necessárias" para o processo de desconstrução mercantilista global: i.e. é o sistema de gestão para a desconstrução.

"Free trade", C&C, Agenda 21, Sustentabilidade – doublethink para plantação global. Por outras palavras, "free trade" e C&C reduzem o mundo ao estado da plantação na Índia Britânica. Agenda 21 assegura que a plantação se mantém ordeira e organizada, sob a hierarquia imperial. Sustentabilidade Global é o paradigma que guia tudo isto, mas é vendido sob um formato falso: o de preocupação com o "bem do planeta"; e, nada podia estar mais longe das cabeças que desenvolveram este paradigma. Nesse formato, serve para dar uma capa de aparente e especiosa legitimidade a tudo isto e, para asseverar aos novos servos de plantação que a sua nova condição é, na verdade, "liberdade, ao serviço do planeta". Bom, talvez ao serviço do regime mercantilista global, mas certamente não da vida natural, que continuará a ser sistemicamente adulterada e destruída, por meio de geoengenharia e de alteração genética.

AGENDA 21.

Comunidades (comunas), megacidades. Ao nível local, Agenda 21 organiza o mundo por localidades, "comunidades" – no sentido que é dado, deve ler-se "comunas". Depois, prevê e prepara o retorno das grandes cidades-estado, pólos de integração urbana e de actividade mercantil. Hoje, esses pólos recebem o nome de megacidades, cidades mercantis com mais de 10M de habitantes.

ZIG, blocos de construção dos regimes regionais. Uma megacidade pode ou não corresponder àquilo que, sob Agenda 21, são as Zonas de Integração Global (ZIG), que definem o nível regional. Por exemplo, os actuais EUA estão organizados em dez grandes ZIG, sob Agenda 21/America 2050. A Europa Ocidental está organizada num número comparável. AS ZIG são as peças de construção dos regimes continentais (UE, ASEAN, SPPNA, UA e todos os outros).

Habitats humanos e habitats naturais – corredores de circulação. Sob Agenda 21, todos os continentes são reorganizados em habitats humanos e habitats "naturais". Os habitats humanos são desenvolvidos à volta de grandes cidades já existentes, de forma a dar origem a grandes centros urbanos com dimensão regional. Shanghai, Mumbai ou a grande Londres são bons exemplos disso. Estas não são meras "cidades"; são pólos de

integração urbana. Hoje, existe uma zona urbana comparável a ser preparada em Portugal; estendendo-se de Mafra a Setúbal, com centro em Lisboa. Toda a actividade humana é gradualmente concentrada nos habitats humanos e, excluída dos segundos (a excepção neste último caso estará, claro, em resorts exclusivos para pessoas muito ricas – com caçadas a "espécies protegidas" e tudo o resto). Cada megacidade é delimitada por habitats "naturais" e está ligada às restantes megacidades por meio de grandes corredores de transportes (auto-estradas e sistemas ferroviários). Sob esta Agenda 21, não existe meio-termo: a aldeia, a vila, a pequena e média cidade – todas desaparecem e toda a população é absorvida nas megacidades, que serão sítios socialmente fragmentados, genericamente pobres, violentos. Uma mesma megacidade terá zonas fortificadas para pessoas ricas, outras para executivos e burocratas, grandes bairros de lata, pólos empresariais específicos; e assim sucessivamente. A megacidade não é o único tipo de habitat humano, sob Agenda 21. Existem grandes centros de exploração de recursos (e.g. mineiros, oceânicos, agro-alimentares). Existem também outros pólos especializados de produção, "cidades técnicas", uma derivação e expansão dos actuais pólos tecnológicos.

C&C global só tem um sentido, down down down.

Só desafio real (e.g. **necessidade** de exploração espacial) ou quebra da oligarquia pode mudar rumo. Sob Contracção e Convergência à escala *global*, não há retorno; a direcção é *down down down*. A única circunstância pela qual isso será invertido é pela necessidade hipotética de lidar com novos desafios; aí, a hipótese mais óbvia é a de exploração espacial. Porém, esse tipo de cenário seria uma ameaça ao poder oligárquico *per se*: exigiria um aparato descentralizado de milhares de PMEs a trabalharem em diferentes aspectos do programa, e uma libertação (e democratização) de esforços e de ideias que são impensáveis sob regimes oligárquicos. Esse tipo de perspectiva de expansão é algo que oligarquias tipicamente temem e odeiam. O funcionamento oligárquico baseia-se na exploração de sistemas contidos e amarrados abaixo de si; não na libertação humana para a descoberta de novas fronteiras.

Mercantilismo gera sociedades despóticas e estagnadas.

Mercantilismo gera ambientes sócio/económicos estagnados (benchmark, British India).

Autoritarismo, militarização de relações, população como pool barato de RH. Os ambientes sócio-económicos que são gerados por meio de mercantilismo, free trade, a grande e competitiva corrida para o fundo, são uma versão mais sofisticada do tipo de cenário que existia na Índia Britânica, durante o auge do sistema de "free trade" britânico no século 19. Aí, tínhamos uma sociedade dominada por um grande consórcio mercantil (British East India Co.), que impunha os seus próprios termos por meio de

autoritarismo político e do uso de força militar e usa o território e a sua população como um *pool* barato de recursos – físicos e humanos.

Consolidação económica leva a consolidação política autoritária. Esse é o padrão sistemático nestas coisas. Após a consolidação do poder económico sob grandes consórcios multinacionais segue-se o poder sócio/político (função do poder económico), que é igualmente consolidado e concentrado. Toda a sociedade passa a ser algo que tem de ser colocado ao serviço destas entidades e, da maximização de eficiência das suas operações. E, é para isso que serve o recém-adquirido poder sócio/político. É tornado autoritário, sistémico, abrangente à totalidade da vida (tendencialmente totalitário).

Poder político torna-se um golem, um mero facilitador, para o poder económico. É, claro, um *golem* ao serviço do poder económico. Existe para gerir a sociedade e para exercer funções de facilitação em nome dos interesses que o levam no bolso. É o *apparat* de gestão dos novos proprietários, as corporações feudalistas que operam o sistema.

O domínio de três grupos: alta finança / radicais (governantes) / mercenários (militares). Regra geral, encontramos a predominância de três grupos. A classe mercantil, composta de alta finança e dos restantes barões mercantis, controla o sistema. Depois, existe uma classe governante, composta de radicais e fanáticos totalitários; neste ponto, é irrelevante se falamos de *mullahs*, de comissários comunistas ou fascistas ou, de uma classe tecnocrática obcecada com a sujeição da sociedade ao emprego de técnica científica (o resultado é sempre o mesmo, a destruição totalitária da sociedade). Por fim, existe uma classe de mercenários, encarregue do emprego de força armada contra a população civil.

Neocolonialismo e corporativismo.

Neocolonialismo no 1º mundo leva ao mesmo resultado que no 3º mundo.

Corporativismo, i.e. fusão público/privada.

Fusão de poder público com poder privado para originar mero ***poder*** arbitrário. A economia alinhada com os grandes consórcios simplesmente cresce por virtude da miséria alheia e, absorve e assimila os restos. A abordagem neo-colonialista que criou o 3º mundo, enquanto tal, é agora introduzida no 1º mundo – e, vai produzir os mesmos exactos resultados. O corolário deste processo de aquisição hostil da economia é a corporativização do estado. Temos a privatização em massa de serviços, infra-estruturas, recursos, territórios, na forma de parcerias público/privadas (PPPs). Este é o formato pelo qual o estado e as suas várias valências são, em essência, privatizados, tornados domínios *de facto* de consórcios privados: bancos, companhias multinacionais, fundações e ONGs. Sob o formato da PPP, as entidades públicas cedem o seu próprio poder de governância sobre um ou mais segmentos do domínio público a entidades privadas. Todas as decisões passam a ter de ser tomadas sob registo corporativo, i.e., em

mesas redondas e com plena repartição de poderes entre ambas as partes. O que acontece é que deixa de haver a distinção entre ambos (poder público e poder privado) e dá-se a fusão, em puro e simples ***poder***. O domínio público deixa de exercer o seu papel legítimo como árbitro e regulador equidistante entre *todos* os privados. Passa a ser parte interessada na vitória de privados específicos *sobre o resto da sociedade*. Quanto mais este processo avança numa sociedade, tanto menos poder efectivo é exercido pelo domínio público legítimo; e, pelos privados legítimos. O poder público e o poder privado são fundidos em mero ***poder***, a ser arbitrariamente usado e exercido pelos particulares que assumem controlo sobre o aparato público/privado. Naquilo que é um efeito dialéctico por excelência, entidades privadas passam a usufruir do poder decisório e coercivo do estado e, o estado passa a usufruir da responsabilidade pública a que, até aí, era legalmente obrigado.

Privatização de ganhos, socialização de défices e de custos. Sendo organizações público/privadas, funcionam segundo o modelo de privatização de ganhos, socialização de custos e défices. Isto significa que passam os défices para a população, através do aparato de estado; e que absorvem os ganhos, na forma de privilégios e de condições de excepção para o pessoal, particularmente no que respeita aos quadros de gestão.

O estado corporativizado, um espaço de crime organizado de, por e para oligarcas. Este estado corporativizado, uma entidade dialéctica pós-moderna, é agora um mero ponto de encontro de, por e para oligarcas. Um espaço de crime organizado.

O novo aparato sócio/económico é um buraco negro sobre a sociedade humana. Todo o novo aparato sócio/económico funciona como uma forma de buraco negro, anti-humano, que ataca, explora, procura absorver toda a vida real em redor. Este é o formato que se veio a tornar típico no 3º mundo. É o formato neo-colonial *por definição*. Mas é também o formato totalitário, como será visto mais à frente.

Ordem social também se torna corporativista.

Ordem social também se torna concessionária, gerida por organizações cívicas. O complexo de combinações público/privadas assume de modo gradual o controlo efectivo sobre todos os espaços sócio/económicos sobre os quais actua. A própria ordem social começa a ser baseada em mentalidade concessionária. Por outras palavras, quem quer operar em qualquer campo que seja, tem de o fazer sob integração num qualquer grupo corporativo público/privado: um complexo de ONGs ou movimentos, partidos, etc. Estas entidades assumem, claro, a forma das organizações cívicas sob Comunismo e sob Fascismo.

Uso na gestão e na contenção da população. São entidades autorizadas a agir sobre, e a regular, o espaço social, agora entendido como comunitário (detido em ***comum***, sem distinção entre público e privado). São utilizadas para suprimir, conter e regimentar a população, para o que agem em concertação com os poderes económicos e estatais.

Quadros de gestão luxuosos, como os comissariados de Comunismo e de Fascismo. Aqui, os quadros de gestão são tornados em algo como os comissariados sociais que são típicos sob Comunismo e sob Fascismo – como comissariados, estas estruturas humanas usufruem de bons salários, automóveis com *chauffeur*, planos de saúde e de reforma, etc.

Economia de contracção e de racionamento.

Consórcios usam preços baixos como arma, durante corrida para o fundo. Durante a corrida para o fundo, os grandes consórcios multinacionais notabilizaram-se, entre outras coisas, pela oferta de preços anti-concorrenciais, demasiado baixos; mais um dos factores essenciais para a consolidação de mercado. A capacidade de oferecer preços anti-concorrenciais advém da redução contínua de custos de produção (e.g. em paraísos esclavagistas de 3º mundo) e, também, do acesso a excelentes linhas de crédito, que lhes permitem incorrer em perdas, ao manter preços baixos de modo mais ou menos continuado.

Mercado consolidado / preços continuam baixos / população está agora empobrecida. Agora, o mercado está consolidado, sob monopólios (de cartel ou exclusivos). Os preços continuam a ser baixos, embora já não tanto (em proporção) como antes; populações pobres não podem comprar muito e têm de comprar barato.

Mercado **estagna – "Lucro" só conta sob competição** (agora inexistente). Os consórcios que controlam o mercado não precisam de o melhorar. O conceito de "lucro" só conta num mercado onde exista alguma medida de competição; aí, a proporção de lucros que é obtida é indicativa da maior ou menor dominância sobre *shares* de mercado. Quando a sociedade/mercado está em si consolidada, essa questão deixa de se colocar.

Sob consolidação total, só restam **disputas por privilégios baronis**. Os barões (CEOs, banqueiros centrais, comissários industriais, etc) já controlam tudo o que há para controlar, têm o poder supremo da baronia, e vivem com o grau de luxo comparativo que essa posição lhes concede. Diferentes barões podem disputar, entre si, posições nas quais podem obter mais privilégios feudais – i.e. lutas palacianas. Mas todas as restantes bases estão cobertas.

Abundância de produtos substituída por **escassez artificial**. Da mesma forma, já não existe abundância na oferta de produtos. Foi substituída pela imposição de escassez artificial. Os níveis de produção são mantidos deliberadamente baixos, de forma a poder estabilizar/aumentar preços e também de forma a controlar o acesso a consumo, via taxação.

Taxação incide agora sobre consumo (racionamento indirecto). Com o fim da economia produtiva, há a transição para um estado de coisas onde o peso essencial da taxação (que antes incidia sobre actividades produtivas) é agora colocado sobre as actividades que

compõem a larga maioria da economia; distribuição e acesso a bens, a produtos e a serviços. Em essência, as taxas são agora colocadas sobre consumo, de energia, água, bens alimentares, uso de espaços, etc. – taxas de venda, de valor acrescentado, de utilização. Essas taxas são depois utilizadas para colateralizar derivativos correspondentes (sobre carbono "humano" e florestal, água, etc.) sob sistemas *cap and tax and trade*, que visam a contracção progressiva de cada mercado. Tudo isto corresponde ao *racionamento* indirecto da actividade económica em si, sob o qual a larga generalidade da população é mantida a um mero nível de subsistência, progressivamente mais acentuado, durante todo o processo de desconstrução da civilização.

Standards (in)humanos: A sociedade é transformada numa plantação.

População é tornada servil e dependente – Indigência e pobreza abundam. O padrão comum que predomina em qualquer sistema que adopta mercantilismo será sempre caracterizado pela emiseração da larga generalidade da população, reduzida a um nível pobre e indigente, e pela servilização absoluta de uma outra parte. Todas estas massas populacionais são, por norma, dependentes do sistema.

Comunitarismo: pessoa média, um recurso na plantação graduada, para os barões. O ponto de encontro, porém, é comunitarismo. Todos têm de trabalhar e, com efeito, *existir*, para a "comunidade", o que significa a plantação graduada (com vários níveis de capatazes, servos, escravos) para a nova classe de patrões neo-coloniais. Sob (neo-)feudalismo, mercantilismo, toda a actividade económica é orientada para o benefício dos interesses que gerem o sistema. O conjunto concertado destas entidades é o aparato (*apparat*) corporativista, comunitário e, a pessoa comum existe para servir esse sistema organizado. É um recurso, um activo, capital humano.

Direitos individuais, humanos, substituídos por privilégios e concessões colectivas. A pessoa comum deixa de ter quaisquer direitos assegurados, em qualquer campo da vida. O sistema organizado despótico usurpa quaisquer direitos individuais universais; caso contrário, não poderia exercer a arbitrariedade legal que o caracteriza. Direitos inalienáveis, direitos naturais, direitos humanos desaparecem ou tornam-se meros *pro forma*. O que fica é um sistema de mera arbitrariedade legal, que se limita a prescrever "direitos colectivos", "corporativos", "comunitários" (que na verdade não são direitos, mas meras concessões dadas a grupos específicos – classes, profissões, empresas, etc.) e privilégios pessoais, que são atribuídos em bases excepcionais a este ou àquele sujeito.

População reduzida a pool universal de RH. A generalidade da população é reduzida a um *pool* universal de recursos humanos baratos, à disposição de quem seja concessionado para o utilizar. Desta população de activos humanos é esperado que seja flexível e facilmente adaptável às várias transições, exigências e caprichos do sistema.

Destruição de standards laborais e humanos – imposição de migrações laborais. A destruição de standards legais e humanos chega, claro, ao campo laboral, com a morte lenta de todos e quaisquer *standards* de protecção laboral ou salarial. O trabalho é realizado onde os custos forem mais reduzidos. Ou então, a força de trabalho mais "eficaz" que seja possível encontrar (oferecendo melhor relação produtividade/custos) é mobilizada para realizar trabalho *in situ*, dando origem a uma força de trabalho "móvel, internacional e flexível" – como acontecia na era medieval, com os capatazes, servos e escravos que eram levados de país em país, para ocupar funções nas explorações das baronias e das companhias mercantis.

"Optimização" humana, com diversificação em *slots* psicossociais/funcionais/sociais. Uma das consequências óbvias do mecanismo de sistematização de poder corporativo é a estandardização de todas as instâncias de gestão económica. Isto inclui o domínio humano. Por outras palavras, os activos humanos que operam o sistema têm de ser optimizados, moldados a standards comuns, homogeneizados. "Homogeneização" não quer dizer que a intenção seja que todos sejam tornados estritamente iguais entre si; a execução de diferentes especializações funcionais implica a existência de um certo grau de variância, na população. Portanto, tem de existir uma diversificação em *slots* psicossociais/funcionais/sociais. Diferentes pessoas são moldadas a diferentes *backgrounds* psicossociais, que as ajustam a diferentes grupos sociais, que estão ligados a determinadas especializações funcionais. Existem um ou dois perfis "expectáveis" para CEOs, tal como existe um conjunto de perfis que podem ser prescritos para técnicos intermédios, tal como existem uns tantos outros perfis para trabalhadores sociais, ou para militares.

Estratificação por slots e por castas – psicossociais, funcionais, sócio/económicas. O que é tipicamente obtido, sob este tipo de sistema, é uma estratificação da sociedade por *slots* sociais que, na prática, são castas psicossociais, funcionais, sócio-económicas. Todos, na sociedade, são *servilizados*, na medida em que servilização significa ajustamento pessoal irrestrito a um molde funcional que é autoritariamente prescrito.

O "Povo do Abismo" são os mais baixos serventes na social market economy.

Serviço comunitário (como na prisão) por "créditos sociais" e soja GM esterilizante. É claro que as classes indigentes e pobres (que, vão ser a maioria) também vão ter as suas próprias *slots*; porém, essas slots vão ser transversalmente caracterizadas por igualitarização estrita em pobreza e em ausência total de direitos. São as classes às quais Jack London se referiu quando falou do Povo do Abismo, o *pool* de escravos para o novo sistema feudal da Oligarquia ("The Iron Heel"). Este *pool* de escravos compõe o segmento da população que, sob a economia global, mais estará sujeito aquilo a que se chama a "social market economy", o mercado social. Esta é a nova economia comunitária de sharecroppers, baseada na redistribuição de recursos "comunitários" (i.e. reciclagem e racionamento de bens) e, em "trabalho social" (i.e., trabalho comunitário forçado), remunerado por meio de "créditos sociais"; que, certamente, serão suficientes

para adquirir uma lata de soja GM, esterilizante, por dia. A nova economia comunitária é a actualização para o século 21 da comuna servil e da plantação mercantil.

Standards (in)humanos: Crime, maus sentimentos e perseguições dominam a plantação.

Apatia, cinismo, nihilismo moral, Schadenfreude: "tornam-se inimigos dos bons".

Déspotas precisam de população reduzida ao mínimo denominador comum. Todos estes pontos abrem as portas à queda da civilidade e da acção moral, na população. Com efeito, sob este tipo de condições, existe a proliferação de maus sentimentos no seio da população. Isso é, aliás, incentivado, pelo aparato envolvido na tomada de poder. A proliferação de maus sentimentos é algo visto como um factor essencial na desestabilização e na transição sócio/económica para uma nova ordem, caracterizada pelo exercício autoritário e arbitrário de poder. O nihilismo moral e ideológico é tornado um lugar-comum. Schadenfreude, o sentimento mórbido de satisfação pela desgraça alheia, torna-se algo de aceitável, se não *bom*. Ainda mais comum é a apatia e a indiferença; as pessoas começam a viver cada vez mais no seu próprio espaço mental, desligando-se voluntariamente umas das outras. As relações humanas começam a tornar-se artificiais, instrumentais e, com efeito, inumanas. Pode existir a aparência de civilidade e, até, de boas relações, mas a hipocrisia, o cinismo, o teatro situacional e a utilização mútua tornam-se lugares-comuns. O carácter moral começa a ser visto como ingenuidade, na melhor das hipóteses e, até, como uma forma de perversidade – sob estas condições, cumpre-se sempre aquilo que está escrito: "*tornam-se inimigos dos bons*". Com efeito, déspotas detestam pessoas de carácter, pelo simples motivo que pessoas de carácter se lhes opõem. Portanto, a transição para despotismo inclui sempre a descredibilização, até a patologização, do carácter moral *per se*. Déspotas precisam de pessoas de maus sentimentos, medíocres, moralmente flexíveis (nihilizadas). Pessoas que saltam quando se lhes ordena que saltem e que, não coloquem qualquer sentimento impróprio de fidelidade moral acima de um cheque.

Violência – Crime organizado – Aborto, infanticídio, esterilização, eutanásia. Estes são os alicerces a partir do qual é construída a desumanização total da sociedade. O crime organizado torna-se vulgar e é dirigido a partir do topo. Narcóticos, violência e prostituição. As antigas brigadas de jovens desempregados são substituídas, hoje, por núcleos descentralizados para o mesmo efeito (gangs organizados). Depois, surge aborto e infanticídio para "a vida que não merece vida", esterilização para "a vida que não merece procriar vida" e eutanásia para "a vida que já não é vida" – i.e. a vida que já não tem utilidade para a "comunidade" e, é uma fonte indesejável de despesas. Essa forma de eutanásia é sempre seguida de eutanásia alargada, execuções, sobre grupos inteiros na população. Estes são os produtos óbvios de um sistema que é ele próprio violento e autoritário, alicerçado em unitarismo, comunitarismo e regimentação sócio/económica.

Bodes expiatórios, grupos a perseguir – "o inimigo universal".

Perseguições iniciais: habitualização para generalização de purgas sociais. Os grupos a perseguir são escolhidos com base na ideia do "*inimigo universal*", que foi particularmente bem definida por Karl Marx (que a aplicou às classes médias Judaico-Cristãs): um grupo ou classe que possa ser apresentado como a classe de mal universal, a fonte de todos os males sociais, pela purga da qual é obtido o futuro melhor. Por outras palavras, um grupo/classe despersonalizado, utilizado como bode expiatório, perseguido e purgado nessa condição. Este passo é essencial para a ascensão de totalitarismo. Por um lado, o grupo/classe é usado como alvo inicial, para habitualização a programas que são depois estendidos aos restantes grupos sociais e generalizados na sociedade: perseguições, trabalho forçado, tortura, execução.

Blukitt e traição. Por outro lado, existe o elemento psicossocial vital daquilo a que os Nazis chamavam de ***Blukitt***: o crime partilhado que funciona como cimento totalitário entre culpados. Quando um grupo de pessoas (até uma população inteira, sob totalitarismo pleno) é tornada cúmplice na perpetração de algo que todos sabem ser um crime, isso funciona como um elemento aglutinador numa forma de ritual colectivo; todos pecam, todos são cúmplices no pecado, todos sabem do segredo sujo do próximo, todos estão próximos e unidos no seu crime. Todos os sistemas totalitários usam o princípio do ***Blukitt***, sob uma ou outra forma. A aplicação favorita é, invariavelmente, ***traição***. Sob totalitarismo, aquele que é aceite/empregado numa estrutura tem muito geralmente de provar a sua fidelidade à estrutura pelo exercício de uma ou outra forma de traição, em Blukitt (é, aliás, por esse lado que a prática nazi de Blukitt se tornou notória – embora a mesma prática fosse aplicada pelo regime soviético e se tenha tornado usual na sociedade pós-moderna, neo-totalitária). E, sem dúvida que traição é o elemento essencial na generalização de perseguições colectivas, do nível da delação ao nível da infiltração e da cooptação.

Corporativismo e totalitarismo integrativo (Lord Russell).

A fusão em mero ***poder*** arbitrário, para explorar e saquear o máximo que possível.

Isto é a génese de totalitarismo integrativo. E isto é, também, a génese de totalitarismo integrativo: todo o aparato de poder (público ou privado) é fundido em mero ***poder*** arbitrário, abrangente a todos os domínios, a agir em concertação para explorar e escravizar ao máximo *toda a sociedade abaixo de si*.

CORPORATIVISMO: Fascismo / Comunismo / Socialismo / Tecnocracia, etc. A designação mais apta para este sistema é a de ***Fascismo Corporativo***: a imagem da sociedade organizada em fascii, feixes amarrados entre si, sob a direcção de uma entente de novos barões feudais, é aquela que mais apropriadamente captura a essência do sistema. Um sistema integrado, todo-abrangente, de elementos interconectantes, organizado para o puro e simples exercício de ***poder*** coercivo sobre as massas, para exploração irrestrita por qualquer factor, em benefício de uma oligarquia. Mas o sistema tem muitas outras designações (e são só mesmo outras designações – os formatos e os

propósitos são exactamente os mesmos, independentemente de qualquer demagogia retórica *partisan*): Socialismo Fabiano, Corporatismo, neo-feudalismo, Tecnocracia, Sovietismo, Comunismo.

LORD RUSSELL, sobre o modo como os rótulos servem para mascarar a realidade.

"Scientific oligarchies create totalitarianism".

"Many like it when it's Russian, disliked it when it was German… the power of labels".

Que os nomes, os rótulos, não nos enganem, como têm sido o caso com tantos no passado. Aqui, convém relembrar as palavras de Lord Bertrand Russell, o aristocrata tecnocrático, proponente deste exacto sistema, um homem cândido em toda a sua abertura para falar de modo honesto sobre a abominação que advogava; algo que vê como um modo útil, pragmático, de organizar o mundo para exploração por uma oligarquia auto-intitulada como superior (na velha tradição do pragmatismo imperial britânico). Foi Lord Russell quem disse que «*There is a tendency, which is inevitable unless consciously combated, for organizations to coalesce, and so to increase in size, until, ultimately, almost all become merged in the State. A scientific oligarchy, accordingly, is bound to become what is called "totalitarian," that is to say, all important forms of power will become a monopoly of the State. This monolithic system has sufficient merits to be attractive to many people, but to my mind its demerits are far greater than its merits [**aqui está a ser honesto, porque sabe (e frequentemente admite) que vende veneno, quando vende Socialismo fabiano tecnocrático, outra versão do mesmo exacto sistema; este tipo de honestidade cínica é típico, em Lord Bertrand Russell e, embora num grau menos elaborado, na generalidade dos autores fabianos**]. For some reason which I have failed to understand, many people like the system when it is Russian but disliked the very same system when it was German. I am compelled to think that this is due to the power of labels; these people like whatever is labeled "Left"*» [The Impact of Science on Society, 1953].

Um despotismo oligárquico global – Cenário A; Russell e o mundo global suicida.

Lord Bertrand Russell: Sistema oligárquico global devorar-se-á a si mesmo.

O mundo como um novo Império Azteca, baseado em degeneração e criminalidade. Como Bertrand Russell fez notar, "The Scientific Outlook" (1931), a sofreguidão característica aos sistemas oligárquicos, o "*pressing more and more on the nerves of power*" é o factor que vai, provavelmente, condenar o sistema oligárquico global; por outras palavras, não encontrando nada mais para devorar, o sistema devorar-se-á a si mesmo, numa grande orgia de canibalismo sócio-económico. Como Lord Russell fez notar, uma oligarquia realmente global (e ele era um dos precursores, de tal instituição) iria transformar o mundo numa espécie de novo Império Azteca, baseado em exploração, escravatura, deboche, tortura, sacrifício humano; um mundo de ódio,

supremacia e desconfiança, a guerra de todos contra todos e, finalmente, a implosão total de toda a civilização humana.

“Implosão do aparato oligárquico talvez resulte na redescoberta do amor”. Lord Russell era um génio pervertido, mas também um homem com enormes carências emocionais, que deixava bem patentes ao longo das suas obras. Talvez tenha sido por isso que afirmou que tinha a esperança pessoal de que a implosão da sistema oligárquico global resultasse na redescoberta do amor; aquilo que tinha sido o principal objecto de escassez artificial, de forma a possibilitar a ascensão desse sistema.

Um despotismo oligárquico global – Cenário B; a perpetual motion society.

O Sistema Geral estacionário, bland, boring, plain – de Morris, Engels, Lenin. É claro que todo o processo de contracção também pode encontrar uma homeostase final numa economia global estacionária pura; a sociedade global como uma “*perpetual motion society*”. Produção estacionária é, aliás, o cenário que autores socialistas como William Morris, Friedrich Engels e Vladimir Lenin antecipavam para a sociedade comunista perfeita. Esta seria uma sociedade que, sendo alicerçada em monopólios consolidados num único Sistema Geral, é baseada na gestão estacionária de pessoas e processos de produção. Só é produzido aquilo que é considerado estritamente necessário para cada denizen. Cada denizen é, ele próprio, produzido e gerido socialmente sob métodos estandardizados – uma forma de besta standard. Todo o sistema opera como uma máquina bem oleada e auto-gerida, *ad aeternum*, após receber o primeiro empurrão, pelos patronos da “temporária” ditadura da vanguarda.

TQM, BPM – o patrocínio de Gorbachev, o arqui-criminoso. A mentalidade de estandardização e gestão total de processos estacionários foi transposta para o mundo colorido dos MBAs, e isto aconteceu através daquilo que conhecemos como Total Quality Management e Business Process Management. Não é mera coincidência que um dos principais promotores globais destes novos modelos de gestão tenha sido Mikhail Gorbachev, na altura em que ainda era o chefe supremo da Camorra soviética, ordenando as mais variadas campanhas de destruição nihilista dentro e fora do território soviético.

Hoje, mundo *corporate* – as várias caras, “ismos”, de **despotismo**. Também não é coincidência que as principais forças de apoio e promoção deste “novo paradigma” sejam os maiores interesses multinacionais da economia global. Comunismo global é Fascismo global é Corporativismo global. Não interessa qual é a oligarquia geral que implementa o sistema (se são comissários ou CEOs; ou ambos). Não interessa se reclamam representar um modelo público ou privado – o modelo resultante é *sempre público/privado*. Ou seja, comunitarismo, a privatização feudalizada da autoridade pública. O que interessa é o sistema em si, e esse é sempre o mesmo. Todos estes “ismos” respresentam apenas e somente o sistema totalitário oligárquico, o despotismo corporativista pelo qual a oligarquia assume controlo sobre toda a sociedade e pode

intensificar a libertação irrestrita de impulsos criminosos sobre as massas da humanidade.

O cenário de Bertrand Russell é infinitamente mais plausível. Porém, é muito pouco provável que este cenário venha a acontecer, à escala global, na eventualidade de esse globalismo oligárquico ser efectivamente formado. A vida é dinâmica e homeostase total e completa é impossível. Acredito infinitamente mais no cenário que foi proposto por Bertrand Russell, que conhecia perfeitamente o nonsense da "*perpetual motion society*" (ajudou a promovê-lo).

Free trade – Da corporativização de protecções económicas ao people power coup

Sob free trade, protecção económica é sempre uma medida de privilégio.

Sob *free trade*, apenas o imperium e as partes concessionadas usufruem de protecções. O sistema de"free trade" é, por excelência, um sistema imperial, que só inclui dois tipos de fronteiras/protecções económicas. O primeiro consiste daquelas que protegem o *imperium* em si (a *free trade area*), dos regimes circundantes (restantes *free trade blocs*). O segundo tipo de protecções é aquele que acompanha cada concessão, cada regime de privilégio. Por exemplo, uma companhia mercantil (multinacional) pode ser encartada para usufruir de isenções fiscais, ou ter uma tarifa própria que a proteja de outros empreendimentos feudais. Um grupo profissional pode usufruir de direitos especiais que lhe sejam atribuídos por virtude da concessão, da *franchise* que lhe permite operar. O mesmo para um grupo social e assim sucessivamente.

Protecção é uma medida de privilégio. Por outras palavras, sob este sistema, *protecção* é sempre uma medida de *privilégio*.

FTA tornam protecção em medidas de privilégio.

Redistribuição e feudalização de protecções, do micro ao macro. Sob free trade, as protecções económicas ao estado-nação são extintas e transitadas para a free trade área como um todo e para as partes concessionadas para operar no seu interior. Quando um estado-nação se junta a um free trade bloc, abdica (imediata ou gradualmente) do poder de ter o seu próprio sistema de protecção económica nacional. O poder de definir quem usufrui de protecções, e quando, é entregue às agências regulatórias do bloco. O free trade bloc vai usar esse poder para definir protecções para si mesmo; ou seja, a free trade area protege-se, como um todo, das restantes economias. Ao mesmo tempo, as agências regulatórias redistribuem diferentes formas de protecção económica a diferentes grupos corporativos no seio da sociedade. Uma companhia multinacional pode ser concessionada com tarifas especiais ou isenções fiscais. Um grupo profissional organizado pode receber um estatuto fiscal protectivo. Um grupo sindical pode receber subsídios específicos. As entidades corporativizadas vão envolver-se em práticas de disputa e *lobbying* para a obtenção de mais e melhores condições de protecção, privilégio, benefício.

O barão tem sempre infinitamente mais privilégios que o servo. É claro que, sob este estado de coisas, um *barão* do Barclays Bank vai ter o seu próprio estatuto de protecção fiscal, significativamente mais vantajoso do que aquele que é atribuído ao homem que

limpa o soalho axadrezado do seu gabinete. Porém, o homem que limpa o soalho talvez faça parte de uma ou outra corporação comunitária (e.g. ONG ou igreja) pela qual pode usufruir de concessões colectivas especiais. Entre ambos, no banco, existe o advogado, que usufrui de várias concessões corporativas obtidas por meio da sua câmara corporativa.

Lei concessionária é baseada em arbitrariedade e desigualdade. Lei concessionária é, por definição, alicerçada em arbitrariedade e desigualdade. Por isso é que é lei concessionária. Existe uma entidade soberana que decide o que *concessionar*, i.e. quais os *direitos exclusivos* a atribuir a esta ou aquela entidade. É o exacto oposto de lei universal, que atribui os mesmos exactos direitos e condições a todos. Sob este sistema de arbitrariedade institucionalizada, diferentes grupos vão assumir carácter corporativo para exigir os seus próprios *direitos económicos corporativos*.

Disseminação arbitrária de protecções económicas por grupos corporativos. Esta é a continuação do processo de desmantelamento das barreiras tarifárias nacionais, pelo qual as medidas de protecção deixam de ser gerais, *para todos*, e passam a ser exclusivas, *privilégios*, para este ou para aquela companhia, grupo, ou indivíduo. Portanto, vamos ter um conjunto de condições especiais para a câmara corporativa dos advogados, outro para os médicos, isenções especiais para as companhias que se dedicam a têxteis, e outras inteiramente diferentes para aquela companhia multinacional específica que se dedica a madeiras, mas nem sequer para as restantes. Essa companhia multinacional pode depois receber subsídios do regulador para transferir a produção para outra *free trade area*, sob um acordo entre blocos. Os madeireiros que perdem o emprego não são avisados que, quando pagam impostos, estão a pagar estes subsídios; i.e. estão a pagar para perder o emprego. *Arbitrariedade*.

De volta ao prémio e ao lote, concedidos pela autoridade feudal corporativa. Tudo isto nos leva de volta à carta de concessão, à troca e venda de privilégios baronis e à divisão da sociedade em feudos corporativos que disputam entre si a obtenção destes *prémios*/*saques*/*lotes*, concedidos pela grande figura paternal, o estado corporativizado.

Institucionalização de corrupção legalizada e de crime organizado. Arbitrariedade dá sempre origem a crime organizado. Sociedades baseadas em concessões e privilégio são sempre sociedades infinitamente corruptas, nas quais a corrupção se torna uma forma respeitável e institucional de *lobbying*. O funcionamento arbitrário do sistema é, em si, criminoso. Mas esse funcionamento disfuncional é depois agravado por toda uma série de produtos secundários. Grupos específicos começam a disputar concessões por meio de coerção e aliciação criminosa. Outros grupos começam a operar em cartéis ilegais para maximizar os rendimentos das suas concessões respectivas, em prejuízo do público. A lei concessionária em si é necessariamente opaca e ambígua, permitindo a execução de todo o género de truques legais, para quem a conheça. Sob lei concessionária, um criminoso com um bom advogado pode, muito literalmente, "*get away with murder*": em todos os domínios, desde lei comercial até lei civil. A corrupção é, em si, normalizada. Torna-se uma forma de vida, *o modo como as coisas são feitas*. O

público em si vê a corrupção no sistema em redor e habitua-se a pensar que o crime compensa. Começa a mimetizar as práticas corruptas que observa no topo. "*As the king goes, so does the people*", como se dizia na Idade Média. Uma sociedade concessionária é sempre uma sociedade moralmente corrupta.

Ónus de perda de protecções também passa para sociedade como um todo.

Existência de tarifas assegura *firewall* comercial e colecta fiscal. A existência de barreiras tarifárias não funciona apenas como uma *firewall* de protecção geral – *para todos* – contra assaltos externos. É também uma fonte de colecta fiscal preciosa para os estados nacionais: durante muito tempo, foi a *principal* fonte de colecta do estado-nação moderno. E é particularmente justa. Se alguém quer praticar comércio no espaço soberano de um povo, paga pelo direito de o fazer, e os rendimentos que resultam disso são aplicados no desenvolvimento sócio-económico do país. Quando essa fonte de colecta cessa de existir, a colecta fiscal tem de vir de outro lado. Tal como as protecções são fragmentadas e espalhadas pela sociedade fora, na forma de privilégios corporativos (a companhias, câmaras profissionais, indivíduos, etc.), o ónus da perda dessas protecções também passa para a sociedade como um "todo".

Abandono de tarifas resulta em confiscação fiscal, especulação, dívida. Isto é feito na forma de IRS e, por vezes, na forma de impostos de vendas e de valor acrescentado. Muitos países só adoptaram/estão a adoptar estas formas fiscais *na sequência* do fim das tarifas. Regra geral, isto nem sequer é suficiente para manter o país numa forma confortável de flutuação. Com a abertura de fronteiras comerciais, a produção tende a fluir para destinos mais baratos. Como resultado, a própria colecta de impostos sobre produção e sobre propriedade vai ser progressivamente menor. Em resposta, o estado tem de assumir um carácter progressivamente mais **confiscatório**, na frente fiscal, **especulativo**, investindo os seus fundos na multiplicação virtual de retornos e, claro, **endividado**, passando a devotar-se a práticas como *rolling over the debt* (gestão permanente de dívida).

Ditesco mori leva sempre a dívida, comportamento anti-social, especulação, colapso. A mentalidade aqui reinante é a de *ditesco mori*, "enriqueço com morte". Nenhum estado pode sobreviver por muito tempo sob esta mentalidade e sob estas condições. A queda é lenta, gradual, e afecta mais directamente aqueles que menos protecções têm; as classes médias e pobres. E, o colapso eventualmente chega. Esta é mais uma forma pela qual o nível de vida médio de quem *conta* – o cidadão individual – é prejudicado pelo abandono das protecções tarifárias nacionais. E é claro que esse padrão trifurcado também se vai aplicar a todos os restantes agentes na economia. Vai haver uma deriva geral para endividamento, comportamento anti-social e especulação.

Da balcanização de concessões ao "people power coup" e à guerra ubíqua.

FTA: Fragmentação económica – Não-geração, liquidação, redistribuição de riqueza. Num ambiente FTA, é inevitável que todo o aparato económico seja sistemicamente abatido e colocado na corrida para o fundo. Nesse ambiente, os custos de produção física estão a ser reduzidos ao máximo (por meio de deslocalizações, reduções salariais, etc.) e a ilusão de geração de riqueza é mantida por meio de especulação. O estado mantém-se à tona através de endividamento, confiscação fiscal e privatização de estruturas, funções e territórios (em especial através de PPPs). Esta é uma situação de *não-geração* de riqueza. É uma situação caracterizada por *liquidação* e *redistribuição* da riqueza existente. É uma situação dominada por orçamentalismo, limites, balanços contabilísticos, etc., uma na qual é feita a redistribuição ponderada, o racionamento, de recursos finitos.

Depauperação leva a disputas feudalizadas por privilégios e concessões. Sob estes moldes, para que um dado grupo corporativo possa proteger e preservar as suas próprias condições económicas, tem de o fazer à custa de outros elementos da sociedade. Para que uma empresa ou uma câmara corporativa profissional possam usufruir de isenções fiscais, a colecta que aí é perdida tem de ser encontrada noutro sítio: através de mais taxação, ou de mais endividamento, ou de mais cortes na despesa pública. O espírito que aqui domina não é o de *gerar* riqueza, mas sim o de *redistribuir* a riqueza limitada existente. É neste contexto que diferentes grupos vão "lutar" pela preservação ou maximização dos seus *direitos económicos corporativos* ou pela obtenção de *concessões* específicas. Por outras palavras, vão exercer a tendência típica dos actores de um sistema económico corporativizado: a concentração miópica na salvaguarda dos privilégios de protecção do grupo corporativo respectivo.

Exercício radicado em visão atomizada e iletrada da economia. Este exercício está radicado numa visão atomizada da realidade, onde a pessoa/grupo não acede aos princípios gerais de funcionamento do sistema, mas apenas a pormenores e eixos particulares, geralmente relacionados com a sua existência imediata. A maior parte das pessoas são deliberadamente cultivadas e mantidas num estado de iliteracia económica e são, consequentemente, bastante *naïf* face a estas questões. Ignoram a real natureza do sistema corporativista e, geralmente, nem sequer conhecem o conceito. Da mesma forma, ignoram a sua radicação numa *malaise* económica e estrutural profunda.

Debate público (1): revitalização preterida em favor de pormenores inconsequentes. Quando as pessoas são ensinadas a pensar desta forma, as atenções gerais acabam por nunca conseguir ser focadas naquilo que realmente interessa, que é a *revitalização da economia no seu todo*. O debate público é focado em particularismos, com as questões económicas a serem vistas pela óptica da atribuição/remoção de privilégios e da sustentação geral do mecanismo de redistribuição, de racionamento. As questões deveriam ser: como limitar a dependência de valores virtuais; como restabelecer produção física em larga escala; como estabelecer um modelo sócio-económico justo e universal. Em vez disso, sob iliteracia (e desonestidade) particularista o debate anda à volta de temas como, quais os aumentos salariais, ou os níveis de subsídios que este ou aquele grupo vão obter/perder, quais as isenções fiscais que vão ser atribuídas ao outro.

Estas são questões de pormenor no que respeita à economia no seu todo, tal como o são as questões à volta dos salários da função pública, ou os automóveis que são atribuídos aos deputados. Porém, estas questões de pormenor são apresentadas como fulcrais, essenciais, centrais.

Debate público (2): ascensão de mentalidade jacobina/espartacista. Eventualmente, as coisas começam a ser focadas em termos jacobinos, numa mentalidade de "nós, o povo", contra "eles, os políticos, os administradores, que se enchem à nossa conta". O espaço público começa a ser bombardeado com esta forma de demagogia, que surge geralmente por associação com perspectivas de revolução sangrenta, "poder à rua", "poder ao povo" e por aí fora (e este seria o *pior* dos cenários). É espalhada a ideia espartacista de que basta um golpe glorioso no meio dos escombros, um assalto ao Parlamento, um ataque com espingardas aos bancos, e a riqueza do mundo será libertada para "o povo", o sol brilhará sobre as massas revolucionárias, os prados farão crescer comida por magia. Este estado de coisas gera apatia, desnorte e, geralmente, lança as bases retóricas e discursivas para a fase em que o colapso económico se torna mais doloroso para a pessoa média.

A dinâmica do "people power coup" só interessa a IG Farben e Hjalmar Schacht. Pessoas que passaram o tempo inteiro a ser desinformadas, ensinadas a pensar de cabeça quente, vão acabar por agir de forma correspondente. As fases de colapso são sempre acompanhadas de motins jacobinos, raptos, homicídios, terrorismo, e por aí fora. A disseminação da mentalidade que leva a estas formas de caos e violência interessa apenas aos grupos que estão a conduzir a desintegração concertada da sociedade; a alta finança tem sempre o papel de destaque aqui. Esta é a mentalidade do *people power coup*, pelo qual o caos nas ruas permite a ascensão ao poder de uma falange totalitária, que organiza o estado totalitário financeiro na sua forma final. Weimar era uma república cleptocrática, incompetente e subserviente. Mas isso não impediu que os cartéis adquirissem a Reichswehr, para organizar vagas atrás de vagas de caos de rua, manifestações violentas, motins. Tudo isso acaba por levar ao empoderamento do círculo Keppler e do seu Partido Nazi. O Machtergreifung não é tanto o golpe dos camisas-castanhas como o golpe organizado de IG Farben, AEG, Vereinigte Stählwerke, Deutsche Bank, Commerzbank e tecnocratas ambiciosos como Hjalmar Schacht.

Vital parar desintegração através de revitalização da produção física. O que interessa é parar a desintegração gradual e sistémica da economia enquanto ela prossegue. Mas, para que isso aconteça, é preciso estar informado e pensar nos *temas certos*: como revitalizar a economia pela estimulação a toda a linha da produção física; como limitar a dependência de valores virtuais; como estabelecer um modelo sócio-económico justo e universal. Se isso for alcançado, já não é preciso que ninguém se preocupe com o facto de os funcionários públicos receberem salários, de o PM ter direito a uma reforma, ou de os deputados terem de ter meios para viajar de um lado para o outro.

Distributismo generaliza dilema do Prisioneiro.

Distributismo de privilégios – Generalização social do Dilema do Prisioneiro. Uma sociedade que entra na dinâmica do distributismo de privilégios acaba sempre por adoptar um registo de funcionamento ao estilo de teoria dos jogos. Ou seja, todos os agentes económicos começam a agir como agentes egoístas no dilema do prisioneiro, procurando maximizar os seus ganhos com base na derrota e destituição do próximo. Isto é feito de modo calculista, pela antecipação e sabotagem dos passos do "adversário", no que depressa começa a assumir o carácter de uma guerra de todos contra todos. Esta mentalidade pode começar ao nível do topo, mas depressa se espalha pela escada social abaixo.

Deriva para tirania promove e testa ausência de carácter, traição, cobardia. Esta mentalidade é, aliás, apreciada e incentivada na deriva para tirania; sob tal condição, a promoção social e hierárquica começa rapidamente a ser condicionada à ausência de escrúpulos dos sujeitos. Regimes tirânicos instituem a mentalidade do dilema do prisioneiro e promovem os súbditos com menor carácter moral, com base em "testes" alicerçados neste tipo de dilema.

O nono Círculo do Inferno de Dante é instrutivo a este respeito. Esses testes seguem de perto o modelo conceptual do último Círculo do Inferno, descrito por Dante na Divina Comédia, e este é o círculo da Traição. O indivíduo tem de provar que está disponível para trair pessoas amadas, ideais, o próprio país, ou qualquer outra coisa à qual atribua importância subjectiva. Isto é sempre feito por uma sucessão contínua de fases/passos/graus, todos eles descendentes; mas *aparentemente* ascendentes. Com cada passo, o indivíduo abdica progressivamente mais daquilo que ama, do que o caracteriza, da sua vontade – eventualmente, da sua própria alma. Entrega-se em pleno à dinâmica e à vontade do sistema tirânico. Torna-se, por conseguinte, no seu escravo, fraco, impotente, desprovido de vontade própria, empoderado apenas no sistema tirânico que o escraviza. Está *congelado* pela sua própria Traição, num mundo frio, rodeado por pessoas igualmente congeladas, ligadas entre si pelo gelo que as prende e as domina. Existe uma ilusão de liberdade. Dante coloca o próprio diabo no centro deste círculo. Enquanto o mesmo está inteiramente preso ao gelo, sente-se livre e bate as asas a tentar levantar voo. O ar frio que é levantado pelo bater das asas solidifica e aumenta a quantidade de gelo que o prende. Este é o ponto mais baixo que é atingido quando se passa por aquele pórtico que diz, «*lasciate ogni speranza, voi ch'entrate*». Mas o pórtico também oferece parte da solução: «*Qui si convien lasciare ogni sospetto... Ogni vilta convien che qui sia morta*».

Mercantilismo: A plantação colonial

A plantação é a extensão colonial da servidão feudal europeia.

Sistema colonial é a extensão do sistema feudal para novos territórios. As explorações territoriais das guildas mercantis eram feitas com recurso a servos ou escravos, e isto é essencialmente o mesmo estatuto. O sistema colonial era baseado em genocídio, desculturalização, estandardização, escravatura, feudalização do poder e da força. É uma repetição, ou até uma continuação, daquilo que já antes tinha sido feito sobre as populações europeias. É precisamente o mesmo sistema, com esta ou aquela diferença específica, em dependência dos tempos e dos contextos locais.

A plantação, de Roma à Idade Média ao Soviete e ao Fascii. Este tipo de sistema começa com as quintas imperiais do Sacro-Império, que são inspiradas nos latifundia romanos, e servem depois de precedente institucional para as plantações coloniais e, já no século 20, para as comunas agrícolas sob Fascismo e Comunismo, que eram elas próprias concessões comerciais (a firmas estatais ou público-privadas). Ou seja, existe uma continuidade entre o escravo ático do latifundae, os servos medievais dos barões e dos imperadores germânicos, o escravo colonial ameríndio, africano ou indiano, os escravos brancos da Hudson Bay Co e muitas outras, o agricultor libertado de Lenin e o horticultor harmonioso de Mussolini.

Engenharia social na plantação de escravos.

Gestão científica de populações. Não deve ser assumido que estas explorações latifundiárias eram meros locais de escravatura, entendida como mero trabalho sob o chicote. Estamos a falar de ambientes humanos e em todos os ambientes humanos surgem sistemas complexos de organização e controlo. Seria fútil e complicado fazer uma descrição pormenorizada de sistemas, mas basta afirmar que, na altura em que o sistema da plantação colonial atinge o seu auge, com as explorações da Índia Britânica, os métodos de organização e controlo de escravos já tinham atingido o grau de sofisticação de uma ciência – a expressão correcta aqui é gestão científica.

Hayleybury College – Estudos culturais, sexuais, nutrição, etc. Os economistas políticos de Hayleybury, para a British East India Co, estavam no topo deste tipo de campo, especializando-se em tais tópicos como estudos culturais e sexuais, nutrição, controlo da difusão de ideias, etc. Criaram sistemas bastante detalhados de gestão de escravos.

Alguns exemplos de sistemas de gestão científica de escravos.

Horas de trabalho, dieta, etc. O escravo deveria trabalhar X horas por dia, ter Y horas de sono, ter acesso a uma alimentação específica e por aí fora. A ideia era que nunca tivesse demasiado

vigor mental, mas que tivesse energia física suficiente para fazer o trabalho que dele era esperado, e chegar exausto ao final de cada dia.

Balcanização – divisões étnicas, hierarquias artificiais. Os responsáveis pela plantação deveriam gerar balcanização, o proverbial dividir para reinar. Isto poderia ser feito pela manipulação de diferentes grupos (étnicos, tribais, ou outros) na população de escravos. Se os escravos pudessem ser mantidos em tensão permanente entre si, teriam menos tempo e energia para agir contra os mestres da plantação. Uma variação deste princípio era a de criar hierarquias artificiosas no seio da população. Por exemplo, alguns grupos de escravos seriam arbitrariamente favorecidos, e outros seriam arbitrariamente prejudicados, desapoderados, vexados, reduzidos a nada: o objectivo disto era o de gerar um ambiente de competição no seio da população, no qual o escravo médio procurasse fazer tudo o que fosse possível para ser induzido no grupo favorecido e evitar despromoção ao grupo prejudicado. Outra forma de hierarquização artificial era a de colocar diferentes grupos étnicos em diferentes patamares de autoridade. Por exemplo, os colonialistas portugueses costumavam usar serventes (escravos de nível superior) indianos e cabo-verdianos nas funções de capatazes sobre escravos angolanos, moçambicanos, e por aí fora. Este é um método muito antigo, milenar. O grupo "superior" começa sempre a pensar em si mesmo como sendo uma "elite", e torna-se uma fonte indispensável de ajuda e colaboração para os "patrões". A condição de "superioridade" incentiva-o à adopção de registos comportamentais cada vez mais arrogantes, brutais e viciosos. Os grupos "inferiores", por sua vez, passam a concentrar a sua revolta nestes escravos "superiores", que se tornam as caras e os bodes expiatórios do sistema de escravatura, contrastando com a (geral) distância indiferente dos "patrões". Portanto, é este grupo intermédio que ganha a má fama e funciona como escudo durante as inevitáveis incidências de revoltas e assassinatos.

Balcanização sexual. Outra variante muito importante no sistema de balcanização social para a plantação é a balcanização entre sexos, entre homens e mulheres. Existe um modus operandi tradicional para alcançar isto. Nesse modus operandi, as mulheres escravas recebem benesses do patrão (melhor comida, mais liberdades, melhores dormitórios) e várias delas até são escolhidas para se tornar suas amantes (existe sempre um ou outro formato de harém ou gineceu). Os filhos bastardos que estas mulheres têm com o patrão são sempre melhor tratados e costumam receber boas posições no aparato colonial. Por contraste, os homens escravos médios são tratados a um nível bastante inferior, e frequentemente vexados, *sempre em público e em frente às mulheres*; é-lhes negado contacto sexual com as mulheres, a não ser com as mais feias e desinteressantes, que são reduzidas ao estatuto de prostitutas de plantação. É, não raras vezes, incentivada sexualidade homossexual. Com o tempo, o que acontece é que as mulheres passam a ver-se como uma "elite" acima dos seus parceiros de escravatura, a desrespeitá-los e a assumir um registo autoritário. Ao mesmo tempo, são incentivadas a assumir um papel progressivamente mais envolvido na perpetuação da "estabilidade" da plantação: isto significa que muitas das mulheres se tornam informantes, espias e facilitadoras sociais para os "patrões". O ambiente social nos bairros negros dos EUA (onde a mulher é autoritária, o homem é fraco e débil, e a figura do "bossman" é um ícone de respeitabilidade) é bastante reflectivo do trabalho feito sobre múltiplas gerações de escravos afro-americanos. Este modus operandi é sempre o mesmo, da Antiguidade (Aristóteles até fala do modo como isto foi feito numa cidade-estado inteira, Siracusa), à Europa medieval, à plantação colonial. E, para dizer a verdade, não é difícil ver como isto se apropria a cada vez mais ambientes humanos na sociedade corporativa pós-industrial.

Antropologia militarizada. A cultura da população escravizada podia ser cuidadosamente estudada (uma forma de antropologia militarizada), por forma a encontrar pontos "fracos" que pudessem ser usados ou cooptados pelos conquistadores/esclavagistas. Por exemplo, se os escravos pudessem ser persuadidos de que os deuses da tribo estavam do lado dos colonizadores, isso facilitaria a tarefa. O tipo de entretenimento ou diversão que era tolerado aos escravos era censurado e sancionado; nada de conteúdos ou de ideias perigosas. Da mesma forma, podiam ser dados códigos sintéticos às novas gerações de escravos. É triste que as igrejas cristãs tenham sido frequentemente prostituídas (este é o termo) para estes propósitos: a doutrina era fundida com os cultos locais e transmitida de forma deliberadamente enganadora e manipulativa, por forma a gerar a ideia de que a ordem natural de Deus inclui escravatura, brutalidade, morticínio e de que, nisto, o escravo obediente será inevitalmente recompensado com a Salvação. [Porém, na história humana, é Deus quem prevalece, e todas as armas formadas por homens maus contra aquilo que é bom e verdadeiro acabam por se virar contra eles mesmos, e favorecer a Vontade de Deus. O nome d'Ele foi (e é) usado para avançar propósitos mesquinhos e pervertidos; e é nesse exercício que os alvos dessa mesquinhez, bem como as gerações seguintes, podem ter acesso a Ele, vir a descobrir a real doutrina, e reduzir a nada o poder da maldade humana – é assim que esta questão funciona]

Instrução minimalista – da plantação colonial à plantação global. Se fosse necessário que o escravo viesse a receber um trabalho especializado que exigisse alguma forma de instrução, deveria receber uma instrução muito limitada que lhe permitisse realizar o trabalho especializado que dele era esperado, mas que nunca lhe desse instrumentos cognitivos para ir mais além. Este é o literal início do sistema "school-to-work", ou "outcome-based education". Começa por ser um sistema educacional para escravos especializados, é depois adoptado em asilos para crianças com deficiências mentais, e mais tarde é adoptado pelo movimento de higiene mental, psiquiátrico, protagonizado por pessoas como John Dewey e HH Goddard que assumem, nas suas próprias palavras, o desígnio de imbecilizar a generalidade da população, reduzindo-a a um nível de iliteracia funcional, irracionalismo, apatia sócio-política, placidez – esse era um prerequisito de "saúde mental", para obter "paz mundial" [este tipo de mentalidade transita no pós-II Guerra para a Federação Mundial de Saúde Mental e nunca foi abandonada]. O sistema school-to-work é depois considerada "a mais avançada e progressista" forma de educação proletária pelos gangsters que gerem o sistema soviético, e adoptado para o ensino politécnico. Hoje em dia, após toda uma panóplia de comissões de estudo, como a Comissão Delors de 1996, o school-to-work é considerado pelo sistema Unesco como sendo uma das prioridades educacionais para a formação da força de trabalho global para a aldeia global.

Mercantilismo – Companhias mercantis – East India Co.

Companhias mercantis – Imperialismo e monopólio, ontem e hoje.

De feudalismo para imperialismo ultramarino para imperialismo global. As companhias mercantis surgem do sistema feudal europeu. São grandes companhias de exploração por concessão, que trabalham em conjunto com as restantes entidades do império, ou do feudo (guildas profissionais, baronias, autoridades reais/imperiais). Mais tarde, tornam-se as grandes protagonistas do mercantilismo imperial europeu, sendo as principais agentes da transição de feudalismo europeu para colonialismo mercantil transoceânico, i.e. são as grandes protagonistas do imperialismo ultramarino europeu. São em tudo as predecessoras históricas das actuais companhias multinacionais.

Corporações encartadas para actividades de concessão. São corporações encartadas ("chartered corporations"), i.e., companhias que recebem uma carta, ou concessão, da autoridade hierárquica (e.g. imperador, príncipe, rei, doge, assembleia municipal, star chamber – ou, hoje em dia, agência mercantil de free trade) para o exercício de actividades mercantis, i.e. exploração comercial em regime de cartel ou de monopólio directo. Desta forma, a companhia pode receber a concessão de monopólio para este ou para aquele território (e.g. monopólios de exploração da costa africana, durante as Descobertas portuguesas) ou para a exploração comercial de classes específicas de bens e serviços. Ambos os tipos de concessões dominam os vários sistemas mercantilistas ao longo da história, das companhias mercantis italianas ou flamengas sob os vastos impérios ultramarinos europeus (a era das grandes companhias ultramarinas, as multinacionais do seu tempo), à actual exploração global por "free trade" mercantil (concessionadas por agências regulatórias de free trade).

Plantação colonial precede Arbeitslager, Sovkhoz soviético, workshop chinesa. Poucas coisas caracterizam melhor o colonialismo ultramarino europeu que a plantação colonial, a comuna de trabalho colectivo. Isto é a versão colonial da comuna medieval e, também, a predecessora dos centros de trabalho forçado (comunas, campos de concentração, etc.) sob comunismo, fascismo, mercantilismo tecnocrático multinacional (o paradigma actual), etc [***Ver notas Mercantilismo – A Plantação Colonial***]. Não há diferença real entre a actual workshop multinacional indonésia, um centro de trabalho forçado 14h/dia, uma prisão onde as pessoas vivem, trabalham, etc., sendo pagas com a sua mera subsistência; e o Arbeitslager Nazi ou o *Sovkhoz* da fraternalidade proletária. O mesmo deve ser dito, por ex., em relação aos ambientes de trabalho na China, o bloco comunista gerido por firmas multinacionais.

Companhias mercantis – Protagonizam imperialismo ultramarino.

Expansão ultramarina europeia protagonizada por companhias mercantis. A expansão ultramarina colonial europeia é protagonizada por *estas* companhias. São as explorações

mercantis que conduzem a exploração e a conquista militar e/ou comercial de vastos novos territórios, nas Américas, em África, ou nas Índias.

O paradoxo estado-nação/império colonial [a metrópole e o império]. Tudo isto marca uma fase de viragem na vida política e económica da Europa: enquanto o feudalismo imperial europeu está a ser lentamente substituído por estados-nação emergentes, esses mesmos estados servem de rampas de lançamento para a colonização imperial de territórios ultramarinos. Alguns séculos depois, pelo século 18, existe um paradoxo: o continente europeu é cada vez mais uma massa de terra dominada pela configuração do estado-nação, enquanto o modelo de imperialismo feudal sobrevive nos territórios coloniais (o estado-nação europeu é a metrópole do império ultramarino).

E, muitos estados-nação foram ***formados*** para ser metrópoles imperiais. É claro que este não é um paradoxo inocente ou circunstancial. Com efeito, muitos estados-nação foram formados e fomentados por interesses mercantis para servirem de base de eficiência económica (taxação, equipamentos, exércitos, etc.) para expansão imperial. A Grã-Bretanha é aqui um exemplo assumido essencial, com John Dee a falar do uso deste estado-nação (na verdade, o Reino Unido) como rampa de lançamento do "Brytish Empire" [lê-se "bréitish"]. Isto não obsta à qualidade inerente do conceito do estado-nação.

Revolução Americana é um primeiro passo para quebrar o padrão. O primeiro passo na resolução deste paradoxo é dado pela Revolução das Colónias Americanas, que é na altura conduzida contra o mercantilismo imperial europeu, para instalar o estado-nação liberal democrático e constitucional.

Companhias mercantis – Impérios público/privados, ontem como hoje.

Fusão de poder privado com poder público em mero ***poder*** despótico. Sob encartamento de concessão, o domínio que é concessionado é, em essência, "alugado" na sua totalidade à companhia. I.e. a exploração mercantil de concessão torna-se a autoridade suprema sobre o domínio em causa, exercendo funções que estão, portanto, muito além da mera actividade comercial: incluem também funções logísticas, administrativas e militares, sobre todo o domínio. Tem o monopólio de exploração, as suas próprias forças privadas, as suas próprias frotas corsárias, poder sobre as vidas das populações sob a sua esfera de influência, poder para impor os seus próprios preços e tarifas, etc. Portanto, tem o poder de vida e de morte nas áreas sob o seu controlo. É um sistema público/privado, pelo qual uma entidade privada assume poder público, fundindo ambos num grande complexo despótico de ***poder***. Por outras palavras, quando estas companhias protagonizavam a criação de impérios ultramarinos, que depois geriam, estamos a falar de entidades que eram, na prática, impérios público/privados.

Similar ao actual cenário com PPPs multinacionais. Isto é muito similar ao que se passa com o actual sistema de PPPs, enquadrado no cenário maior do mercantilismo "free

trade". As actuais companhias multinacionais são as descendentes directas das companhias mercantis. Exercem o controlo de domínios público/privados e este controlo inclui as mais variadas concessões e estatutos de excepção: monopólios ou shares exclusivas de exploração, isenções fiscais, regimes laborais próprios, concessões sobre domínio público, subsídios públicos (mas lucros privados), etc. Em geral, esta actual forma já está extremamente próxima do tipo de despotismo absolutista que caracterizava o mercantilismo clássico, quando já não o pratica abertamente; o que é verdade para muitos casos, em particular no 3º mundo.

Controlo garantido por linhas bancárias e por saque do público. Os seus empreendimentos são geralmente financiados a partir do Tesouro público, de fundos privados e, das operações financeiras dos bancos mercantis (que vão emergindo durante a Idade Média e durante a longa era do imperialismo colonial europeu). Os lucros das explorações são privados, mas isso não impede que as companhias sejam continuamente subsidiadas com fundos públicos, obtidos a partir de taxação (e, depois, é claro que a companhia pode saquear o público que tem sob o seu próprio controlo). Por outras palavras, à semelhança do que hoje acontece sob as PPPs, os gastos são pagos pelo público, e os lucros revertem para o privado. Ao mesmo tempo, tal como as suas antecessoras coloniais, as actuais companhias neo-coloniais funcionam em dependência directa de grandes consórcios bancários. Isto dá-lhes o poder para impor as suas próprias condições de mercado, por duas vias essenciais: a) poder financeiro muito acima de pequenos, médios e até alguns grandes competidores; b) poder institucional (e.g. sobre quadros de regulação e atribuição de concessões), adquirido através do poder financeiro detido. Isto é, o poder para comprar o próprio controlo de mercado.

Mercantilismo clássico era totalitário. As companhias mercantis estavam integradas no sistema corporativo feudal, que era um sistema que visava o controlo total dos processos políticos e económicos e, por arrasto, dos próprios processos sociais. Ou seja, um sistema totalitário – da Europa feudal para as colónias ultramarinas.

Mercantilismo neo-colonial global também é totalitário. As actuais companhias multinacionais usam a teoria e a linguagem da liberdade e do mercado livre, mas a sua praxis colectiva é a da consolidação monopolista sobre economia e decision-making político e, por arrasto, dos processos sociais. Esse poder é detido e exercido em conjunto com as restantes agências de poder na sociedade, num padrão totalitário ao qual se pode chamar, corporativismo. É claro que, em tudo isto, estas companhias são os meros braços tentaculares, especializados, dos grandes consórcios bancários que as controlam. As práticas dos interesses multinacionais no 3º mundo são, cada vez mais e em tudo, indistinguíveis das práticas das suas antecessoras coloniais. A Indonésia sob domínio neo-colonial multinacional é a sucessora da Nigéria colonial controlada pela Royal Niger Company. A China comunista controlada top-to-bottom por grandes consórcios multinacionais é apenas a versão actual do socialismo empresarial de Lord Milner na África do Sul. A actual totalitarização das antigas democracias liberais ocidentais é apenas o sintoma da extensão dessa forma neo-feudal de controlo a "casa".

Ou seja, EUA, UK, França e Alemanha deixam de ser meras bases de operações e subsidiação pública, para passarem a estar incluídos no mapa global de colónias.

Globalização ***é*** neo-colonialismo. Na sequência do anterior, só resta apontar que neo-colonialismo é a ***essência*** de globalização.

Companhias mercantis – Poder militar público/privado [incluindo intelligence].

Forças militares privadas, complementadas por forças públicas [ontem e hoje]. Sob o mercantilismo ultramarino imperial europeu, o padrão que caracteriza o uso de força militar é similar ao que, cada vez mais, podemos hoje encontrar, sob mercantilismo "free trade" global. A companhia mercantil emprega exércitos privados de mercenários e de locais (tribos, milícias, grupos terroristas, etc.), que são geralmente reforçados por forças despachadas da metrópole. Antes, a metrópole era uma cidade-estado, um império, um estado-nação; hoje em dia, o papel é assumido por qualquer país ou "bloco" que se predisponha a este papel (EUA, UE, China, etc.)

Bully boys asseguram controlo militar para a exploração. Estas forças asseguram a condução de actividades de "segurança e policiamento" sobre o domínio. Isto é, claro, a brutalização das populações incluídas no domínio, a segurança efectiva contra competidores e, claro, a expansão progressiva para obter recursos e territórios extra, por força.

Pirataria e actividades corsárias. Na era colonial mercantil, os aparatos das companhias mercantis também incluíam frotas para assegurar a segurança das suas rotas marítimas, mas também para a condução de actividades de pirataria e corso, sobre companhias rivais. Este padrão vai tornar-se cada vez mais presente, sob "free trade" global. A *skull and bones*, a bandeira pirata, é uma antiga bandeira das ordens teutónicas, vale a pena notá-lo.

Aparatos de intelligence, da era mercantil a Oxford Analytica et al. As antigas companhias mercantis foram pioneiras na organização dos primeiros sistemas modernos de *intelligence*; apesar de os bancos mercantis terem precedência clara neste ponto, particularmente os bancos britânicos com os SIS da Coroa. As suas descendentes e continuadoras carregam a nefária tocha também neste campo, detendo vastos interesses em *intelligence*. Mas não é como se tivessem pequenos aparatos privados. Pelo contrário, existe *pooling* global destes serviços/aparatos em grandes firmas globais (a Oxford Analytica de David Rockefeller parece ter sido a pioneira, aqui), que trabalham por lucro, mas também para cumprir agendas globais específicas. Surgem em frequente colaboração com outras agências de segurança (nacionais e internacionais). Com efeito, estas grandes firmas trabalham para governos e organizações globais, como a NATO ou a ONU. Por exemplo, mais de 80% da informação recolhida pela *intelligence* dos EUA é feita por contratadores privados que, por conseguinte, estão na posição de alimentar

aquilo que a sopa de alfabeto (NSA, DIA, CIA, e o resto da massa de alfabeto do Inferno) *vê*.

British East India Co. – Do Império à globalização.

O perfil geral da British East India Co. Este monopólio foi encartado pela Rainha Isabel I em 1600. A carta conferia o direito exclusivo a fazer comércio com as Índias Orientais, i.e., todos os países para além do Cabo da Boa Esperança ou dos Estreitos de Magalhães. Nove anos depois, o Rei James I renovou a carta da companhia para sempre. A companhia era um consórcio entre os interesses aristocráticos anglo-holandeses que gravitavam à volta da Coroa britânica, e isto inclui a expressão bancária destes interesses, na forma da City of London.

East India Co, a força motriz do Império, em nome da City. O Império Britânico não foi uma criação do povo britânico per se, mas sim uma criação da City e do seu aglomerado subsidiário de companhias mercantis, com particular destaque para a British East India Co. Quando se fala dos "britânicos", está-se a falar não propriamente do governo nacional ou do Parlamento, mas sim dos interesses que giram à volta destas entidades, e dos seus descendentes históricos (pessoas e organizações). A Companhia geria as maiores e mais importantes rotas mercantis. Conquistou e controlava os territórios coloniais mais ricos. Era a casa-mãe para uma multitude de outras companhias coloniais. Quando a Companhia deixou de contar como entidade legal, tinha deixado atrás de si um Império.

Frota corsária e exércitos de red coats [roupa vermelha, hordas e **Socialismo**]. Tinha uma vasta frota corsária, que usou continuamente para atacar outras forças imperiais e coloniais. Da mesma forma, tinha à sua disposição vastos exércitos de "casacas vermelhas" (por vezes pagos pela metrópole, por vezes pagos por si mesma) e multitudes de forças coloniais federadas: nativos que eram integrados para formar unidades étnicas militares especializadas. Um distintivo das brigadas mercenárias britânicas era o facto de usarem uniformes vermelhos. O mesmo é verdade para o grande império em que o Britânico se inspira, o Império Romano. Vermelho é a cor do sangue, o sangue que é derramado sob conquista imperial. Sob Britannia, temos dos *red coats* às *red shirt brigades* coloniais, hordas milicianas urbanas que eram lançadas para desestabilizar e destruir para o benefício de interesses financeiros de monopólio (e depois também havia as *red tie schools*, para burocratas imperiais treinados sob Socialismo). Ter isto em mente na análise da história do século 20.

Rhodes Group, RIIA – From Empire to Commonwealth to globalization. A partir do final do século 19, os interesses herdeiros da Companhia tomaram a iniciativa de transformar o Império num novo tipo de entidade, a Commonwealth: a ideia era a de que era bastante mais fácil manter um império se os povos constituintes acreditassem que tinham independência, mas, na prática, continuassem a ser controlados por Londres (através das redes institucionais de finança, negócios multinacionais, academia,

diplomacia). Essa ideia foi protagonizada pelo complexo de interesses representado pela City, com destaque para o Royal Institute of International Affairs (RIIA) [um braço especializado da Coroa, que surge do trabalho de Cecil Rhodes, Lionel Curtis, Lord Milner, Lord Lothian e do Cliveden Set], bem como por vários grupos políticos, como a II Internacional [ela própria uma derivação institucional do RIIA]. É este complexo de interesses que, na altura, também protagoniza a criação do sistema de agências da Liga das Nações, descrito por Sir Arnold Toynbee como uma forma de embrião para um sistema de coesão económica e governância global, que seria gerido por Londres. Depois da Liga das Nações, veio o sistema ONU, ainda protagonizado pelo mesmo complexo de instituições. É este complexo que gere as novas formas de pirataria corsária imperial, agora globalizadas e conduzidas a partir de escritórios em arranha-céus. A actual corrida global para o fundo, implementada através de mecanismos como GATT/OMC, ou pelas políticas de "free trade" e coesão económica global do FMI e Banco Mundial, representa a continuação do mesmo sistema destrutivo de economia política implementado séculos antes pela British East India Co no império colonial.

A visão do <u>mundo limitado</u>, globalizada por Hayleybury College.

<u>Hayleybury College e a tradição oligárquica-veneziana-britânica de economia política</u>. Hayleybury era o East India College, a instituição que a East India Co organizou, para formar os seus funcionários, mas também e especialmente para desenvolver trabalho de investigação e desenvolvimento de soluções para gestão comercial e colonial. Hayleybury é o berço e o lar daquilo que é genericamente conhecido como "economia política britânica": o paradigma representado por David Ricardo, Adam Smith, Jeremy Bentham, James Mill, John Stuart Mill, Thomas Malthus, entre outros; é a tradição a que Karl Marx recorre para desenvolver o seu "imperialismo socializante". Esta tradição não é inglesa, escocesa, galesa, ou irlandesa: é veneziana e, isto é o mesmo que dizer bizantina, romana, babilónica. Surge como uma herdeira directa das ideologias sintéticas do Império Veneziano, transpostas para a Grã-Bretanha através da "colonização" das ilhas com a sua ideologia Welfen/Guelfa. Os Venezianos viam o mundo como um espaço de limites e, consequentemente, eram monetaristas, advogados de "free trade", escravatura, e aplicação de técnicas contabilísticas à gestão de populações. Uma das implicações deste modo de (não) pensar é o facto de os Venezianos serem advogados de políticas de controlo populacional estrito – por exemplo Giovanni Botero e Giammaria Ortes, o primeiro a falar de "carrying capacity" e a lançar as bases para Malthus.

<u>"Os limites do crescimento" – o mundo visto como uma arrecadação oligárquica</u>.

Mundo de limites e contingências materiais, exige adaptação. Esta visão concebe o mundo como um espaço de limites materiais. Espaço físico, recursos, dinheiro; tudo o que é material existe em proporção limitada e, quem age no mundo, tem de se adaptar ordeiramente a essas contingências.

Adaptação implica imposição da lógica de limites à vida humana. Essa adaptação ordeira implica que a vida social humana tem de ser, ela própria, definida por limites. Tem de ser indexada aos limites do mundo material. Se existe limitação de recursos, há que travar a taxa de desenvolvimento. Se existe limitação de dinheiro, há que fazer cortes orçamentais, reduzir salários, maximizar retornos. Se existem limitações de espaço, comida, água, dinheiro, há que reduzir a população.

Cada ser humano tem a sua pequena "fair share", no seu pequeno cubículo. Em tudo isto, é preciso organizar uma adaptação ordeira. Cada ser humano recebe o seu pequeno casulo, a sua pequena slot social, onde usufrui da sua "quota parte", da sua "parte justa", a sua "fair share".

A "fair share" tem de ser reduzida continuamente. Se o mundo é um espaço limitado, então cada minuto que passa nos aproxima do ponto de não-retorno. Portanto, a "quota parte" de cada qual tem, por força, de diminuir ao longo do tempo. Ou, em alternativa, aquilo que tem de diminuir é a quantidade de cabeças pela qual a redistribuição é feita. Um sistema de quotas partes é um sistema de redistribuição e racionamento de riqueza.

Isto exige, contabilidade social, controlo, autoritarismo. A vida torna-se um exercício contabilístico, e as pessoas tornam-se nas unidades de computação nesse sistema. A existência de slots sociais, pelas quais essas quotas partes são redistribuídas, implica organização estrita e, tendencialmente, formas bastante complexas de estratificação, hierarquização, controlo social. Tudo isto envolve um aparato autoritário de estado. O exercício contabilístico tem de ser simultaneamente operado por burocratas e por generais.

Racionamento e "maximização de eficiência" exige concentração de mercado. Ao mesmo tempo, a economia organizada por slots e orientada para racionamento deve ter o mínimo de competição possível. Competição significa que existem vários agentes económicos a fazer a mesma coisa e a dispender recursos. Enquanto isso pode baixar preços, melhorar a qualidade dos produtos e melhorar o nível de vida (maiores índices de actividade económica, empregos, melhores níveis salariais, etc), esses não são os factores principais a contabilizar aqui. O factor essencial é, pelo contrário, assegurar que o nível de vida *não melhora*. Pelo contrário, tem de decrescer. Caso contrário, está-se a ser perdulário, num mundo de limites. O melhor dos sistemas para um mundo de limites reside em concentração: consórcios a trabalhar em conjunto, em sistema de cartel e monopólio. Um mercado concentrado tem o poder de administrar todo o circuito de produção e distribuição, por forma a maximizar a eficiência, i.e., a diminuir o desperdício de recursos [*isto é empiricamente falso – todos os monopólios são infinitamente perdulários e ineficientes, por comparação com uma economia competitiva*]. Podem optimizar custos salariais e de produção [*i.e. redução de ambos*] e apresentar produtos baratos [*e isto é verdade, porque um mercado concentrado é um mercado de distribuição de produtos de racionamento, a uma população sob racionamento*].

Este exercício tem de ser global – pooling comum, free trade e governância global. Mas todo este exercício não pode ser restrito a um território. Tem de ser generalizado. Afinal de contas, *todo o mundo* é restrito por limites físicos. Se os vários países têm políticas divergentes, algum país vai sair prejudicado – talvez todos. Há, portanto, que haver um *pooling* comum de recursos, gerido por métodos estandardizados, que possa abranger todo o planeta [*é claro que, na era veneziana, este exercício de sofística era mais ou menos restringido à bacia mediterrânica*]. Ao mesmo tempo, há que ser prático. Se uma exploração me custa X num país, e me custaria o valor inferior Y no país ao lado, é vantajoso para todos que eu vá para o país ao lado; estamos a poupar recursos e a maximizar a eficiência do sistema. Eu não devo ser restringido na mudança; pelo contrário, devo ser subsidiado para a mudança. Por seu lado, o país onde eu estava terá de baixar de X para Y para ser competitivo. Isso é bom para todos os agentes no mercado. Os vários países vão estabilizar e equalizar a um nível inferior de custos e gastos de recursos e a eficiência terá sido maximizada. A estandardização ao mesmo nível, por sua vez, é aquilo que permite o *pooling* e a administração conjunta de recursos, sob quem os sabe fazer – contabilistas profissionais, i.e., banqueiros.

É claro que o mundo **não é** um espaço de limites – a não ser, mentais. É claro que todo este exercício assenta no mesmo ponto a partir do qual é derrotado: a ideia de que o mundo é um espaço de limites. O mundo não é um espaço de limites. Os únicos limites que existem são aqueles que residem na mente humana. São os limites da imaginação, da criatividade e da inteligência. São os limites que o indivíduo pode impor a si mesmo, ou que lhe podem ser inculcados por terceiros. Aliás, é uma norma histórica que as sociedades baseadas nesta ideologia do "mundo limitado" tentam inculcar, nos indivíduos que as compõem, as mais variadas formas de pequenez mental, ausência de criatividade, inteligência reduzida, desamparo socialmente aprendido, pessimismo, ausência de perspectiva. Como Marx poderia ter dito, o mundo físico é conquistado pela conquista e pelo obscurecimento da mente humana – e isto é a essência de materialismo dialéctico, uma doutrina de limites.

Novos recursos, tecnologias, soluções. O mundo não é um espaço de limites. Se existe escassez de recursos, descobrem-se novos recursos e novas formas de utilizar recursos. Inventam-se novas tecnologias. A imaginação nunca é limitada pelo aqui e pelo agora. Thomas Malthus falhou em todas as suas profecias porque menosprezou a capacidade inventiva humana, que desenvolveu novas e melhores formas de agricultura. Se existe um problema, ou um beco sem saída, desenvolve-se uma forma de lidar com isso; nunca se pensa em termos de problema, pensa-se sempre em termos de *soluções*.

"Mundo limitado"/quadrado exige congelamento civilizacional, subjugação mental. Caso contrário, mais valia nunca se ter inventado o fogo e, seria forçoso que todos os ícones de congelamento humano e civilizacional fossem consagrados ao estatuto de heróis olimpianos. O Velho do Restelo, os burocratas do Império do Meio, os inquisidores medievais e os comissários da comuna soviética teriam de ser erguidos como *role models*. Isso seria particularmente ofensivo mas é disso que oligarcas gostam. E, com efeito, é isso que a mentalidade do mundo limitado propõe. Congelar o

desenvolvimento da civilização humana num ponto fixo no tempo e adaptar os denizens a esse ponto fixo, pela subjugação da mente humana a “limites”, “problemas irresolúveis” e “becos sem saída”.

Mercantilismo – Da Fenícia ao Império Britânico e à URSS

Mercantilismo: Precedentes históricos.

Império Fenício: mercantilismo, “binding treaties”, escravização. O sistema mercantil fenício reduziu à escravatura vastas proporções do mundo mediterrânico. Os fenícios foram os primeiros, na história mediterrânica conhecida, a estabelecer o seu próprio sistema interconectado de portos, plantações, minas e outras explorações comerciais, operadas por escravos. Também lançaram o método standard de começar por induzir um povo a assumir dívidas e “binding treaties”, após o que seria lentamente “domesticado” pelos novos mestres; e, finalmente, utilizado para combater guerras pelo Império Fenício, obter-lhe ou ceder-lhe escravos, e por aí fora.

Babilónia, Roma, Europa medieval – Feudalismo é concessionismo por excelência. “Free trade”, comércio por concessão, é o sistema fenício, mas é também o sistema babilónico e é, em muito larga medida, o sistema romano, após o que transita para o mundo medieval. O mercantilismo medieval é protagonizado pelas grandes guildas mercantis, os grandes monopólios de exploração territorial concessionados pela soberania. Todo o sistema medieval/feudal em si é, aliás, um sistema de concessões e privilégios, que torna a organização concessionária numa arte. É, aliás, na sociedade feudal que é originada a larga maioria da terminologia que é usada para caracterizar o sistema concessionário.

Império Britânico.

Império construído por companhias mercantis. “Free trade” é depois transformado numa arte de assalto e conquista de mercados e sociedades pelo Império Britânico. O Império é, aliás, definido por “free trade”, mercantilismo exercido por grandes companhias mercantis. São essas companhias mercantis que, na prática, constroem o Império.

Índia Britânica: concentração, escravatura, saque, genocídio. A Índia Britânica sob free trade é ainda hoje o grande benchmark para o processo em si. É um excelente exemplo de todo o percurso de corrida para o fundo, com os resultados óbvios de escravatura, totalitarismo político e económico, saque/confiscação e, o inevitável genocídio no final; +1M de mortos no espaço de muito poucos anos, no início do século 19.

Índia Britânica: desumanização, destruição de relações humanas. É também um exemplo importante na medida em que expressa bem uma das marcas essenciais da corrida para o fundo: não é apenas social, económica e política, mas também e especialmente, moral. É definida pela erosão de laços humanos, pela propagação de crueldade, darwinismo social, desumanização.

Índia Britânica: ópio, toxicodependência e narcotráfico. Na Índia Britânica, este processo de desumanização chega a extremos bastante impressionantes e é finalmente pontuado pela decisão britânica de substituir a plantação de comida e outros bens agrícolas por ópio. Esse ópio é depois usado para disseminar toxicodependência pelo planeta fora, mas também para inundar os mercados urbanos chineses com narcotráfico e provocar as Guerras do Ópio, os eventos que abrem a porta ao eventual colapso e semi-colonização do país.

Confederação, aliados britânicos. Em associação próxima com os britânicos nos seus empreendimentos no Sudeste Asiático, estão alguns grupos de interesse Confederados, que também têm os seus pequenos benchmarks "free trade", as grandes plantações de escravos da Confederação.

Percurso por circuito "free trade", século 19: algodão, ópio, bancos, máfias e coolie labor. Um percurso imaginário pelo sistema "free trade" do século 19 poderia começar quando os escravos de uma plantação no Alabama carregavam algodão para uma carruagem. Esse algodão era depois transportado para Manchester, onde poderia ser usado para produzir têxteis baratos, pelos operários de Friedrich Engels. Esses mesmos têxteis poderiam depois ser enviados sob *dumping* para a Índia do Raj Britânico, desta forma aniquilando os restos da indústria local de têxteis. Isso, por sua vez, forçava a que os poucos empregados, serventes e agricultores indianos que ainda se dedicavm a esse ramo, tivessem de encontrar uma outra ocupação. Alguns tornavam-se militares mercenários e iam combater guerras provocatoriais no Cabo, ou noutros sítios. Outros, tornavam-se criminosos nas máfias urbanas e, nessa qualidade, estavam ao dispor das redes de influência do Raj. Outros ainda podiam obter um pequeno lote de terra, sob condição servil, onde plantariam ópio em troca de alimentação. Esse ópio podia depois ser expedido para a Europa, ou para a América, onde iria destruir vidas. Pelo caminho, passaria pelas novas rotas da Seda do ópio, através da Ásia Central. Aí, o Império estava a construir relações de negócios com as vastas máfias locais, grupos conhecidos como Ikhwan nalgumas zonas, Fedayeen noutras. Essas máfias asseguravam as rotas do ópio e colaboravam em vários empreendimentos militares. Muito do ópio era enviado da Índia para a China. Aí, a distribuição era assegurada pelas Sociedades da Terra e do Céu, ou Tríades, e os lucros eram agremiados e reinvestidos por um banco criado especificamente para o propósito, o HongShang, HSBC. O país em si estava cada vez mais destruído, na sequência das Guerras do Ópio e das múltiplas partições e conflitos por concessão que se seguem. Existe muito trabalho barato, coolies, que podem ser usados para produzir bens baratos que, por sua vez, podem ser usados para atacar novas economias. E assim sucessivamente. É claro que este é um percurso imaginário, apesar de ser exacto nas suas em várias instâncias. Onde não é exacto é no facto de algumas dessas instâncias não serem coincidentes no tempo, por ex., a escravatura Confederada acaba décadas antes da explosão de trabalho coolie na China. O percurso imaginário avança dos 1840s em diante, até chegar aos 1900s.

<u>URSS, CMEA</u>. Já durante o século 20, os sistemas totalitários são os herdeiros mais expressos e virulentos do sistema concessionário. O espaço económico soviético é um

exemplo de mercantilismo sob todos os standards técnicos; apesar de os termos poderem enganar. A URSS é tecnicamente um espaço “free trade”, estatuto que é extensível à CMEA durante a Guerra Fria.

Espaços económicos concessionários. Ou seja, são espaços económicos concessionários, onde toda a actividade comercial é exercida por meio de concessões, i.e. sob lei comercial mercantil, por oposição a lei comercial universal e equidistante. Também são espaços alfandegariamente abertos, uma vez mais sob normas de concessão. A URSS e a CMEA eram zonas económicas transnacionais, nas quais as barreiras remanescentes entre diferentes estados-membro eram progressivamente erodidas pela implementação gradual de domínios comuns concessionados (concessões generalizadas a todos os cidadãos) e de concessões corporativas específicas (a companhias, corporações civis e militares, etc). Tanto na URSS como na CMEA, as actividades económicas são exercidas por grandes companhias de género mercantil, às quais são atribuídas concessões de cartel ou de monopólio. As partes concessionadas usufruem de liberdade para exercer a *franchise* de todas as formas pretendidas, em parceria com as agências concessionárias; ou seja, a governância sobre a *franchise* é exercida em parceria.

Companhias mercantis públicas, privadas, mistas. O carácter das companhias de género mercantil é irrelevante. Podem ser mistas, como durante o período concessionário dos anos 20. Podem ser “públicas”, como é o caso das grandes corporações estatais soviéticas. Podem ser privadas, como é o caso de múltiplas companhias estrangeiras concessionadas para operar em espaço soviético, dos anos 20 até à queda aparente da União em 1991. Ou seja, é irrelevante se a companhia em causa é uma *joint-stock* mineira dos anos 20; uma representante Ford, Occidental ou Standard Oil; ou algum grande conglomerado estatal. Todas elas operam fora de lei universal, sob uma atribuição concessionária caso-a-caso (feita pela Gosplan ou outras agências similares), e todas elas participam na governância das respectivas franchises.

O exemplo da Occidental Petroleum. Este último ponto significa que, quando eram era atribuídas concessões energéticas à Occidental Petroleum (privada e americana) no Cáucaso, os oficiais da Occidental trabalhavam em conjunto com os comissários soviéticos responsáveis na tomada de decisões de governo sobre as áreas e recursos incluídos na concessão. Da mesma forma, podiam contratar mercenários para guardar os seus poços e refinarias, mas essa segurança privada poderia ser complementada por unidades do Exército Vermelho. A Occidental é aqui um dos melhores exemplos que se podem usar, já que foi uma das maiores parceiras que a URSS alguma vez teve. Poucos homens se tornaram tão poderosos à base da economia soviética como Armand Hammer, o multibilionário que geria a Occi, amigo pessoal de Lenin e Stalin, “padrinho” de Al Gore.

Mercantilismo soviético similar ao britânico – “free trade” não é mercado livre. Não existe qualquer diferença entre o funcionamento de uma grande corporação soviética e o funcionamento de uma grande companhia mercantil britânica [e esse é um dos motivos

essenciais pelos quais os dois sistemas são tão semelhantes entre si; como Lord Russell mencionou nos anos 20, quando observou em “A Teoria e a Prática do Bolchevismo” que a Rússia bolchevique era uma versão russa da Índia Britânica]. Ambos os sistemas são expressões de organização *concessionária* e *mercantil*.

Mercantilismo – Produção estacionária

Mercantilismo – Produção estacionária.

Produção torna-se estacionária. No longo termo de centralização e consolidação, a produção torna-se essencialmente estacionária. Populações pobres não podem comprar muito, e têm de comprar barato. Fazem-no aos produtores que restam, monopólios e cartéis. Quando tudo o que existem são monopólios e cartéis, já não existe a necessidade de competição, que só é justificada pela procura de obtenção de shares de mercado, lucro. O mercado está inteiramente consolidado e pode assumir a configuração de uma máquina estacionária auto-gerida.

"Lucro" substituído por poder consolidado. Monopólios e cartéis não precisam de melhorar o mercado. O conceito de "lucro" só conta num mercado onde exista alguma medida de competição; aí, a proporção de lucros que é obtida é indicativa da maior ou menor dominância sobre shares de mercado. Quando a sociedade-mercado em si está consolidada, essa questão deixa de se colocar. Os barões (CEOs, banqueiros centrais, comissários industriais, etc) já controlam tudo o que há para controlar, têm o poder supremo da baronia, e vivem com o grau de luxo comparativo que essa posição lhes concede no sistema hierárquico e total que deste processo ascendeu. Diferentes barões podem disputar, entre si, posições nas quais podem obter mais privilégios feudais – i.e. lutas palacianas. Mas as atenções em si, no geral, podem ser focadas para a conquista de novos territórios, para dar origem a mais sociedades-mercado consolidadas (é isso que vai acontecendo durante toda a era medieval). Todo esse jogo chegará ao fim numa economia plenamente globalizada.

Mercantilismo – Produção estacionária – De Lord Russell a TQM à escala global.

Consolidação global de poder oligárquico: auto-perpetuação, auto-destruição [Russell]. [continuação de ponto anterior] Nesse contexto, passa a existir uma aristocracia global, que vai passar a concentrar os seus esforços na perpetuação do sistema feudal/baronial/global em si. Mas, como Bertrand Russell fez notar, a sofreguidão característica aos sistemas oligárquicos, o "*pressing more and more on the nerves of power*" é o factor que vai, provavelmente, condenar o sistema oligárquico global; por outras palavras, não encontrando nada mais para devorar, o sistema devora-se a si mesmo, numa grande orgia de canibalismo sócio-económico, e destrói a civilização humana durante um período considerável.

O mundo oligárquico, um novo Império Azteca [Russell]. Daí que Lord Russell tenha afirmado que a prioridade da oligarquia global seria transformar o mundo numa espécie de novo Império Azteca, que seria baseado em exploração sócio-económica,

escravatura, deboche, tortura, sacrifício humano; um mundo de ódio, supremacia e desconfiança, a guerra de todos contra todos.

[Programa de expansão/colonização espacial. Isto seria evitável, mesmo num mundo oligárquico, se a expansão espacial fosse uma prioridade, mas não é assim que as coisas estão a funcionar, ou vão funcionar. Esse tipo de perspectiva de expansão é, aliás, algo que oligarquias tipicamente temem e odeiam. O funcionamento oligárquico baseia-se na exploração de sistemas contidos e amarrados abaixo de si; não na libertação humana para a descoberta de novas fronteiras. Um programa espacial em si seria uma ameaça ao poder oligárquico: exigiria um aparato descentralizado de milhares de PMEs a trabalharem em diferentes aspectos do programa, e uma libertação de esforços e ideias que são impensáveis sob regimes oligárquicos.]

* Produção estacionária – Morris, Engels, Lenin – TQM e Corporativismo global. Produção estacionária é, aliás, o cenário que autores socialistas como William Morris, Friedrich Engels e Vladimir Lenin antecipavam para a sociedade comunista perfeita. Esta seria uma sociedade que, sendo alicerçada em monopólios consolidados num único Sistema Geral, é baseada na gestão estacionária de pessoas e processos de produção. Só é produzido aquilo que é considerado estritamente necessário para cada denizen. Cada denizen é, ele próprio, produzido e gerido socialmente sob métodos estandardizados. Todo o sistema opera como uma máquina bem oleada e auto-gerida, *ad aeternum*, após receber o primeiro empurrão, pelos patronos da "temporária" ditadura da vanguarda. Uma "*perpetual motion society*", por assim dizer. A mentalidade de estandardização e gestão total de processos estacionários foi transposta para o mundo colorido dos MBAs, e isto aconteceu através daquilo que conhecemos como Total Quality Management e Business Process Management. Não é mera coincidência que um dos principais promotores globais destes novos modelos de gestão tenha sido Mikhail Gorbachev, na altura em que ainda era o chefe supremo da Camorra soviética. Também não é coincidência que as principais forças de apoio e promoção deste "novo paradigma" sejam os maiores interesses multinacionais da economia global. Comunismo global é Fascismo global é Corporativismo global. Não interessa qual é a oligarquia geral que implementa o sistema (se são comissários ou CEOs). Não interessa se reclamam representar um modelo público ou privado – o modelo resultante é *sempre público/privado*. Ou seja, baseia-se na fusão entre o domínio privado e o domínio público e na privatização/oligarquização da autoridade pública. Este é o sistema totalitário, corporativista, feudal, oligárquico; o que interessa é o sistema em si, e esse é sempre o mesmo.

Mercantilismo – Socialismo, uma forma de neo-colonialismo, gestão científica colonial

Socialismo, herdeiro directo de feudalismo e de gestão científica colonial.

Socialismo visa sociedade estacionária. A doutrina socialista visa dois propósitos essenciais. O primeiro é a construção de um sistema integrado unitário, pelo qual a sociedade seja congelada e tornada estática numa época específica. Chega ao sistema final integrado, congela nesse ponto e, a partir daí, é auto-gerido como uma máquina de moção perpétua. A Utopia é um sítio estático.

Isto exige a destruição da alma humana – "flexible cogs for the static beast machine". Como Saint-Simon e Marx tornaram explícito, a conquista da mente individual é o segundo grande propósito do sistema socialista, sem o qual o primeiro não pode ser atingido. A Utopia socialista não é um sítio humano; a alma humana não foi feita para a morgue estacionária, mecânica, auto-gerida. Portanto, a alma humana tem de ser destruída e colocada de fora da equação. Tudo o que tem de ficar são seres pós-humanos, gelatinosos, funcionalmente incompetentes e mentalmente interdependentes, facilmente ajustáveis aos horrores existenciais da Utopia.

Socialismo aplica gestão científica de plantação a todos os novos escravos. Com estes propósitos em mente, os intelectuais socialistas trabalharam no desenvolvimento de sistemas de gestão colectiva e micro-gestão individual, passando por aspectos de desenvolvimento psicológico, psicossocial e cultural (como queremos que os denizens pensem, e o que queremos que tenham na cabeça), nutrição, dinâmicas sociais, e assim sucessivamente. Em muitos aspectos, este trabalho é uma continuação directa dos estudos de micro-gestão de escravos, levados a cabo nas plantações coloniais.

"Slavery is freedom". Com efeito, a doutrina socialista surge como uma doutrina aristocrática, conduzida por sequazes como Saint-Simon, Comte, Hegel, Fichte e outros e é uma reacção anti-modernista, que visa reabilitar como "progressista" os modelos concomitantes do feudo medieval e da plantação colonial. Em essência, os novos servos vão ser colocados em comunas tão degradantes e autoritárias como eram os casos da comuna medieval ou da plantação/reserva colonial, mas têm de acreditar que é para o seu próprio avanço e "progresso".

Todos os sistemas socialistas (da esquerda à direita) são reedições feudais. Os frutos disto são, claro, o facto de todos os sistemas socialistas terem sido reedições brutais do sistema feudal/colonial. Isto é válido quer estejamos a falar de Nacional-Socialismo (Fascismo) ou Internacional Socialismo. E, sob Internacional-Socialismo não podemos apenas incluir as versões Comunistas do sistema, mas também as versões Social-Democráticas, ou Fabianas, baseadas em mercantilismo multinacional.

As características da Utopia Social.

Consolidação, coerção, autoritarismo, comunitarização, estandardização, limpezas. Limpezas de indesejáveis, coerção, genocídio, consolidação de poder, autoritarismo, comunitarização, estandardização populacional – tais são os frutos da Utopia. Aqui utiliza-se o exemplo da Utopia de esquerda que é bastante generalizável às restantes formas. Todas chegam ao mesmo formato final, com uma ou outra variação de pormenor.

Corporativização. Toda a sociedade trabalha em conjunto, sob integração coerciva; i.e. tudo está corporativizado. Tal como sob o sistema feudal, o exercício de qualquer tipo de trabalho ou função exige integração compulsiva na estrutura corporativa respectiva. Este sistema de feudalização do poder é avançado até ao extremo.

Exercício público-privado (feudal) do poder – domínio oligárquico. O conceito modernista de domínio público é usado como slogan e estendido a toda a sociedade. A realidade, porém, é bastante diferente. O "domínio público" é um grande bolo que é partido em múltiplas subdivisões feudais, inúmeros domínios privatizados de poder, detidos pelas cliques oligárquicas que gerem o regime, da comuna local até ao comité central federativo. Isto quer dizer que não pode existir actividade privada fora deste domínio (desde actividades de negócios até algo como privacidade pessoal); e, da mesma forma, não existe um domínio público que seja pluralista e gerido por regras equidistantes. Uma clique autoritária e monista assume todo o poder, seja ele público ou privado, e funde-o em puro e simples *poder*.

A comunidade Social é a reedição da comuna medieval e da plantação colonial. A unidade elementar da sociedade é a organização comunitária, como a comuna. Aí, os novos servos vivem tão mal como os seus antecessores do feudo medieval e da plantação colonial. São micro-geridos, abusados e dominados pelos novos capatazes.

A ausência de personalidade tem um premium. Tal como no sistema colonial, o servo oportunista com baixos escrúpulos pode tentar esfaquear e cortar gargantas no caminho para se tornar, ele próprio, capataz; e assim sucessivamente. Degradação humana, auto e hetero-humilhação, traição, falsidade, fraude, violência e incapacidade relacional, balcanização psicossocial da população; todas estas coisas são favorecidas e incentivadas pelo sistema oligárquico/colectivista.

Só existem direitos colectivos, corporativos. A Constituição é uma formalidade, uma brincadeira dialéctica elaborada de tal forma a negar toda e qualquer noção de direitos individuais ou humanos. Sob socialismo, só existem direitos colectivos, comunitários, corporativos; tal como sob os regimes feudais.

Justiça de carácter medieval – o inimigo ubíquo e universal. A sofisticação da justiça é similar: os inquisidores partidários exercem o mesmo grau de honestidade intelectual e processual que os seus antecessores medievais. O "estado popular" é o estado mais anti-popular de todos. Destrói, desfaz, explora a graus nunca antes imagináveis ou

concebíveis. Para manter o seu domínio de poder, institui o mais repressivo aparato policial de sempre. Esse aparato devota-se à caça constante de inimigos inventados: "burgueses", "capitalistas", "terroristas", "sabotadores". É inventado o mito de que existem sempre inúmeros "agentes estrangeiros" e/ou "sabotadores", que atrasam e comprometem o desenvolvimento da grande colectividade.

Perseguições, purgas, genocídio. O resultado de tudo isto são purgas intermináveis, crueldade, genocídio. Sobre adversários, indesejáveis, pessoas inocentes, membros do sistema (bodes expiatórios e outros). O retrato eloquente da URSS de 1941, humanamente destruída e militarmente incompetente, porque a generalidade dos oficiais tinham sido purgados pelo regime. Os Nazis foram fazendo o mesmo aos seus, embora não de uma forma tão drástica; houve a purga das SA com a Noite das Facas Longas e múltiplas purgas menores nas forças armadas. O resultado essencial foi o de cultivar uma cultura de tal incompetência ao longo das chefias que, após a Blitzkrieg, só conseguiram arrastar-se de modo patético e essencialmente simbólico, protagonizar asneira após asneira no Leste e construir a muralha Atlântica, para corrigir o erro militar crasso de declarar guerra aos EUA.

A criatura-besta que **não consegue criar** e vive à base de destruição. Esta é uma criatura-besta que ataca para todos os lados, de forma a devorar o máximo de carne que lhe seja possível. O seu grau de sucesso mede-se pela quantidade de desumanização, de terror e de cadáveres que cria. O atacar para todo o lado inclui atacar para dentro. A besta come as próprias crias, em purgas internas contínuas e ininterruptas. Todas estas coisas costumam ser racionalizadas sob a ideia de que o sistema é em si frio, calculista, metódico (até, racional), portanto aquilo que faz, nessa *framework*, é organizar "limpezas" para fins meramente utilitários e frios. E este axioma é sem dúvida útil como mecanismo de racionalização para o *apparatchik* ou para o militante fanático; é por isso que tais racionalizações surgem. Mas o facto é que esta é a única forma pela qual esta criatura/besta se consegue comportar. Está-lhe no próprio DNA, oligárquico, devorar, consumir e destruir tudo aquilo que consiga encontrar pela frente. É uma criatura construída sobre falácias irracionais, sentimentos medíocres, despersonalizações e a mais completa incapacidade criativa. Tal criatura nunca cria vida; pelo contrário, alimenta-se sempre a partir de vida pré-existente, de criações alheias, até já não existir vida ou criação. É uma mera máquina colectiva de consumo e destruição.

A sociedade Social é um espaço quadrado, subdesenvolvido, auto-canibalizado. Na prática, a grande colectividade é um espaço de desenvolvimento estritamente controlado, incompetente, incapaz de inovação ou criatividade, dependente do influxo constante de ciência e tecnologia das "potências capitalistas", auto-canibalizado pelo regime oligárquico totalitário. A filosofia do mundo limitado, ou quadrado, pela qual a realidade é vista, é imposta aos próprios processos sociais e define-os de um modo eloquentemente medíocre.

Mercantilismo – Um stakeholder não é um shareholder.

Um stakeholder não é um shareholder.

Um stakeholder não é um shareholder – adapta-se às condições do shareholder. É importante ter em mente que um *stakeholder* não é um *shareholder*.

O shareholder é o proprietário do sistema, não o stakeholder. Um *shareholder* é quem detém direitos de propriedade e de controlo comercial sobre um dado domínio. Um *stakeholder* é um agente que, não detendo quaisquer direitos sobre esse domínio, pede para participar nele. Essa participação é sempre condicional à licença do *shareholder*, i.e., é feita sob concessão ou licença.

Lei comercial, proveniente do antigo colonialismo [hold the stake]. O termo *stakeholder* surge do antigo colonialismo. Quando um novo território era colonizado, a soberania comercial sobre esse território pertencia, regra geral, a uma companhia mercantil (e.g. Companhia das Índias), representante dos *shareholders*. Quando uma porção do território era aberta a colonos da metrópole (*settlers*), era comum que a atribuição de parcelas de terra fosse feita por meio da técnica de *stakeholding*. Os novos colonos (e.g. grupos, famílias, indivíduos) percorriam a terra e, quando encontravam uma parcela que lhes agradava, tinham de marcar essa parcela com uma estaca (*stake*) espetada no solo, e ficar junto a ela (eram, portanto, *stakeholders*, aqueles que "*hold the stake*"), à espera dos oficiais concessionários da companhia mercantil. Estes eram os oficiais que percorriam o corredor de terras a atribuir, identificando os *stakeholders* e atribuindo-lhes escrituras territoriais ("*este pedaço de terra está agora concessionado a ti*"). Este era um processo geralmente feio, onde diferentes colonos combatiam para competir por parcelas. A corrupção dos oficiais mercantis também se tornou célebre – receber uma escritura implicava geralmente estar em condições de oferecer uma prenda ao concessionário. Portanto, não era garantido que um *stakeholder* ganhasse o que quer que fosse. O termo é utilizado sob lei comercial e o seu significado legal nunca mudou; um *stakeholder* é apenas alguém que faz um pedido de concessão para participação no sistema de um *shareholder*. Da mesma forma, as implicações do termo nunca mudaram. Um *stakeholder* num qualquer domínio só tem o poder legal que lhe é concessionado pelo *shareholder*.

Sob neo-colonialismo, os shareholders são bancos de investimento globais. É o *shareholder* quem define o programa de governância esse domínio (e.g. "economia global"). Os *stakeholders* (estados, organizações multilaterais, ONGs, companhias multinacionais, etc.) são aqueles que são afectados por esse programa e têm de se adaptar, de ajustar a sua gestão interna, às contingências que são impostas pelo *shareholder* (na economia globalizada, os *shareholders* são sempre firmas/bancos de investimento).

Um stakeholder não é uma entidade sofisticada, empowered – é servil e dependente. Sempre que um indivíduo participa num "*stakeholder meeting*", "*stakeholder consensus*", e se sente importante e sofisticado por o fazer, é porque não percebe a posição servil em que na verdade está. Não só não tem importância *real*, como está num estatuto menorizado e dependente, a implorar participação aos proprietários do sistema, banqueiros. Da mesma forma, os trâmites gerais do seu "*stakeholder consensus*", do seu "*stakeholder decision-making process*" são inteiramente ditados pelos proprietários, que reservam apenas um grau muito parcial de autonomia aos *stakeholders* – àqueles que se tornam empregados *de facto*, agentes concessionados pelos proprietários.

Estados nacionais, companhias, ONGs, como stakeholders. É importante ter tudo isto em mente quando se vê o triste espectáculo pelo qual estados nacionais e todo o género de organizações públicas se assumem como *stakeholders*, serventes de *shareholders*, em contravenção com as suas Constituições, em traição efectiva para com as suas constituências públicas. Este triste espectáculo também é extensível aos milhares de companhias privadas, ONGs, associações e assim sucessivamente que se assumem como meros agentes concessionários de um sistema de banqueiros. Todas estas organizações têm advogados especializados em lei comercial; todas sabem o que estão a fazer.

“Limites ao crescimento”, a mentalidade da terra plana.

A mentalidade do mundo limitado, ou terra quadrada.

Hayleybury College e a tradição oligárquica-veneziana-britânica de economia política.

“Imperialismo socializante”. Hayleybury era o East India College, a instituição que a East India Co organizou, para formar os seus funcionários, mas também e especialmente para desenvolver trabalho de investigação e desenvolvimento de soluções para gestão comercial e colonial. Hayleybury é o berço e o lar daquilo que é genericamente conhecido como “economia política britânica”: o paradigma representado por David Ricardo, Adam Smith, Jeremy Bentham, James Mill, John Stuart Mill, Thomas Malthus, entre outros; é a tradição a que Karl Marx recorre para desenvolver o seu “imperialismo socializante”. Esta tradição não é inglesa, escocesa, galesa, ou irlandesa: é veneziana e, isto é o mesmo que dizer bizantina, romana, babilónica. Surge como uma herdeira directa das ideologias sintéticas do Império Veneziano, transpostas para a Grã-Bretanha através da “colonização” das ilhas com a sua ideologia Welfen/Guelfa. Os Venezianos viam o mundo como um espaço de limites e, consequentemente, eram monetaristas, advogados de “free trade”, escravatura, e aplicação de técnicas contabilísticas à gestão de populações. Uma das implicações deste modo de (não) pensar é o facto de os Venezianos serem advogados de políticas de controlo populacional estrito – por exemplo Giovanni Botero e Giammaria Ortes, o primeiro a falar de “carrying capacity” e a lançar as bases para Malthus.

A ideologia do mundo limitado: pseudociência falhada e racismo de classe.

No "mundo limitado", noblesse oblige que haja gestão total, o mundo como reserva. A asserção oligárquica, falaciosa, de que o mundo é um espaço de recursos limitados, onde existe, portanto, a necessidade de capturar e gerir todos os recursos existentes e, de racionar a quantidade de recursos que é dispensada a cada população e a cada indivíduo; eventualmente, de racionar a própria população (por meio de redução deliberada de números). Num mundo de recursos limitados, têm de existir aqueles que ordenam a gestão e a disponibilização de recursos, com base no exercício de autoridade centralizada. Esses têm o direito e o dever (a "*noblesse oblige*", como costuma ser chamado) de acertar as vidas dos seus "inferiores" – a reserva, a plantação ordenada, a ala de esterilização.

Nonsense, pseudociência, pretensão e impulsos anti-humanos extremos. Esta ideologia é puro *nonsense* (uma visão estagnativa e anti-científica do mundo) mas, mais que isso, uma afirmação de pretensão, racismo de classe e ódio infinito para com aqueles que "devem ser geridos" por uma casta técnica de indigentes e saltimbancos, auto-nomeados como "superiores".

Abordagem científica (pela qual o Homem vai das cavernas ao space shuttle).

Sob escassez de recursos, criatividade e engenho para novas formas de fazer as coisas. Vale sempre a pena apontar qual é, efectivamente, a abordagem *científica* a esta questão. No mundo, ***alguns*** recursos são limitados, mas existe um que não é, e esse é a criatividade humana. Quando existe escassez de recursos, inventam-se novas tecnologias e novas formas de fazer as coisas. É dessa forma que o homem sai das cavernas; é assim que faz milhares de anos de história; é assim que vai da descoberta do fogo à invenção da roda, até ao space shuttle. A generalidade das invenções humanas é alcançada na resolução de *problemas de escassez de recursos e de meios*; e não quando existe abundância de recursos e de meios.

Falsos académicos, charlatães, de Malthus a "Limits to Growth".

Previsões inevitável e miseravelmente falhadas, uma vez após outra. É claro que estes avanços não são feitos por falsos académicos que se sentam a lamentar o fim do mundo por falta de recursos, a exigir autoritarismo tecnocrático e a redução dos *standards* de vida, em nome do "mundo limitado"; enquanto recebem bolsas milionárias por defender este género de pseudociência. Uma das mais antigas tradições de fracasso académico na história humana é-nos dada precisamente por estes proponentes da terra plana: sempre que se lançam em obras preditivas, falham a toda a linha, de Malthus até ao Clube de Roma, com o infame "Limits to Growth", passado pelas guildas de neomaltusianos, com os seus Ecoscience, Global 2000, Global Future e tudo o resto.

A mentalidade do mundo limitado (2) – TÓPICOS.

“Os limites do crescimento” – o mundo visto como uma arrecadação oligárquica.

Mundo de limites e contingências materiais, exige adaptação. Esta visão concebe o mundo como um espaço de limites materiais. Espaço físico, recursos, dinheiro; tudo o que é material existe em proporção limitada e, quem age no mundo, tem de se adaptar ordeiramente a essas contingências.

Adaptação implica imposição da lógica de limites à vida humana. Essa adaptação ordeira implica que a vida social humana tem de ser, ela própria, definida por limites. Tem de ser indexada aos limites do mundo material. Se existe limitação de recursos, há que travar a taxa de desenvolvimento. Se existe limitação de dinheiro, há que fazer cortes orçamentais, reduzir salários, maximizar retornos. Se existem limitações de espaço, comida, água, dinheiro, há que reduzir a população.

Cada ser humano tem a sua pequena “fair share”, no seu pequeno cubículo. Em tudo isto, é preciso organizar uma adaptação ordeira. Cada ser humano recebe o seu pequeno casulo, a sua pequena slot social, onde usufrui da sua “quota parte”, da sua “parte justa”, a sua “fair share”.

A “fair share” tem de ser reduzida continuamente. Se o mundo é um espaço limitado, então cada minuto que passa nos aproxima do ponto de não-retorno. Portanto, a “quota parte” de cada qual tem, por força, de diminuir ao longo do tempo. Ou, em alternativa, aquilo que tem de diminuir é a quantidade de cabeças pela qual a redistribuição é feita. Um sistema de quotas partes é um sistema de redistribuição e racionamento de riqueza.

Isto exige, contabilidade social, controlo, autoritarismo. A vida torna-se um exercício contabilístico, e as pessoas tornam-se nas unidades de computação nesse sistema. A existência de slots sociais, pelas quais essas quotas partes são redistribuídas, implica organização estrita e, tendencialmente, formas bastante complexas de estratificação, hierarquização, controlo social. Tudo isto envolve um aparato autoritário de estado. O exercício contabilístico tem de ser simultaneamente operado por burocratas e por generais.

Racionamento e “maximização de eficiência” exige concentração de mercado. Ao mesmo tempo, a economia organizada por slots e orientada para racionamento deve ter o mínimo de competição possível. Competição significa que existem vários agentes económicos a fazer a mesma coisa e a dispender recursos. Enquanto isso pode baixar preços, melhorar a qualidade dos produtos e melhorar o nível de vida (maiores índices de actividade económica, empregos, melhores níveis salariais, etc), esses não são os factores principais a contabilizar aqui. O factor essencial é, pelo contrário, assegurar que o nível de vida *não melhora*. Pelo contrário, tem de decrescer. Caso contrário, está-se a ser perdulário, num mundo de limites. O melhor dos sistemas para um mundo de limites reside em concentração: consórcios a trabalhar em conjunto, em sistema de cartel e monopólio. Um mercado concentrado tem o poder de administrar todo o circuito de produção e distribuição, por forma a maximizar a eficiência, i.e., a diminuir o desperdício de recursos [*isto é empiricamente falso – todos os monopólios são*

infinitamente perdulários e ineficientes, por comparação com uma economia competitiva]. Podem optimizar custos salariais e de produção [*i.e. redução de ambos*] e apresentar produtos baratos [*e isto é verdade, porque um mercado concentrado é um mercado de distribuição de produtos de racionamento, a uma população sob racionamento*].

<u>Este exercício tem de ser global – pooling comum, mercantilismo e governância global</u>. Mas todo este exercício não pode ser restrito a um território. Tem de ser generalizado. Afinal de contas, *todo o mundo* é restrito por limites físicos. Se os vários países têm políticas divergentes, algum país vai sair prejudicado – talvez todos. Há, portanto, que haver um *pooling* comum de recursos, gerido por métodos estandardizados, que possa abranger todo o planeta [*é claro que, na era veneziana, este exercício de sofística era mais ou menos restringido à bacia mediterrânica*]. Ao mesmo tempo, há que ser prático. Se uma exploração me custa X num país, e me custaria o valor inferior Y no país ao lado, é vantajoso para todos que eu vá para o país ao lado; estamos a poupar recursos e a maximizar a eficiência do sistema. Eu não devo ser restringido na mudança; pelo contrário, devo ser subsidiado para a mudança. Por seu lado, o país onde eu estava terá de baixar de X para Y para ser competitivo. Isso é bom para todos os agentes no mercado. Os vários países vão estabilizar e equalizar a um nível inferior de custos e gastos de recursos e a eficiência terá sido maximizada. A estandardização ao mesmo nível, por sua vez, é aquilo que permite o *pooling* e a administração conjunta de recursos, sob quem os sabe fazer – contabilistas profissionais, i.e., banqueiros.

A economia global definida sob "the limits to growth" – notas dispersas.

<u>Estandardização horizontal, estratificação vertical</u>. Um sistema global organizado segundo estes princípios vai ser, por conseguinte, definido pelas tendências paralelas de estandardização horizontal (entre territórios e nações) e estratificação vertical (entre classes e subclasses). Será, portanto, um mundo hierarquizado, definido por slots funcionais, sociais e económicas.

<u>Concentração social, política e económica</u>. Será definido por concentração, a todos os níveis. A economia global será dominada por mega-conglomerados, que trabalharão em conjunto com os reguladores; agências globais e regionais muito poderosas. Um mundo definido por concentração é um no qual toda a actividade económica é definida e protagonizada por estes grandes conglomerados. Por outras palavras, os únicos pequenos e médios empreendimentos que subsistem são, eventualmente, as franchises locais destes conglomerados. Da mesma forma, a vida social é protagonizada pelos ramos destes mega-conglomerados e das agências políticas: ONGs multinacionais e associações comunitárias locais e regionais.

<u>Comunitarização e emiseração progressiva – autoritarismo, violência</u>. O nível de vida per capita decrescerá continuamente; haverá pouco trabalho e níveis salariais muito reduzidos. O general trabalha lado a lado com o contabilista para assegurar que a

adaptação ocorre adequadamente. A sociedade que daqui resulta é uma sociedade autoritária e progressivamente mais violenta. Os níveis de violência e de autoritarismo aumentam com a redução contínua da riqueza agregada que é acessível às classes funcionais e às classes baixas. Os ratos são colocados numa gaiola, todos os dias é dada menos comida e, finalmente, esventraram-se mutuamente. Durante o processo, as condições de vida ter-se-ão "optimizado" para um mundo de limites. Haverá incentivos sociais e económicos à redução contínua de consumo. O ambiente social favorecido para as classes funcionais será a habitação colectiva, o ambiente da reserva/comuna.

Sistema de crédito centrado em redução de produção, gestão do consumo. Na economia de decrescimento contínuo, muito do trabalho que existe está na linha do serviço comunitário e é pago por meio de *tokens*, créditos socialmente cambiáveis por consumos específicos; a taxação também passa a incidir sobre consumo e não sobre produção, que será mínima/inexistente. Ao nível global/internacional, o sistema correspondente é um sistema de crédito que incentive directamente a redução de actividade económica. O valor desse crédito tem de aumentar em proporcionalidade directa à redução de produção; isto é alcançado por meio de sistemas de crédito/derivativos indexados ao consumo de carbono e de outros recursos (por ex. água).

Orçamentos ligados a variáveis populacionais. Dado que toda a orçamentação será orientada para níveis de vida progressivamente menores, o exercício de redistribuição de riqueza (aqui medida em acesso a serviços, consumo) terá de atribuir "quotas partes" progressivamente menores a cada indivíduo. A alternativa será a redução do número de indivíduos; ou seja, haverá incentivos progressivamente maiores para a redução de população. Na prática, ambos os sistemas serão usados em simultâneo: redução de "quotas partes" e redução de população.

Os únicos limites são aqueles que podem ser impostos à mente humana.

É claro que o mundo **não é** um espaço de limites – a não ser, mentais. É claro que todo este exercício assenta no mesmo ponto a partir do qual é derrotado: a ideia de que o mundo é um espaço de limites. O mundo não é um espaço de limites. Os únicos limites que existem são aqueles que residem na mente humana. São os limites da imaginação, da criatividade e da inteligência. São os limites que o indivíduo pode impor a si mesmo, ou que lhe podem ser inculcados por terceiros. Aliás, é uma norma histórica que as sociedades baseadas nesta ideologia do "mundo limitado" tentam inculcar, nos indivíduos que as compõem, as mais variadas formas de pequenez mental, ausência de criatividade, inteligência reduzida, desamparo socialmente aprendido, pessimismo, ausência de perspectiva. Como Marx poderia ter dito, o mundo físico é conquistado pela conquista e pelo obscurecimento da mente humana – e isto é a essência de materialismo dialéctico, uma doutrina de limites.

Novos recursos, tecnologias, soluções. O mundo não é um espaço de limites. Se existe escassez de recursos, descobrem-se novos recursos e novas formas de utilizar recursos. Inventam-se novas tecnologias. A imaginação nunca é limitada pelo aqui e pelo agora. Thomas Malthus falhou em todas as suas profecias porque menosprezou a capacidade inventiva humana, que desenvolveu novas e melhores formas de agricultura. Se existe um problema, ou um beco sem saída, desenvolve-se uma forma de lidar com isso; nunca se pensa em termos de problema, pensa-se sempre em termos de *soluções*.

"Mundo limitado"/quadrado exige congelamento civilizacional, subjugação mental. Caso contrário, mais valia nunca se ter inventado o fogo e, seria forçoso que todos os ícones de congelamento humano e civilizacional fossem consagrados ao estatuto de heróis olimpianos. O Velho do Restelo, os burocratas do Império do Meio, os inquisidores medievais e os comissários da comuna soviética teriam de ser erguidos como *role models*. Isso seria particularmente ofensivo mas é disso que oligarcas gostam. E, com efeito, é isso que a mentalidade do mundo limitado propõe. Congelar o desenvolvimento da civilização humana num ponto fixo no tempo e adaptar os denizens a esse ponto fixo, pela subjugação da mente humana a "limites", "problemas irresolúveis" e "becos sem saída".

Ex: Sob escassez de crédito, repensa-se o sistema de crédito. Se, hoje, existe escassez de crédito, repensa-se o sistema de crédito. Acaba-se com a ideia de crédito privatizado, de emissão e circulação manipulada pelas entidades privadas que dominam o sistema. Desenvolve-se um sistema de crédito equidistante e imparcial (estatal) que seja o mais justo possível (i.e., com o mínimo possível de oscilações em valor) mas que, ao mesmo tempo, seja orientado para desenvolvimento e crescimento contínuo. Um sistema fiat puramente estatal, cuja emissão é simultaneamente colateralizada por um pool específico de recursos materiais **e** pela taxa de desenvolvimento ambicionada é uma ideia possível aqui. O princípio essencial tem de ser o de reverter aos axiomas que funcionam. Um sistema de crédito visa estimular a produção, ao invés de especular com o seu desmantelamento. Um sistema de crédito honesto visa gerar prosperidade geral descentralizada, ao invés de concentrar a riqueza e estabelecer um sistema de duas classes. Especulação sobre *bens físicos* é algo bom e saudável (é isso que é a real disputa de mercado) mas especulação sobre o *meio de troca de bens físicos*, em preterimento e prejuízo da economia física, é algo de destrutivo e indesejável.

Ex: Problemas energéticos, alimentares, de distribuição de propriedade e riqueza. Se existe escassez de petróleo (não é verdade, mas vamos assumir que sim, hipoteticamente), desenvolve-se fusão a frio, desenvolvem-se novas e melhores formas de utilização de bioetanol, exploram-se avenidas energéticas baseadas em EM, e assim sucessivamente. Se existe falta de comida, simplesmente planta-se mais e melhor. E isto não é feito com quimeras poluentes e ineficientes, como GM. Pelo contrário, estimula-se a pequena e média produção em milhões e milhões de hectares deixados abandonados pelo planeta fora, em África, Ásia, Europa. Por exemplo, uma política de estímulo real à pequena e média agricultura poderia resolver de uma só vez a questão alimentar, a questão energética e, uma boa parte da questão de distribuição de poder,

propriedade e riqueza na sociedade – e isto é o que Diesel ambicionava, quando inventou os seus protótipos. Pequenos e médios agricultores, a trabalhar a título próprio, podem prosperar a plantar cereais que podem depois ser usados como comida e também como fontes para mais e melhores tipos de bioetanol. Isto pode ser adoptado como a base para um modelo mundial de desenvolvimento *real*, onde a família média é incentivada a tornar-se auto-suficiente e a deter e a desenvolver a sua própria propriedade rural. Isto seria, per se, um passo essencial para resolver as questões de distribuição de riqueza, propriedade e poder, nas sociedades respectivas onde fosse implementado.

Ex: População, Oceanos, Espaço. Se não existe espaço para populações (o que não é verdade) ou a taxa esperada de desenvolvimento nas gerações seguintes ameaça desafiar os limites existentes, pensa-se em novas soluções. Por que é que o ser humano havia de viver apenas em solo terrestre? Os oceanos e o espaço são as novas fronteiras. Bons programas de desenvolvimento em ambos, internacionalmente federados, seriam os maiores empreendimentos alguma vez levados a cabo pela humanidade em si. Criariam milhares (senão dezenas ou centenas de milhares) de PMEs, milhões de empregos, a necessidade de inventar e desenvolver novos conceitos tecnológicos. Cidades aquáticas ou subaquáticas, colónias espaciais, a terraformação de planetas (e.g. Marte, seguindo o modelo de dois séculos desenvolvido pela NASA). Tudo isso está à disposição da actual capacidade técnica e inventiva da humanidade. Mas é claro que não será feito enquanto os benefícios corporativos da Goldman Sachs estiverem na linha de prioridades dos governos e, enquanto o homem e a mulher comum forem preservados num estado individual de *arrested development*. Se isso continuar a ser perpetrado, o fogo não terá sido inventado e, os denizens terão de se habituar ao ambiente escuro, húmido e apertado da caverna – nos nossos tempos, a comuna.

O mundo limitado – Metáfora do pão.

"O pão limitado". Esta é a filosofia epistemológica e moralmente corrompida do pão limitado. Perante a escassez de pão, não se encontram mais e melhores formas de produzir pão. Pelo contrário, limita-se a produção, tranca-se o pão existente num armazém e revendem-se as fatias e as migalhas a peso de ouro.

A abordagem Racional seria, claro, obter mais pessoas a produzir pão livremente (através de descentralização de mercado), encontrar novas fontes de recursos (farinha) e novas formas de produzir pão (inovação tecnológica). Expansão e não contracção, geração de mais riqueza e não racionamento e redistribuição de riqueza limitada.

O mundo limitado – Axiomas de base

Mundo é um espaço de limites. O mundo é um espaço de limites, com recursos e oportunidades limitados e finitos.

Exige sistema integrado de gestão. Sob o anterior, a real questão passa a ser a de encontrar um **sistema organizado integrado** que gere o mundo de limites – **gestão**, algo que se faz sobre um espaço contido. Com efeito, sob tal premissa, a ideia de limites ubíquos, deixar que haja organização livre e descentralizada é algo que parece ser impensável e anárquico.

Isto implica maximização de eficiência no uso de recursos. Organização e gestão implica a **maximização de eficiência** no emprego e no uso de recursos e de populações (recursos humanos).

População humana, o factor de desequilíbrio. A população humana é o factor **desiquilibrador**, seja em questões de **quantidade** (número de pessoas) seja em questões de **qualidade** (que características têm, o que fazem, como fazem, como produzem, como consomem).

Gestão de População / Recursos / Ambiente. Pontos anteriores implicam gestão sistémica e total de todas as variáveis que influenciam o funcionamento económico. Temos População e Recursos, mas também Ambiente sócio/económico, a interface entre P e R.

População. Controlo de quantidade e de qualidade.

Recursos. Gestão de produção e distribuição, ou alocação.

Ambiente. O meio total de gestão, a totalidade do ambiente sócio/económico.

TÓPICOS de maximização da eficiência de gestão do "mundo de limites".

TECNOCRACIA. Governo por classes "superiores"; hoje, Tecnocracia, governo por especialistas.

Maximização de eficiência no uso e aproveitamento de recursos implica que se dá o palco central a "quem sabe fazer" e "sabe decidir"; hoje, isto são especialistas e peritos. Na verdade, estamos a falar de classes sacerdotais doutrinadas na ortodoxia. A estas classes é dado o governo técnico da sociedade.

A mais importante casta de especialistas técnicos é a que faz a gestão contabilística do fluxo e da circulação de bens e de recursos – banqueiros.

Depois, temos várias formas de castas pela sociedade fora, em vários ramos e em várias gradações, em cada ramo.

“STATE CAPTURE” / COMUNITARISMO. Não pode haver separação de domínios entre público e privado. Isto é, o público assume controlo sobre todos os privados, depois de ser, ele próprio, sequestrado por um grupo particular específico; que conduz tudo isto.

O espaço comunitário é o espaço onde tudo é um recurso comunitário, no espaço da comunidade (i.e. este espaço público/privado que é propriedade da Oligarquia). Aí, tudo (até as pessoas) está incluído no pool geral de recursos comunitários, ao serviço da Oligarquia.

CENTRALIZAÇÃO. Existe um locus central oligárquico de tomada de decisão, apesar de esse locus poder delegar / descentralizar / autonomizar alguns desses poderes – Subsidariedade. “Centralização descentralizada”, ou “descentralização centralizada” é sempre mais eficiente que centralismo absoluto.

REGIONALISMO, GLOBALISMO (IMPERIALISMO). Maximização total de eficiência exige que o pooling de recursos e de poderes de decisão seja o mais abrangente que possível, sob um sistema standard geral. De preferência, esse sistema deve ser global. Assim, aqueles que “gerem bem” os recursos podem assegurar-se que nem uma migalha é desperdiçada (a racionalização mais colorida de sempre para mero imperialismo). Os que são menos sofisticados não sabem o que fazer com os recursos. Desperdiçam-nos ou desaproveitam-nos; têm de ser “ensinados”.

ESTANDARDIZAÇÃO. Hoje, isto é TQM global. Em linha com os pontos anteriores, todo o ambiente sócio/económico tem de ser estandardizado, tornado previsível e rotineiro, não influenciado por variáveis humanas não-sistemáticas; não-autorizadas.

Na vertente da vida das populações, isto implica uma ou outra forma de estandardização de condições.

MERCANTILISMO. Tem de haver um controlo estrito das actividades económicas.

O mercado tem de ser quotizado e parcelado, com cada quota/fatia a ser distribuída e alocada a agentes autorizados. I.e. todas as actividades económicas têm de ser conduzidas por concessão e por licença.

Isto é feito pelas autoridades consolidadas (público/privadas), que distribuem controlo económico por concessão.

É mais "eficiente" (nem por isso – até é muito ineficiente e destrutivo) se essas actividades forem controladas por grandes grupos de cartel e de monopólio.

Os custos têm de ser mantidos baixos (para assegurar eficiência), o que implica baixos salários e baixa qualidade de produtos.

Não podem haver barreiras tarifárias e protecções económicas a países; é mau para o negócio de maximização de eficiência.

Não podem haver barreiras às actividades dos grandes grupos (mercantis) que são concessionados para actividade económica. Esses grupos têm de usufruir de todo o tipo de vantagens: isenções fiscais e outras regulações de excepção, participação em quadros regulatórios, etc.

RACIONAMENTO / DISTRIBUTISMO / ORÇAMENTALISMO. Em tal meio económico, a mentalidade de "limites" é pervasiva. Não se gera riqueza; redistribui-se, recicla-se, uma quantidade restrita e pré-existente de riqueza.

Os recursos e os meios têm de ser judiciosamente geridos (i.e. racionados e distribuídos). Durante o processo, o governo é um dos actores essenciais neste processo (e.g. por subsídios estatais).

Racionamento não precisa de ser explícito. Pode chamar-se, e.g. gestão de escassez artificial, como acontece com energia.

Mas eventualmente, dá sempre origem a racionamento aberto, com um sistema de alocação de "fair shares" e por aí fora.

AUTORITARISMO, GRADAÇÕES POR CASTAS E SLOTS, TOTALITARISMO.

Como existe um sistema, e é compulsivo, é por definição autoritário, agindo por persuasão amigável ou por coerção violenta.

Toda a sociedade é gerida por crime organizado a partir do momento em que há "state capture", o sequestro do domínio público por particulares.

A vida sócio/política e o próprio ser humano têm, elas próprias, de sofrer algum grau de estandardização.

A sociedade é tipicamente organizada por castas, nichos e slots; espaços funcionais e graduados, que são utilitários. Cada qual tem o seu próprio estatuto sócio/económico; a sua própria condição política; cada qual é o seu próprio nicho psicossocial e cultural, custom-designed para o efeito.

Por sistema, a estandardização da sociedade é feita sob o título de igualdade; na cooptação do conceito. Aqui, igualdade significa uma forma gerível de desigualdade. Um sistema standard precisa de ter várias camadas funcionais de gestão. Isto é válido a toda a linha, em todos os sectores, a cada nível da sociedade. O que vai haver é uma forma mais ou menos descentralizada de oligarquismo, com diferentes grupos oligárquicos a dirigir diferentes níveis da sociedade. Na verdade, o sistema é *absolutamente desigual*; segue os preceitos exactos da gradação sob castas.

Eventualmente, na derivação de todos os pontos anteriores, o sistema tem por necessidade de se tornar um todo inclusivo para obter maximização, optimização, da gestão de recursos (esse é, aliás, o propósito de partida). Isso significa totalitarismo.

SISTEMA TOTAL INTEGRADO.

A forma final pretendida do processo do mundo de limites é a sociedade autoritária, desigual, totalmente gerida – Sistema Total Integrado, i.e. Corporativismo.

A "SOCIEDADE ESTÀTICA" / "ESTADO ESTÁTICO".

A Utopia que é apresentada aos seguidores das ideologias sintéticas que promovem esta visão do mundo.

A ideia é travar/congelar desenvolvimento num ponto "aperfeiçoado" da história.

Obtém-se a "perpetual motion society/economy", um mecanismo estático e previsível (se isto fosse atingível seria o sítio mais banal e tedioso de sempre).

CONTRACÇÃO E AUTO-CANIBALISMO

Oligarquias são incompetentes, colectivamente insanas, ávidas de mais e mais absorção de poder; são tropismos oligárquicos.

A tendência natural de todos os sistemas oligárquicos é a contracção e a implosão; normalmente, só subsistem a partir de reciclagens permanentes, com auto-destruição periódica (e.g. China) e do saque de novos territórios e populações (a história normal da civilização oligárquica).

Existe o doublebind pelo qual a oligarquia tem de absorver e obter cada vez mais coisas mas, ao mesmo tempo, a sua natureza reside em destruição e na incapacidade de construir (oligarquias têm sempre de cooptar construções e ideias alheias, enquanto é possível encontrar tais coisas, i.e. enquanto o mundo ainda não foi tornado *inteiramente* oligárquico)

Quando o mundo se torna inteiramente oligárquico, o que acontece é o que Bertrand Russell disse: uma espécie de Império Azteca à escala global, baseado em destruição,

saque, tortura, genocídio; e a implosão final para a destruição total da civilização, por muitas gerações.

Metáforas: CORPO SOCIAL ----- EMPRESA

Corpo Social, com cérebro, órgãos, tecidos, células.

A Empresa, com shareholders, stakeholders, executive board, níveis de management, braços e departamentos especializados, contendo AH/RH/CH.

Na sociedade como Empresa, temos aqueles que são especiais e tomam as decisões em nome daqueles que são ainda mais especiais, mas bastante discretos, os shareholders. Depois, temos estes braços especializados com alguma autonomia de decisão e de acção.

Metáfora é boa ainda em coisas como HR policy, downsizing, etc.